



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO AMAZÔNICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS

INEAF



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

v. 11, nº2, jul.- dez. 2017

Resistência de povos tradicionais

Sônia Barbosa Magalhães (UFPA)

Organizadora

ISSN - 1414-0810



Universidade Federal do Pará

Reitor

Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor

Gilmar Pereira da Silva

Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares

Diretor

Flávio Bezerra Barros

Vice-Diretora

Noemi Sakiara Miyasaka Porro

Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Coordenador

William Santos de Assis

Vice-Coordenadora

Laura Angélica Ferreira Darnet

Editores

Flávio Bezerra Barros

Gutemberg Armando Diniz Guerra

William Santos de Assis

Organizadora

Sônia Barbosa Magalhães

Editor-Gerente SEER/OJS

Moacir José Moraes Pereira

Revisão

Irene Margarete Höhn

Bibliotecária

Naiara Soraia Lisboa Lima

Conselho Editorial

Ademir Antônio Cazella / UFSC, Brasil

Alfio Brandeburg / UFPR, Brasil

Christophe Albaladejo / INRA, França

Delma Pessanha Neves / UFF, Brasil

Edna Maria Ramos de Castro / UFPA, Brasil

Eric Pierre Sabourin / CIRAD, França

Eros Mussoi / UFSC, Brasil

Jalcione Pereira de Almeida / UFRGS, Brasil

Leonildes Medeiros / UFRRJ - CPDA, Brasil

Lovois de Andrade Miguel / UFRGS, Brasil

Luis Santos Silva Mauro / UFPA, Brasil

Marcelo Carneiro / PPGCSOC/UFMA, Brasil

Márcia Muchagata / MMA, Brasil

Maria de Nazareth Baudel Wanderley / UFPE, Brasil

Paulo Fernando da Silva Martins / UFPA, Brasil

Philippe Léna / IRD, França

Pierre Teisserenc / Université Paris XIII, França

Ramonildes Alves Gomes / UFCG, Brasil

Roberto Busto Cara / UNDS, Argentina

Sérgio Roberto Martins / UFSC, Brasil

Editorial

A Revista Agricultura Familiar coloca à disposição da comunidade acadêmica e movimentos sociais esse número que trata de temas que fazem parte do cotidiano dos que praticam a produção de conhecimento a partir de vivências e engajamentos no campo das ciências humanas e sociais, em particular na Amazônia, em que o clima de tensão e violência tem sido muito elevado nas últimas décadas.

A atualidade dos artigos ganha tonalidades dramáticas se considerados os acontecimentos recentes da política nacional em que a correlação de forças coloca em risco avanços e conquistas históricas da militância camponesa, ainda que muitas delas tenham sido apenas o ecoar das denúncias e injustiças que se materializam no mundo rural e nas cidades que se alimentam da relação direta com as comunidades tradicionais.

A apresentação da professora Sônia Barbosa Magalhães, organizadora dessa edição, é enfática ao esclarecer a motivação desse número e sua importância está dada pela qualidade dos textos oriundos de trabalhos de pesquisa e observação prolongada e acurada de seus autores.

Com esse número, vai se estabelecendo uma periodicidade semestral e em breve espera-se que possamos estar oferecendo aos nossos leitores com mais frequência o caudaloso produto das reflexões de pesquisadores que as produzem na Amazônia, na interação com os que ali residem e resistem aos processos e propostas exógenos de desenvolvimento, em geral com efeitos deletérios e desrespeitosos dos estilos de vida e da relação homem natureza com parâmetros de civilidade e inteligência.

Inaugura-se, com esse número, as edições da Revista Agricultura Familiar sob a tutela do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – o INEAF, oriundo do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, que foi criado como o Centro Agropecuário que, em sua essência, sempre foi identificado como o Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar da Universidade Federal do Pará.

Gutemberg Armando Diniz Guerra

William Santos de Assis

Flávio Bezerra Barros



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.11, nº 02 / jul-dez 2017, ISSN 1414-0810

Universidade Federal do Pará - UFPA
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - INEAF

Belém, PA
2017

Distribuição gratuita desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação- na-Publicação (CIP)
Biblioteca do INEAF/UFPA

Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento /
Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas
Familiars, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas
Amazônicas. – v.1, n.1(1996). – Belém: UFPA, INEAF, PPGAA.
Semestral
ISSN 1414-1810

1. Agricultura familiar – Aspectos econômicos – Amazônia. 2.
Agricultura familiar – aspectos ambientais – Amazônia. I.
Universidade Federal do Pará. Instituto Amazônico de Agriculturas
Familiars. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas
Amazônicas.

CDD – 22 ed. 338.109811

Universidade Federal do Pará - UFPA
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - INEAF
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas - PPGAA

Universidade Federal do Pará
Rua Augusto Corrêa, 01 - Campus Universitário do Guamá
CEP 66075-900 Belém-PA
Fone: (91) 3201-8010 / 3201-7913
<http://www.ppgaa.propesp.ufpa.br/>
<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar>
e-mail: rafufpa@gmail.com

Projeto Gráfico: Moacir José Moraes Pereira
Normatização: Naiara Soraia Lisboa Lima
Imagens de Capa: Pedro Sérgio Vieira Martins

SUMÁRIO

Apresentação	9
--------------------	---

Artigos

A Terra Imbolada, o direito traçado: estratégias de reprodução do patrimônio familiar no Médio Jequitinhonha	13
<i>Raquel Oliveira Santos Teixeira</i>	

Enfoque sistêmico e análise das políticas públicas rurais	29
<i>Eric Sabouri</i>	

A dinâmica da pesca em território de uso comum: o problema do manejo nas reservas extrativistas marinhas	47
<i>Vilson Tadei Brito Ferreira, Maria Cristina Maneschy, Tânia Guimarães Ribeiro</i>	

Percepção dos atores locais sobre a cultura do dendê na agricultura familiar na Amazônia oriental brasileira	57
<i>Marc Piraux, Julien Rapiau, Eva Timone</i>	

Processos de manutenção da biodiversidade de agroecossistemas familiares: estudo de caso na comunidade “Vila Braba”, município de Cametá, Baixo Tocantins – PA	71
<i>Leonardo Perote da Silva, Luis Mauro Santos Silva</i>	

Propagandas, discursos e análises sobre Belo Monte em Altamira, Pará, Brasil	85
<i>Cesar Martins de Souza, Gutemberg Armando Diniz Guerra</i>	

Em busca de Projetos: um estudo sobre mediadores sociais	99
<i>Bárbara Duarte de Souza, Sônia Barbosa Magalhães</i>	

Resumos de Dissertações	117
--------------------------------------	------------

Resumo de Tese	127
-----------------------------	------------



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.11, nº 02, jul-dez 2017, ISSN 1414-0810

Resistência dos povos tradicionais

Resistance of traditional peoples

Sônia Barbosa Magalhães, Doutora, Universidade Federal do Pará, Docente do PPGAA, PPGSA e PPGEDAM, smag@ufpa.br

Apresentação

Resistência dos povos tradicionais

Num pedacinho aqui
Do beiradão
Tenho uma mata, um rio e
Um barco bom
E uma ilha
Tenho tudo aqui
Umás galinhas e uns ovos
Pra comer. Um peixe frito e minha água prá beber
E a farinha aaa¹

Este número da Revista de Agricultura Familiar não é um dossiê, ou seja, não foi construída a partir de uma temática. Em sua diversidade de temas, no entanto, aborda questões caras aos estudiosos do campesinato: a relação com o Estado, a reprodução social e a expropriação. E, pelos diversos enfoques apresentados pelos autores, enfoca discussões atuais, como por exemplo, as que dizem respeito à biodiversidade e cultura; à nova dinâmica de atores e ressignificação das práticas no contexto da expansão da monocultura de dendê na Amazônia Oriental. Mas, na empiria há um fio condutor claro: a resistência dos povos tradicionais.

De algum modo, podemos dizer que todos os artigos trazem reflexões sobre a relação entre o campesinato e o Estado que aqui aparece, por um lado, sob a roupagem de uma das categorias políticas mais atuantes no campo: os povos tradicionais. A partir deles são tratados assuntos ainda pouco explorados na literatura sobre o campesinato no Brasil como herança (TEIXEIRA, Raquel); mediadores sociais (SOUZA, Bárbara; MAGALHÃES, Sonia) ou de introdução recente nesta literatura como gestão de territórios comuns (FERREIRA, Vítor *et*

¹ (Extrato de canção de autoria de ribeirinhos do rio Xingu, coletada por Luana Beatriz Lima Peixoto, em Seminário da Faculdade de Geografia, UFPA, campus Altamira, outubro de 2017.

al.); transformação de sistemas agrícolas familiares decorrentes da expansão da monocultura (PIRAUX, Marc *et al.*); correlação entre biodiversidade e autonomia camponesa (SILVA, Leonardo; SILVA, Luis).

Por outro lado, a relação entre o campesinato e o Estado está subentendida na reflexão teórica sobre a análise de políticas públicas rurais (SABOURIN, Eric) e na interpretação da construção midiática de grandes *projetos* de infraestrutura (SOUZA, César; GUERRA, Gutemberg).

Do ponto de vista empírico, os fenômenos analisados se desenvolvem no Médio Jequitinhonha e na Amazônia Oriental, palcos de importantes transformações sociais e ambientais nas últimas décadas. E, desta perspectiva enfrenta a análise da própria transformação, lançando luz tanto sobre os processos de expropriação quanto sobre os processos de resistência que ali têm lugar.

Assentados na “boa empiria”, revelam:

a) a resistência política contida na “estratégia de preservação do patrimônio familiar” dos “*territórios de parentesco e herança*”, resultantes de uma “trajetória marcada pela convivência com as grandes fazendas criatórias; pelo embate com *projetos* de exploração mineral; pelo avanço das monoculturas de eucalipto sobre os terrenos de uso comum e pela atual ameaça de expropriação a partir da implantação de barragens hidrelétricas” (TEIXEIRA, Raquel).

b) a resistência política que se expressa no conhecimento tradicional sobre o comportamento de peixes e de seu habitat, manifesto pelos pescadores denominados Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA), e em eventos com outras Reservas Extrativistas, Caeté-Taperaçu, Tracuateua, Araí-Peroba e Gurupi-Piriá, todas localizadas no litoral paraense. É exemplar a cena transcrita pelos autores sobre a controvérsia da desova da pescada branca (FERREIRA, Vítor *et al.*).

c) a resistência política expressa nas “estratégias locais de manutenção da biodiversidade de agroecossistemas”, especialmente, na “diversidade produtiva” das roças coletivas e familiares do povo de Vila Braba, um povo tradicional que vive entre os Rios Tocantins e seus afluentes, com uma particular organização social, na qual é predominante o uso coletivo do território e de seus recursos (SILVA, Leonardo; SILVA, Luis).

d) os conflitos observados em Tailândia, Moju e Concórdia do Pará no contexto de expansão da monocultura de dendê. Distinguindo “conflitos de uso e conflitos de ordem ideológica”, o artigo mostra as condições sociais de emergência e de relativização do conflito, particularmente em Concórdia do Pará, onde os povos quilombolas, povos tradicionais, portanto, assumem destaque no “posicionamento contra a produção de dendezeiros e contra as empresas” (PIRAUX, Marc *et al.*).

e) a resistência na particular habilidade política dos quilombolas de São José do Icatu, que

2 SCOTT, James. **Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance**. New Haven: Yale University Press, 1985

por meio de uma complexa rede de mediadores que lhes faculta uma reconhecida capacidade de buscar *projetos* tenta fazer prevalecer a identidade étnica e a particular organização social (SOUZA, Bárbara; MAGALHÃES, Sonia).

Evidentemente, como nos fez perceber James Scott², estas diversas formas de resistência são na maioria das vezes silenciosas e raríssimas vezes “espetaculares”. É ali no cotidiano, na negação não verbalizada e praticada, nas estratégias particulares e inovadoras de se proteger, seja na produção (agrícola e extrativista, marinha ou terrestre), seja na interlocução (com agentes ambientais, representantes de órgãos públicos – governamentais e não governamentais -, empresas) que eclodem mais do que uma voz ... Eclodem um sentido e uma prática.

Evidentemente, também subjazem a estes casos empíricos as políticas públicas. E aqui cabe unir tanto as políticas públicas chamadas rurais e/ou voltadas para a agricultura familiar como as políticas públicas que mesmo não sendo rurais incidem diretamente sobre o território e os interesses da reprodução social camponesa³. Refiro-me, em alusão aos artigos contidos neste volume, às denominadas políticas ambientais - criação de unidades de conservação; e às políticas voltadas para o setor de energia – hidrelétricas e agrocombustíveis. E, como bem demonstrado por Eric Sabourin, os instrumentos teórico-metodológicos que dispomos para analisá-las ainda parecem ser insuficientes.

Para finalizar, o caráter multidisciplinar do volume nos instiga a combinar perspectivas disciplinares e analíticas diversas, o que só contribui para aguçarmos o nosso olhar sobre os processos sociais em curso não apenas na Amazônia, mas em contextos nos quais agricultores familiares, pescadores, povos tradicionais, camponeses, e outros – não importa a opção teórica de sua denominação – vivenciam diuturnamente risco e ameaça de expropriação de seus territórios e de seus modos de viver – de se organizar, produzir e reproduzir-se.

3 MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Tucuruí, uma análise da visão do Estado sobre o campesinato. **Boletim do Museu Paraense Emílio Göeldi**, Belém, v.8, n.1, p. 25-64, 1992.



A Terra Imbolada, o direito traçado: estratégias de reprodução do patrimônio familiar no Médio Jequitinhonha

The Tangled Land, the right traced: reproductive strategies of family patrimony in the Medium Jequitinhonha

Raquel Oliveira Santos Teixeira, Doutora, Universidade Federal de Minas Gerais, raqueloliveira2002@gmail.com

Resumo

As “terras de herança” do Médio Jequitinhonha se constituíram a partir de relações que articularam processos e modalidades hegemônicas de apropriação do espaço às formas locais colonizadas de produção dos “territórios sociais”. A exposição às experiências históricas de expropriação e a exiguidade de seu território conformaram um quadro de intenso agenciamento sobre a disposição e a transmissão da terra, compondo uma gramática local de costumes sucessórios orientados para a garantia da reprodução social das famílias. Estas localidades compreendem, hoje, domínios espaciais de pertencimento reconstruídos politicamente no campo silencioso e cotidiano da gestão de seus recursos. O ensaio procura examinar as práticas costumeiras de gestão desses territórios, sobretudo, suas estratégias sucessórias assentadas sob um conhecimento *prático, costumeiro e localizado* cujas expressões tomam a forma de disposições éticas e afetivas assimiladas ao discurso genealógico e à memória coletiva, registros que asseveram a legitimidade de seus direitos territoriais.

Palavras-chave

Campeinato; territorialidade; herança.

Abstract

The "inheritance lands" from the Medium Jequitinhonha consisted from relationships that articulated processes and hegemonic modalities of space appropriation to the colonized local forms of production of the "social territories." The exposure to the historical expropriation experiences and the shortage of its territory conformed an intense agency framework on the disposal and land transmission, composing a local grammar of successional mores geared to the guarantee of the social reproduction of the families. These localities constitute, today, spatial domains, of belongingness rebuilt politically in the silent countryside and daily management of its resources. The essay seeks to examine the customary practices of management of these territories; above all, their succession strategies based on *practical, customary and localized* knowledge, whose expressions take the form of ethical and affective dispositions assimilated to the genealogical discourse and the collective memory, records that assert the legitimacy of their territorial rights.

Keywords

Peasantry; territoriality; heritage.

Introdução

Estudos etnográficos realizados no Vale do Jequitinhonha assinalam que a herança constitui a principal forma de acesso à terra na região (GALIZONI, 2000, 2002; SANTOS *et al.*, 2002). Contudo, na área, tais processos não levam necessariamente à partilha jurídica da terra. Herdam-se os “direitos”. A partir da designação local, Galizoni (2000) definiu este regime como “*terra no bolo*”. Neste sistema, a terra pertence à família, é herança de um ascendente comum reconhecido como legítimo “dono” ou “responso” da terra, a qual é mantida em regime pró-indiviso e permanece sendo utilizada por sucessivas gerações sem que seja efetivamente repartida em propriedades individualizadas e juridicamente formalizadas. Dessa forma, um determinado “direito” é mobilizado no interior do “bolo” para prover o trabalho e o sustento de um grupo doméstico, conforme ressaltam os próprios moradores: “*ficou tudo no bolo, não partiu, cada um tem um pedaço, mas não dividiu*” ou “*é dos mais velhos e vai ficando pros filhos*”, “*ninguém sabe o tamanho do direito porque tá no bolo*”.

No caso das comunidades rurais do Médio Jequitinhonha, a exposição a experiências históricas continuadas de expropriação conformou ao longo dos anos “*territórios de parentesco e herança*”. Em sua trajetória marcada pela convivência com as grandes fazendas criatórias; pelo embate com projetos de exploração mineral; pelo avanço das monoculturas de eucalipto sobre os terrenos de uso comum e pela atual ameaça de relocação a partir da implantação de barragens hidrelétricas¹, estes grupos desenvolveram, ao longo de sucessivas gerações, estratégias particulares para a preservação de seu patrimônio familiar. Este artigo² sugere que a exiguidade de seu território, que já não encontra terras livres à sua expansão, somada às pressões demográficas compuseram um quadro em que o intenso agenciamento sobre a herança conformou uma gramática local de costumes sucessórios orientados para a garantia da reprodução social das famílias. Nessa medida, as práticas locais que procuramos examinar devem ser vistas como modos de interlocução com as contínuas ameaças de expropriação colocadas aos grupos locais que desenvolveram, por sua vez, modalidades de resistência calcadas na contínua gestão da herança orientada para a manutenção do patrimônio familiar.

Um breve olhar sobre o processo de ocupação das terras na região revela que estas pertenciam às demarcações do Distrito Diamantino no qual se destacava a ação e o controle da Coroa, dados não só pela distribuição de sesmarias, bem como pela presença de regimentos e quartéis cuja função era patrulhar as áreas demarcadas evitando a multiplicação da mineração clandestina (FELICIO DOS SANTOS, 1924). Nessa medida, a trajetória de

1 As comunidades mencionadas se encontram ameaçadas de deslocamento compulsório tendo em vista o licenciamento da usina hidrelétrica de Murta. O empreendimento não possui licença prévia, e o procedimento administrativo junto ao sistema estadual de licenciamento se encontra suspenso, mas já foram constatadas gestões do consórcio empreendedor junto à ANEEL com vistas à aprovação de alterações no projeto, as quais possibilitariam a abertura de um novo licenciamento. Para mais informações sobre esse conflito consultar Zhouri & Oliveira, 2004 e Oliveira, 2011.

2 Este artigo deriva da pesquisa desenvolvida para minha dissertação de mestrado em sociologia intitulada: “Dividir em Comum: práticas costumeiras de transmissão do patrimônio familiar no Médio Jequitinhonha” defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG.

ocupação do Vale do Jequitinhonha esteve marcada por dois movimentos complementares. O primeiro se refere à doação de sesmarias que levava à consolidação de enormes fazendas dedicadas ao cultivo de algodão (SAINT-HILAIRE, 1938), à produção de gêneros alimentícios e, posteriormente, à criação de gado. A este processo se somava também a ocupação militar sob a forma de destacamentos para a vigilância e o controle da atividade mineradora na região. O segundo movimento é dado pelos processos de doação e apossamento de terras, sobretudo, nas grotas, que levava à constituição de áreas de refúgio onde homens brancos pobres, soldados e índios encontravam terras disponíveis ao seu estabelecimento, resultando na formação de um campesinato livre nos interstícios e nas fronteiras não alcançadas pelas grandes fazendas (MOURA, 1988; RIBEIRO, 1993).

No entanto, dois fatores operaram como sérios constrangimentos a esse campesinato: a exiguidade de seu território e as pressões demográficas resultantes de um sistema de sucessório baseado na transmissão igualitária da terra. O próprio discurso dos moradores ressalta a importância desse princípio igualitário em que todos os filhos são contemplados com uma porção do “bolo”:

E: Eu não... aqui não, aqui os direito são igual. Porque se é pai é pai, se é filho é filho. Quer dizer que a hora que o pai, se ele tem cinco filho, ele pode às vezes puxar pro... adotar um mais do que o outro, mas eu não credito nisso não. Mas dizem que tem, eu não sei. Eu acho que se o casal tem cinco ou sei lá a quantidade de filho, é filho. Acho que todos... se tem um grão de feijão pra um, deve ter pra todos e se for pra dividir um grão de feijão tem que dividir pra tudo, né? Acho que se ocê tem uma terra, por muito pequena que seja, mas ela é de todos os filhos, porque todos são filhos.
(Morador de Prechedes).

Contudo, se admitimos a aplicação geral deste modelo, resta explicar porque este princípio de herança, que reconhece a totalidade dos descendentes como herdeiros legítimos, não promove um acelerado e intenso fracionamento da terra a dimensões sub-produtivas. A questão principal é: que mecanismos e estratégias se interpõem entre a regra e sua efetiva aplicação, impedindo a consecução dos efeitos lógicos da herança igualitária? Este artigo pretende, portanto, examinar a configuração dos processos de herança na região do Médio Jequitinhonha, nordeste do estado de Minas Gerais, abordando, empiricamente e, de modo qualitativo, algumas comunidades rurais dos municípios de Coronel Murta e Virgem da Lapa. Comunidades estas localizadas às margens dos rios Salinas e Jequitinhonha.

A hipótese é a de que em contraste à simples execução de uma regra consciente, estas famílias teriam como contrapartida outra espécie de código subjacente, não-articulado, que concorre com a regra expressamente formulada, procurando minimizar seus efeitos. Juntamente com a herança material, transmite-se também um conjunto de soluções possíveis e legítimas sobre o que fazer com a terra. Nesta concepção seguimos a perspectiva de Taylor (2000) de que a regra jurídica canônica, entendida como universal, não dita as diversas formas possíveis de segui-la e tampouco os diferentes modos a partir dos quais ela é articulada ao conhecimento e aos valores dos distintos grupos sociais. Há um conteúdo subjacente às regras expressas que se apresenta sob a forma de um conhecimento compartilhado e socialmente naturalizado.

Também Leach (2006) em sua análise sobre o direito consuetudinário cingalês assinalou que o princípio da integridade do patrimônio se choca com o ideal da transmissão igualitária de direitos. A manutenção de ambos exige dos grupos que os acionam a formatação de uma série de práticas costumeiras que devem operar no sentido a minimizar tais tensões. Para Leach (2006), tais *comportamentos costumeiros* deveriam ser compreendidos como soluções parciais ao dilema resultante da manutenção desses ideais contraditórios. A partir da indicação de Leach acerca da importância desses *comportamentos costumeiros*, acionamos a concepção de costume de E. P. Thompson (1998) para quem o *costume* refere-se exatamente a este campo de crenças não codificadas pela tradição escrita, composto de normas e usos asseverados e operantes através da prática, que não assumem a forma de um registro regulamentar.

Thompson (1998) destacava a convergência desta concepção de costume com os trabalhos desenvolvidos por Bourdieu, especialmente sua proposição dos conceitos de *sensu prático* (1990) e *habitus* (1983). Através desses conceitos Bourdieu acentua que o princípio produtor das estratégias não é nem a racionalidade calculadora do indivíduo maximizador, nem tampouco o cumprimento às determinações de uma função ou necessidade que é exterior e coercitiva aos agentes. Tais estratégias são entendidas como resultado de disposições incorporadas progressivamente a partir das condições de existência de um determinado grupo social. Condições estas marcadas por diversas investidas expropriadoras dadas pela expansão das fazendas pecuaristas (MOURA, 1988), pela implantação de monocultivos de eucalipto nas chapadas a partir da década de 1970 (CALIXTO *et al*, 2009) e pelos mais recentes projetos hidrelétricos (ZHOURI & OLIVEIRA, 2004). Nessa perspectiva, propõe-se que as práticas costumeiras orientadas à preservação do patrimônio familiar aparecem como resultado de um ajustamento historicamente produzido e reproduzido entre as disposições sociais incorporadas pelos indivíduos e as estruturas que são produto da realização destas disposições na prática.

O Bolo na prática: estratégias de reprodução do patrimônio familiar

Para analisar os processos de herança no Médio Jequitinhonha procuramos investigar a trajetória das famílias, retomando, a partir de entrevistas, as memórias relativas à construção dessas “terras de herança”. Nas comunidades pesquisadas, a posse foi a forma de ocupação histórica das terras e está registrada na memória dos moradores. Tomando como exemplo, o caso de Lagoa, a área foi inicialmente apossada pelo seu fundador reconhecido como “Velho Gregório” e, posteriormente repassada em herança ao seu filho, José Gregório que procedeu a venda de um direito ao seu genro José Barbosa que havia emigrado para a localidade juntamente com seus irmãos: Bernardo e Celino. A partir da assimilação do tronco dos Barbosa a genealogia local foi iniciada, então, a configuração de grande território de parentesco resultante da abertura de posses e posteriores compras e/ou registros de trechos da antiga fazenda denominada Mutuca de Baixo.

Essa fazenda era do avô de meu avô, o Gregório, ele era do local mesmo, era da nação de bugro, aqui no local ele era chamado Gregório matador de onça.

- P: E o que é nação de bugro, Sr. Z.?

- E: É índio do mato.

- P: Mas quem foi o primeiro morador?

- E: Primeiro era do Gregório, depois ficou pros herdeiro dele que eram José Gregório, Justino, Santo, Mariano e Bruno, depois foi ficando pra Bernardo e José Barbosa, meu avô.

(Sr. Z., Lagoa)

A ação dessas figuras ancestrais, como Gregório, marca para o grupo a origem de seus ‘direitos’ resultantes de um processo de ocupação, de incorporação e domesticação daquele espaço através do trabalho. A memória social destes grupos está assentada na eleição dessas personagens reconhecidas como fundadores, de forma que a história destas comunidades se vincula à trajetória destes sujeitos e à sua descendência.

E: - É terra de herança, mas mora muita gente e não é repartida. Cada qual tira um pedaço pra fazer manga, tirar roça... mas é num bolo só.

P: Mas aqui é herança de quem?

E: É herança do pai dele [seu marido]. Ele comprou essa fazenda na mão de José que era irmão do Velho Justino. Foi dois irmão que comprou essa fazenda, era Bernardo e José e Celino que eles pôs pra morar junto. **Então eles dois é que é responso** [Bernardo e José] da fazenda. **Agora é só neto e filho que tá dentro.**

(Dn^a. Z., Lagoa, grifos acrescentados)

Em alguns casos, tais nomes se tornam frequentemente toponímias, e passam a ser utilizados para indicar as comunidades constituídas a partir destas personagens ancestrais. A identidade dos grupos é então associada em seu próprio nome à parentela: os Pachecos, em referência ao nome da família e aos descendentes do fundador Manoel Pacheco; os Justinos, também como indicativo do ancestral fundador, reconhecido como ‘Velho Justino’, assim como, os Prechedes.

P: Os avós da senhora? A senhora chegou a conhecer?

E: Conheci. Minha avó que foi a mãe de meu pai, e os dois de mãe, pai e mãe eu conheci. Agora o pai de meu pai eu não conheci não, ele morreu velhinho.

P: A mãe do seu pai chamava como?

E: Prachedes...

P: Ah... daí que vem o nome?

E: É.... esse nome não é sobrenome, é apelido. A comunidade dos Prachedes, mas não tem um com essa assinatura. É por causa da velha que chamava Prachedes. Então ficou ‘comunidade Prachedes’.

P: Era o apelido dela?

E: Era o nome dela, então ficou como apelido. O nome Clemente de Prachedes, que era o nome de meu pai, chamava Clemente de Prachedes. Agora os filhos dele que era Manoel, meu irmão, Manoel de Prachedes, Lezinho de Prachedes. **Ficou tudo como uma coisa... miúdo de Prachedes. Aqui no meio, em Coronel Murta, lá eles trata senhor de Prachedes, só porque é a família... mas não é sobrenome não”**

(Dona. I., Prechedes, grifos acrescentados)

A “memória coletiva” e, sobretudo a memória genealógica representa, nesse sistema, a matriz através da qual são construídos e atualizados pertencimentos, os quais permitem (re) construir e (re) configurar direitos. A manutenção da “*terra no bolo*” tende a imobilizar a terra como bem negociável, ou seja, como valor de troca inserido no mercado comum de terras. Ademais o discurso genealógico do grupo constitutivo de sua memória coletiva realiza a projeção espacial das fronteiras dos grupos, permitindo a identificação entre sua história social e a trajetória da herança.

O sistema da “*terra no bolo*” está assentado sobre a operação de dois princípios fundamentais: a descendência e o trabalho. Em relação ao primeiro cabe destacar que o vínculo de parentesco com o ascendente que é considerado “dono” ou “responso” da terra é essencial para a reivindicação e para a efetuação dos direitos no bolo. É nesse sentido que toda a descendência é contemplada para o uso potencial do patrimônio. O segundo é igualmente fundamental porque antes da materialização do trabalho na terra os *direitos* são apenas virtuais, e sua realização depende do esforço de ocupação e trabalho investido na terra. Assim, o trabalho torna efetivo o direito e garante seu respeito em relação às possíveis reivindicações de outros herdeiros. É nessa medida que o direito de cada um se traduz naquela porção que ele “toca”, ou seja, no “serviço” realizado que é reconhecido por todos.

P: E a divisão aqui d’ocês aqui Sr. G.?

E: A divisão? Bom, **a divisão aqui é o seguinte, eu tenho essa área aqui que eu trabalho é minha.** O meu avô, no tempo dele, nesses tabuleiro, ele dividiu esse tabuleiro, cada filho ele deu um pedaço.

P: O seu avô por parte de mãe ou por parte de pai?

E: Parte de mãe. Ele deu um pedaço de tabuleiro pra cada um, a vazante a mesma coisa. Cada qual tem seu pedaço de vazante, mas foi o velho que deu. **Entonce eles manda ali em cima.** Aqui também. **Eu tenho essa plantação, é minha.** Nós fizemo o rolamento da terra, cada qual tem sua folha de partilha, cada qual tem seu documento, pagamos imposto, **mas não tem partilha na fazenda.**

P: Ah, como assim Sr. G.?

E: **Nós não dividimo a fazenda ainda. Quer dizer se eu trabalho aqui é fechado, é respeitado porque é meu, aqui dentro.** Se ali já é de minha sogra, lá na ponta é de P... mas se haver uma partilha, agora... eu vou sair lá, outro já sai pra aqui, aí **vai ter que ter um acordo,** uma combinação, né? Aqui em qualquer lugar eu posso fazer uma roça, mas se sair pra outro eu tenho que perder aquele serviço que eu perdi, não vou perder total porque **a gente tem que combinar né? Mas... a terra não é dividida não, é dividida igual nós ta aqui, cada qual respeita o direito do outro.**

(Sr. G., Prechedes, grifos acrescentados)

A conjugação desses princípios tem como resultado a instituição dos *direitos* que recebem traduções diversas nas diferentes comunidades. Em Pachecos, os moradores chamam de “frente” a porção de terra que é destinada à família nuclear. A “frente” consiste numa parcela de terra que se estende pelas diferentes paisagens, abrangendo desde a margem do rio até a encosta dos morros, incluindo aí as vazantes e os tabuleiros.

Minha frente é essa aqui. Não tá nada dividido, mas tem uma posse pra cada um, onde cada um quiser fazer seu combinho [...] É aquilo que tocar pra cada um, mas se um der de comprar melhor ainda, compra, põe no bolo junto e toca dos dois.

(S., Pachecos)

Já em Lagoa, os moradores acentuam a existência de direitos traçados:

Mas aqui a gente não sabe a repartição de nada, mas cada um tem sua declaração. **Aqui tudo é traçado, mas não foi nem engenharia que traçou não, eles mesmos que traçaram. Eles não dividiu, cada um fechou e foi trabalhando, mas não deixou nada embaraçado, cada um tem o seu, cada qual tem seu pedaço de terra tirado por eles...**

P: E se um der de vender?

E: Se der de vender não vende, só se vender pra um do lugar”

(Sr. Z. Lagoa, grifos acrescentados)

Destaca-se aqui a importância da categoria ‘direito’ como fórmula mediadora entre a concepção de indivisibilidade da terra de herança e a forma individualizada de seu aproveitamento econômico (SOARES, 1981). A terra é um bolo que pertence por princípio a todos os seus herdeiros, no entanto, a sua apropriação através do trabalho exige seu recorte em porções que possam atender a cada grupo doméstico. O resultado é dado por soluções diversas que apontam para negociações práticas entre o princípio da integridade do patrimônio e a concepção da autonomia de cada unidade familiar a partir do trabalho.

Todavia, o ‘direito’ não compreende apenas o produto concreto do trabalho sobre a terra, ele assinala também a possibilidade de mobilizar futuramente uma porção de terra para a moradia e o trabalho, o que torna possível a um ausente ter ‘*direitos parados*’ (GALIZONI, 2002). Contudo nesses casos, o que o ‘direito’ designa é apenas a potência, ou seja, a possibilidade de reivindicar legitimamente uma porção de terra. Isso ocorre porque nem todo *direito ao bolo* se materializa como *direito no bolo*, resultando na categoria do *herdeiro ausente* que é a maior fonte de flexibilidade, mas também de tensões nesse sistema. Com efeito, a manutenção do “bolo” pautado, portanto, na perpetuação do regime pró-indiviso e na recusa da partilha geodésica depende da consecução de uma série de estratégias que foram sintetizadas em três modalidades, brevemente analisadas na seção seguinte.

A gestão dos direitos no bolo

No contexto da gestão ordinária do bolo e da preservação do patrimônio familiar são desenvolvidas estratégias específicas traduzidas nas práticas matrimônias; na emigração de parte dos herdeiros potenciais e na venda de direitos realizada, prioritariamente ou exclusivamente entre membros da mesma família.

A primeira modalidade dessas estratégias é dada pelos casamentos. O regime local de posse e uso da terra está associado às uniões matrimoniais e aos padrões de residência pós-maritais, sobretudo, tendo em vista a expectativa local de que a união deve ser seguida pela constituição de um novo estabelecimento, conforme dizem: “*casou, é casa*”. Apesar da

extrema variação, observamos que o padrão residencial pós-marital é neolocal em relação à casa/habitação e tendencialmente virilocal no que diz respeito à comunidade. Os moradores compartilham a ideia de que o marido deve prover a casa, sobretudo, o material e o trabalho necessários à sua construção, mas o casal pode se estabelecer indistintamente no direito dos pais do marido, ou dos pais da esposa. Por outro lado, invariavelmente é a esposa que acompanha o marido e, não raro, aqueles que optam pela residência com os pais da esposa, adquirem mediante a compra de direitos, parcelas do bolo derivadas de seus parentes afins. Ampliam-se, assim, as perspectivas de constituição de um patrimônio familiar tendo em vista a possibilidade de articular ou aglutinar direitos diversos advindos de uma mesma família. Embora não seja possível falar de um tipo prescritivo de união, nota-se que a preferência pelos “de dentro” está plenamente adequada ao horizonte de perpetuidade das condições que asseguram a reprodução social do grupo. Em muitos casos estas uniões entre primos resultam na somatória de direitos que são “confinantes” ou “pegados”, ampliando assim o patrimônio no momento em que se poderia esperar sua dispersão.

A segunda modalidade de estratégias se realiza através das migrações, movimentos que estabelecem o balanço entre a ausência e a permanência, tornando complementares os destinos do sucessor e do migrante. Em relação ao Médio Jequitinhonha, autores como Moura (1988), Amaral (1988) e Ribeiro (1993) destacaram a relação entre a valorização das pastagens e a correlata expansão do empreendimento pecuarista à acentuação dos movimentos migratórios a partir da década de 1970. Assim, às pressões demográficas decorrentes do estoque decrescente de terras disponíveis à formação dos patrimônios, se somavam os efeitos das transformações econômicas que impunham um necessário aumento da produtividade e dos rendimentos associados à terra (AMARAL, 1988). Como resultado, a continuidade da pequena produção se viu ameaçada pelas investidas das fazendas que se expandiam e restringiam os domínios de posse. Circunscritos às posses já consolidadas estes territórios familiares foram submetidos às ameaças de fragmentação do patrimônio e ao assédio da fazenda pecuarista a qual se deparava muitas vezes com a ausência de títulos comprobatórios da propriedade entre os pequenos lavradores (MOURA, 1988). Na década de 1970, este quadro se agravou com o fechamento das terras de uso comum nas chapadas, a partir da implantação dos empreendimentos reflorestadores (MOURA, 1988; RIBEIRO, 1993).

A migração temporária e o assalariamento de membros da família em outras regiões se tornaram, então, o veículo para a obtenção de um montante destinado à manutenção ou ampliação do patrimônio, ao pagamento de dívidas contraídas para a complementação da *despesa* ou para o incremento da produção. Desse modo, se a emigração temporária de alguns configurava uma estratégia para evitar ou postergar a partilha e a venda do patrimônio à fazenda, a emigração permanente abrandava as pressões demográficas sobre a terra, liberando-a a outros herdeiros.

A partir desse período se tornaram predominantes duas modalidades de migração: a primeira delas é a migração temporária de caráter sazonal dado pelo assalariamento de membros da família em outras regiões, sobretudo, no período de vacância agrícola na região, quando são arregimentados para o trabalho no corte de cana e na colheita do café em São Paulo e no Sul do Brasil respectivamente. O segundo tipo é dado pela migração permanente, quando alguns membros deixam a família de orientação para se estabelecer em outras localidades. Não são raros os casos em que esse tipo de emigração é realizado por grupos de parentes, frequentemente irmãos, que optam por um mesmo destino e se associam para a

compra de terras em outras localidades ou, alternativamente, que emigram para os centros urbanos constituindo ali um grupo de apoio e de ajuda mútua. Estas migrações empreendidas por grupos de *siblings* possibilitaram no passado a ocupação e formação do território de Lagoa. No presente, a atualização dessa estratégia tem ampliado as possibilidades de reprodução dos não-migrantes.

Outro caso ilustrativo desse processo é a comunidade de Prechedes na qual a segunda geração que sucedeu aos fundadores foi marcada pela emigração de grande parte dos seus membros que se dirigiram à localidade de Poté, instaurando ali uma nova “terra de herança” (ALMEIDA, 2006). Desse modo, sugerimos que a migração configura uma estratégia edificante para o patrimônio, pois a emigração temporária permite evitar ou postergar a partilha ou a venda do patrimônio à fazenda. Por sua vez, a emigração permanente ameniza as pressões demográficas sobre a terra, reduzindo o número de direitos efetivados no bolo.

A terceira modalidade compreende as estratégias que permitem aos sitiantes contornar a partilha mediante *transações de direitos*. O objetivo de manter o patrimônio indiviso em extensões que possam garantir a reprodução da família se associa também à venda de direitos. A recusa da partilha geodésica implica na ausência do parcelamento jurídico da propriedade, conseqüentemente, a delimitação e a avaliação do objeto de transação no momento da venda são dadas através da noção de “direito”, o que impede a alienação de seções de terra transformadas em propriedades jurídicas individualizadas:

Se não há partilha na terra, o ajustamento das tensões internas ao grupo é feito a partir de *transações de direitos*. É a venda de direitos no Médio Jequitinhonha que permite articular com resultados positivos os destinos de dois protagonistas: o migrante e o sucessor. O regime pró-indiviso é mantido e complementado com a chamada venda de “direitos”, conforme assinalou um entrevistado: “A terra é herança de pai e até hoje não foi dividido, os filhos ficou trabalhando reunido. **Ficou dividido só na compração só**” (Sr. B., Lagoa, grifos acrescidos).

Tais transações são marcadas por dois valores compartilhados, quais sejam: o “respeito” e a “consideração”. O *respeito* consiste no reconhecimento dos direitos já estabelecidos no bolo de forma que respeitar o direito do outro significa não realizar trabalho ou serviço onde já existe de fato o trabalho de outrem. Já a “consideração” se refere à precedência do “parente” para a compra, o que marca a prioridade do acordo familiar em detrimento da possibilidade do lucro financeiro, conforme ressalta o trecho da entrevista a seguir:

P: E se acontecer de um querer vender o direito, como é que faz?

E: Tem que haver acordo né? Se, se um quer vender, ou vai ter que dividir ou vai ter que arreunir os outros com os da família comprada, ou arreunir todos da família e comprar.

P: Ah, então a própria família compra?

E: É... a própria família compra.

P: Normalmente tem isso, por exemplo, como é que ocê decide pra quem que você vai vender? Têm várias pessoas querendo comprar, como é que decide pra quem ocê vai vender?

E: Bom, eu pra decidir, é o seguinte, eu tenho que chegar em cada um deles, da família, e falar assim: ‘Eu vou vender, ocê quer comprar? Não. Ocê quer

comprar? Não. Ocê quer comprar? Não. **Eu preciso vender, outro vai entrar e pode dar problema, se um de fora entrar pode dar problema.’ E se o da família, o da família quiser comprar... o preço é tanto, outro chega e fala: ‘eu dou mais’, não, já vai fazer uma briga pra família. Então é mais fácil ocê vender pra família né? Mesmo que ocê tomar prejuízo, mas ocê ta fazendo um acordo de paz. Entendeu?**

(Sr. T., Prechedes, grifos acrescidos)

Opera aqui o reconhecimento da parentela como uma esfera distinta na qual deve haver evitação do conflito aberto e do prejuízo aos seus membros. É somente no seio da família, entre aqueles que são considerados “de dentro” que se pode esperar encontrar sujeitos portadores e zelosos dos preceitos do grupo. Os chamados ‘de fora’, por princípio, não compartilham tais valores e são consideradas figuras liminares (não socializadas) sempre representativas de tensões potenciais, daí a importância da ‘consideração’ entre parentes:

P: E acontece assim nas outras comunidades também?

E: Isso aqui tem muita confusão. Eu sou tratando da minha vida... e totalmente da família... **mas que aqui existe muita confusão, nem todos, mas que existe, existe. Pessoas... que às vezes não têm consideração... acha que... – ‘Ah, eu tenho isso, fulano me deu tanto, ocê não dá tanto, ocê não dá o que o fulano deu e vou vender pro fulano’...** E aí começa e dá problema às vezes. E já... essa região aqui já aconteceu muito disso, não aqui por perto, mas... é uma coisa que a gente não pode nem..., mas não é com a gente né?

(Sr. T., Prechedes, grifos acrescidos)

A prática da venda de direitos entre irmãos ou entre tio e sobrinho foi observada com grande regularidade nas comunidades pesquisadas, conforme apontam outros depoimentos: “*A terra é herança, mas eu comprei um pedaço pegado junto, comprei na mão de um tio meu*” (Sr. ML. Lavrinha) e “*Meu pai, comprou um direito aqui e juntou com a parte que era de minha mãe. Ele comprou a terra que era extremado com a terra nossa*” (Sr. F., Pachecos). Destaca-se também o fato de que esta prática é positivamente avaliada pelos moradores que ressaltam suas vantagens: “*Quem pode compra de um ao outro que aumenta mais pra fazer uma rocinha*” (Dn^a. M., Pachecos).

Tal como assinalou Bourdieu (1961), nesses casos, a adesão às injunções do grupo se vê assegurada por um sentimento de solidariedade incorporado pelos atores e que funciona não sob a forma de um imperativo constrangedor, mas que está inserido na consciência dos membros e que se atualiza em suas práticas. Mais do que imperativos juridicamente formalizados, este código opera através de valores que não são cotidianamente formulados e expressos, ao contrário, se apresentam como princípios indiscutíveis, regras implícitas que terminam por conformar atos somente à medida que contingências históricas assim o exigem. A prevalência da família como instância privilegiada destas trocas permite simultaneamente, a manutenção da integridade do “bolo” como patrimônio e a constituição de um território de reciprocidade que aciona a localidade como esfera de pertencimento, articulando as oposições já assinaladas entre o “nós” e os “de fora”. Tal como destacou Woortmann, a reciprocidade se realiza aqui entre um grupo constituído como “*iguais em honra [...] no interior de um território que é também um espaço de identidade*” (WOORTMANN, 1990, p.

60). Conforme sublinhou Pietrafesa de Godói (1998), os discursos genealógicos são fundamentais à produção dessas identidades ao integrarem as unidades familiares na história do grupo, ao mesmo tempo que as vinculam à trajetória de ocupação e trabalho de um território específico, base de sua reprodução social.

Os princípios destacados não aparecem, contudo, sob a forma de regras codificadas, eles tomam a forma de disposições éticas e afetivas cujos resultados são: a ênfase na solidariedade do grupo (o que não exclui a emergência de tensões) e uma moralidade com relação à família que oblitera possíveis expectativas de busca por gratificações autointeressadas. No Médio Jequitinhonha, a abundância de terras disponíveis para o estabelecimento dos novos grupos domésticos constituídos a partir das uniões matrimoniais ocorrera apenas durante as duas ou três gerações que seguiram à formação desses territórios. Para as gerações subsequentes, a abertura de novos direitos no interior do direito dos ascendentes gradativamente se tornou mais difícil. À medida que uma situação de disponibilidade de terras marcada pelo fato de que “*antigamente crescia era dez filho dentro de casa até casar*” é substituída pela necessidade da migração, o agenciamento de normas e princípios consuetudinários que dirigem o acesso à terra se torna um mecanismo essencial para a reprodução social destes grupos. É diante desse quadro, que as comunidades assinaladas desenvolveram estratégias relativas à emigração, aos casamentos endogâmicos e à venda de direitos interna aos membros da parentela. Cabe ressaltar que as três estratégias identificadas possibilitam às famílias minorar ou contornar os efeitos de uma herança igualitária sobre o patrimônio. Impedindo sua extrema fragmentação, os costumes sucessórios se apresentam, assim, como estratégias de reprodução social das famílias.

A ênfase na esfera familiar identificada nas práticas e discursos dos moradores interroga, portanto, as expectativas teóricas que restringem seu papel ao universo estritamente econômico e enfatizam seus aspectos demográficos e as formas de gestão da força de trabalho. Na gestão e no zelo pela integridade do patrimônio familiar o que está em jogo é a manutenção de um território e a produção cultural da família enquanto valor (WOORTMANN, 1990). Nessa perspectiva, mais do que uma variável central na determinação dos níveis de produção, a terra é o espaço que permite a realização moral da família: “... *não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas*” (WOORTMANN, 1990, p.12).

Considerações Finais

As chamadas “terras de herança” do Médio Jequitinhonha são o produto de relações complexas que, de saída, articulam processos e modalidades hegemônicas de produção do espaço - entre elas, as grandes fazendas escravistas de produção algodoeira e, mais tarde, os empreendimentos pecuaristas e as monoculturas de eucalipto – às formas locais colonizadas de produção dos “territórios sociais” (LITTLE, 2002). Nesse sentido, floresceram nos interstícios do sistema dominante, ao mesmo tempo como parte e resultado do mesmo, formas alternativas de apropriação do território. O presente artigo procurou demonstrar as articulações criativas empreendidas pelos próprios atores que desenvolvem práticas costumeiras de gestão do território. Tais práticas resultam de um conhecimento prático e localizado, dado pela relação entre “*intuições empíricas*” e “*proposições locais*” (SAHLINS, 2001; 2004).

Aliando a ênfase bourdiana (1983, 2006) na gestão prática das prescrições ao material etnográfico da pesquisa, entendemos que as regras de transmissão do patrimônio no Médio Jequitinhonha não constituem uma espécie de código exterior e coercitivo aos agentes. Ao contrário, elas operam no domínio da prática sob a forma de disposições éticas e afetivas que estão incorporadas nos sujeitos e que, atualizadas, estendem os vínculos sociais sobre o território, edificando-o como patrimônio familiar.

A ‘consideração’, o ‘respeito’ e a exclusão do estrangeiro são, nessa perspectiva, regras não codificadas do sistema local. Elas operam como essa espécie de conhecimento tácito ou *competência subjacente* que orienta as escolhas e realiza a conformação da prática às expectativas locais. É nessa medida que os “territórios sociais” do Médio Jequitinhonha consistem em domínios espaciais de pertencimento construídos e reconstruídos politicamente no campo das práticas e da gestão cotidiana de seus recursos e no campo discursivo das mobilizações e reivindicações que procuram, hoje, proteger e afirmar os direitos territoriais nas correlações de força que marcam a configuração da estrutura fundiária brasileira. Tais práticas resultam de uma racionalidade cujas expressões não correspondem às doutrinas e regulamentações formais, mas são apresentadas sob a forma de convenções morais que apontam mais para “disposições éticas e afetivas” (BOURDIEU, 2006) do que para prescrições sistematizadas e codificadas. Estas convenções são constituídas a partir de um conhecimento *prático* (WITTGENSTEIN, 1994), *costumeiro* (THOMPSON, 1998) e localizado (ESCOBAR, 2005). Segundo ressaltou Thompson: “o costume é local” (1998, p.86), sua operacionalidade não depende do registro exato das normas, mas da renovação constante das tradições orais, sua vigência se concretiza na regularidade das práticas locais, na renovação e na reprodução desse *sensu prático*.

Com efeito, a manutenção de um patrimônio indiviso em extensões que possam garantir a reprodução da família se associa às estratégias examinadas, as quais são adotadas por estes grupos para dirimir os efeitos da herança igualitária e das pressões demográficas resultantes da escassez de terras livres. Tais modalidades costumeiras de preservação do patrimônio familiar se desenvolveram historicamente em um contexto marcado por sucessivas ameaças de expropriação colocadas pela expansão da fazenda pecuarista, pela implantação dos monocultivos de eucalipto nas chapadas e pela proposição de projetos hidrelétricos cuja instalação exige o deslocamento compulsório das comunidades examinadas. Desse modo, torna-se pertinente pensá-las como formas de resistência dedicadas à manutenção das condições que garantem a reprodução dessas comunidades camponesas. Conforme destaca Moura (1986), os mecanismos que o campesinato adota para definir a herança da terra podem ser vistos como modalidades de resistência à expropriação. Nessa qualidade, as estratégias locais de preservação do patrimônio poderiam ser identificadas às formas históricas e cotidianas de resistência nos termos em que definiu Scott (1985): formas não-coordenadas ou planejadas que evitam o confronto aberto e direto com os segmentos dominantes. São modalidades silenciosas e não-declaradas, que articulam práticas de caráter informal (SCOTT, 1985), sinalizando para a diversidade de meios através dos quais estes grupos sociais produzem resistência e/ou acomodação às experiências históricas que atravessam.

A noção de resistência camponesa cotidiana nos termos em que definiu Scott (1985) coaduna com a perspectiva do presente artigo na medida em que sublinha formas não institucionalizadas e não coordenadas de resistência, marcadas por práticas informais que enfatizam a experiência e não a ação coletiva declarada. No entanto, ao contrário do que

assinala Scott (1985), tais modalidades de resistência parecem não necessariamente depender do conhecimento consciente que os atores mantêm acerca do quadro social em que atuam. Alternativamente, é possível contemplar formas de resistência engendradas a partir de uma espécie de cumplicidade entre as disposições dos atores e as estruturas objetivas que as produzem, resultando em práticas que não têm como finalidade explícita a resistência, embora tal leitura possa se fazer coerente para o analista (BOURDIEU, 2006). Tal como ressaltou Pietrafesa de Godói (1999), essa espécie de “economia moral” relativa à posse e gestão da terra é produto de uma exposição histórica prolongada a condições de marginalidade e expropriação. Assim, contrariamente à ideia de uma resistência consciente e coordenada por meio de ação coletiva racionalizada, as estratégias analisadas no presente trabalho acentuam o papel do conhecimento prático que produz um ajustamento das escolhas e ações às demandas colocadas pelas estruturas que conformam o universo de atuação desses grupos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de índio: uso comum e conflito. In. **Terras de Quilombo, Terras Indígenas, ‘Babaçuais Livres’, ‘Castanhais do Povo’, Faxinais e Fundos de Pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico, vol.2. Manaus: Fundação Ford, PPGSCA-UFAM, 2006, p. 101-132.

AMARAL, L. **Do Jequitinhonha aos Canaviais:** em busca do paraíso mineiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

BOURDIEU, P. Esboço de uma Teoria da Prática. In. ORTIZ, Renato (Org.) **Pierre Bourdieu:** sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 39. São Paulo: Ática, 1983, p.46-81.

BOURDIEU, P. **The Logic of Practice.** Standford: Standford University Press, 2006.

CALIXTO, Juliana; RIBEIRO, Eduardo A. M; GALIZONI, Flávia, M. & MACEDO, Renato L. Trabalho, Terra e Geração de Renda em Três Décadas de Reflorestamento no Alto Jequitinhonha. **RESR**, vol. 47, n. 2, 2009, pp. 519-538.

ESCOBAR, A. El Lugar de la Naturaleza y la Naturaleza del Lugar: globalización o postdesarrollo? In. LADER, E. (Org.) **La Colonialidad del Saber:** eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005, p. 115-152.

FELICIO DOS SANTOS, J. **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio:** Província de Minas Gerais. Rio de Janeiro: A. J. Castilho, 1924.

GALIZONI, F. M. **A Terra Construída:** família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, 2000, 72f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GALIZONI, F. M. Terra, Ambiente e Herança no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.40, nº 3, Brasília, 2002, p. 561-580.

LEACH, E. Poliandria, Herança e Definição de Casamento: com referência particular ao direito consuetudinário cingalês. In. **Repensando a Antropologia**. Tradução de José Luís dos Santos. São Paulo: Perspectiva, 2006, p.161-173.

LITTLE, P. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In. **Série Antropologia**, n. 322, Brasília, 2002.

MOURA, M. M. **Os Deserdados da Terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

OLIVEIRA, R. A Rua e o Nosso Lugar: processos de reterritorialização no licenciamento da usina hidrelétrica de Murta. In. ZHOURI, A. **As Tensões do Lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011, p. 127-150.

RIBEIRO, R. F. **Campesinato: resistência e mudança** – o caso dos atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha. 1993. vol.II. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

SAHLINS, M. **Como Pensam os Nativos**: sobre o Capitão Cook, por exemplo. São Paulo: EDUSP, 2001.

SAHLINS, M. Experiência individual e Ordem Cultural. In. **Cultura na Prática**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004, p. 301-316.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tomo II. Coleção Brasiliana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SANTOS, Ana Flávia Moreira; GALIZONI, Flávia Maria & RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães. **As Comunidades Tradicionais do Alto Jequitinhonha face à Hidrelétrica de Irapé**: organização sociocultural e impactos. In: MPF. 1998-2002b. Procedimento Administrativo Cível nº 08112.001180/98-04, Belo Horizonte, 2002.

SCOTT, J. **Weapons of the Weak**: everyday forms of peasant resistance. New Haven; London: Yale University Press, 1985.

SOARES, L. E. **Campesinato**: ideologia e política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TAYLOR, C. Seguir uma Regra. In. **Argumentos Filosóficos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p.181-195.

THOMPSON, E. P. Costume, Lei e Direito Comum. In. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.86-149.

ZHOURI, A. & OLIVEIRA, R. Paisagens Industriais e desterritorialização de populações

locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. **Revista Teoria & Sociedade**, nº 12.2, Belo Horizonte, UFMG, 2004, p. 10-29.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1994.

WOORTMANN, K. 'Com Parente Não se Neguceia': o campesinato como ordem moral. In. **Anuário Antropológico**, nº 87, Brasília/Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1990, p.11-73.



Enfoque sistêmico e análise das políticas públicas rurais

Systemic approach and analysis of rural policies

Eric Sabourin (Cirad, UMR Art-Dev e Unb-CDS), eric.sabourin@cirad.fr

Resumo

O trabalho trata da contribuição do enfoque sistêmico para a análise das políticas públicas. A abordagem sistêmica teve uma influência em diversos setores da ciência e da pesquisa e também marcou a ciência política, primeiro com a intenção de pensar a vida como um sistema político e logo com a análise das políticas públicas a partir de um enfoque sistêmico em termos de fluxos, inputs e *outputs*. Hoje essa corrente quase desapareceu da análise das políticas públicas, mas suas influências ainda podem ser verificadas. O texto consta de três partes. A primeira parte apresenta brevemente os fundamentos teóricos e a aplicação da abordagem sistêmica para a análise das políticas públicas. A segunda parte trata das evoluções e complementações que aconteceram na análise das políticas públicas por conta da abordagem sistêmica ou, até, em reação a ela. A terceira parte introduz o enfoque estruturalista da teoria da reciprocidade em antropologia econômica aplicado para a análise das políticas públicas rurais no Brasil.

Palavras-chave

Enfoque sistêmico; análise de políticas públicas; estruturas de reciprocidade; Brasil.

Abstract

This paper deals with the contribution of the systemic approach to public policy analysis. The systemic approach had an influence in various sectors of science and research, and also marked the political science, first with the intention of thinking the life as a political system and then with the analysis of public policies from a systems approach in terms of flows, inputs and *outputs*. Today this current almost disappeared from the analysis of public policies, but its influence can still be checked. The text consists of three parts. The first part briefly presents the theoretical foundations and the application of the systemic approach for the public policies analysis. The second part deals with the changes and additions that occurred in the analysis of the public policies on behalf of the systemic approach or even in reaction to it. The third part introduces the structuralist approach of the reciprocity theory in economic anthropology applied to the analysis of rural public policies in Brazil.

Keywords

Systemic approach; public policies analysis; structures of reciprocity; Brazil.

Introdução

Esse texto trata da contribuição do enfoque sistêmico para a análise das políticas públicas. A abordagem sistêmica teve uma influência em diversos setores da ciência e da pesquisa. Marcou também a ciência política, primeiro com a intenção de pensar a vida como um sistema político (Laswell, 1936, 1956; Easton, 1957, 1965) e logo com a análise das políticas públicas a partir de um enfoque sistêmico em termos de fluxos, inputs e *outputs* (Lapierre, 1973; Lemieux, 1989; 1996).

O que é uma política pública? Existem muitas definições, por exemplo: a política pública é “o que os governos fazem e porque o fazem” (Simeon; 1976: 548), mas é também o que os governos “escolhem fazer ou não fazer” (Dye; 1984:1). Segundo Leslie Pal (1992: 2), uma política pública é uma série de ações ou inações que autoridades públicas escolhem adotar para regular ou responder a um problema ou um conjunto de problemas interligados. Para Jenkins (1978:15), as políticas públicas se referem a um conjunto de decisões interligadas, tomadas por um ator político ou um grupo de atores políticos. As políticas públicas, num sentido mais geral, podem ser definidas, segundo Muller (2003), como um conjunto de ações coordenadas, implementadas com o objetivo de conseguir uma modificação ou uma evolução de uma situação dada. Elas são executadas por instituições e administrações públicas, em resposta à existência de um problema público ou coletivo, que tem que ser identificado, analisado e logo promovido ou publicitado como tal em termos de demandas ou de agenda (Kingdon, 1984).

O artigo consta de três partes. A primeira parte apresenta brevemente a emergência e a aplicação da abordagem sistêmica para a análise das políticas públicas. A segunda trata das evoluções e complementações que aconteceram na análise das políticas públicas por conta da abordagem sistêmica ou, até, em reação a ela, em particular no âmbito da socioantropologia. Finalmente, como ilustração de um enfoque sistêmico em ciências sociais, a terceira parte introduz a aplicação a políticas públicas rurais no Brasil da análise pela teoria da reciprocidade, uma metodologia estruturalista oriunda da antropologia econômica.

1. Abordagem sistêmica e a análise das políticas públicas

O enfoque sistêmico e a ciência política entre os anos 1950 e 1980

Oriunda da biologia e da cibernética, a abordagem sistêmica tocou de maneira relativamente marginal as ciências sociais, principalmente durante um período entre os anos 1950 a 1980. Nas ciências políticas, a abordagem sistêmica teve a sua época de sucesso, em particular, no Canadá e nos EUA. De fato nos anos 50, em plena Guerra Fria, os cientistas norte-americanos tentaram opor à análise marxista um enfoque dos fatos políticos que fosse também global e à pretensão universal.

David Easton (1965, 1966) considera a política como uma “repartição autoritária de valores numa sociedade”. No livro *A System Analysis of Political Life* (1966) propõe assimilar a vida política a um sistema aberto que pode ser representado como uma vasta caixa preta alimentada por inputs (insumos = demandas e apoios sociais) e produzindo *outputs* (decisões e ações, cf. figura 1). Segundo Easton, a aplicação desse conceito à análise dos fenômenos políticos passa por quatro propostas complementares: i) existem interações políticas no

sistema social constituindo um sistema de comportamento “político” específico; ii) este sistema político depende de um ambiente físico, biológico, social e psicológico; iii) esse sistema de comportamento está aberto às influências do ambiente; iv) ele é capaz de se autorregular de responder às pressões e de agir frente às condições do ambiente.

Para Lapierre (1973: 34), que aprofundará mais tarde as propostas de Easton, um sistema político é “o conjunto dos processos de decisão que interessam à totalidade de uma sociedade global” ou ainda “o conjunto dos processos de decisão relativos à coordenação e cooperação entre os grupos que compõem essa sociedade e relativos à duração dos seus empreendimentos e ações coletivas” (Lapierre, 1973: 16).

Para Easton (1966), a vida política pode assim ser concebida como um processo no qual o sistema político é capaz de intervir positivamente nas suas relações com o ambiente porque tem a capacidade de produzir soluções de adaptação às pressões do ambiente (fig. 1 e 2). Por sua vez, essas soluções reagem sobre o ambiente. O conceito de equilíbrio sistêmico sintetiza os intercâmbios e fluxos entre o sistema e o seu ambiente (Easton, 1966).

Figura 1. O sistema político segundo Easton

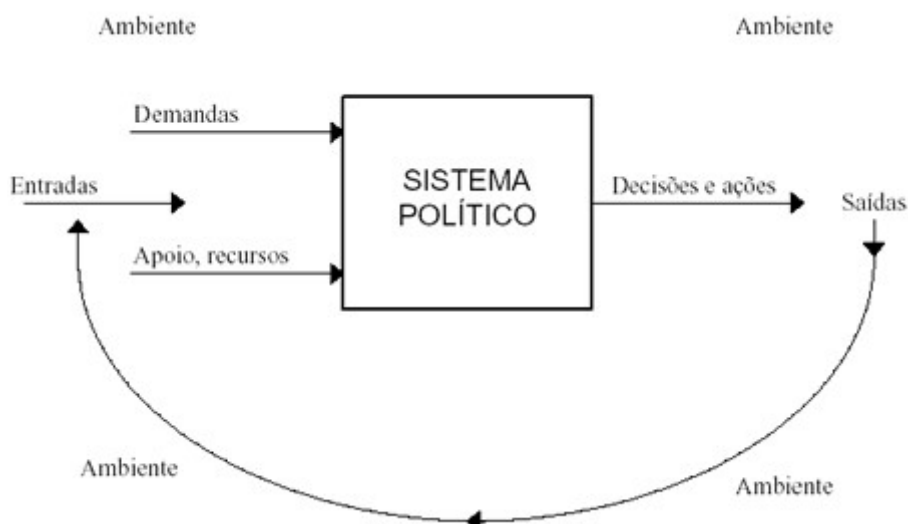
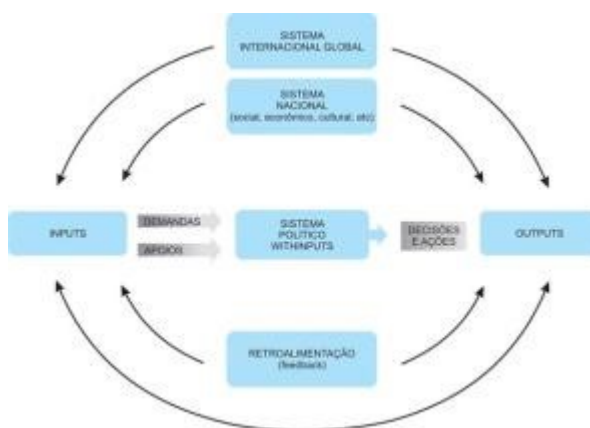


Figura 2: O ciclo do sistema político em Easton (Rua, 2009)



A aplicação do enfoque sistêmico para a análise de políticas públicas

Para Rua (2009), no modelo sistêmico, a política pública é definida como uma resposta do sistema político às forças geradas no ambiente, e o sistema político corresponde ao conjunto de estruturas e processos inter-relacionados que funcionam para produzir alocações de valores para a sociedade (Easton, 1966). O conceito de sistema implica uma série de instituições e atividades na sociedade que funcionam para transformar demandas em decisões imperativas, requerendo um suporte legitimador da sociedade como um todo. Implica também que os elementos do sistema estejam inter-relacionados e que este possa responder às forças do seu ambiente de forma a se autopreservar.

Vincent Lemieux (1989, 1996, 2002) completou o enfoque sistêmico de Easton e Lapierre, adaptando-o mais especificamente para a análise de políticas públicas. Para Lemieux, se considerarmos uma política pública como um sistema de ação, esse sistema pode ser definido pelo seu ambiente, por suas finalidades, atividades e estruturas; o conceito de evolução indica que esse sistema se transforma no tempo (Quadro 1).

Nessa ótica, uma política pública (PP) pode ser definida como sendo formada por atividades orientadas para a solução de um problema público num ambiente dado e por atores políticos que mantêm relações estruturadas; o conjunto evoluindo no tempo.

O ambiente corresponde aqui a qualquer condição ou circunstância definida como limite externo ao sistema político (Rua, 2009).

Quadro 1: **A abordagem sistêmica das políticas públicas segundo Lemieux (2002)**

Conceitos	Definição sistêmica das políticas públicas (PP)	Principais explicações
Atividade	As PP são compostas de atividades	A ação racional e os seus limites
Finalidade	...orientadas para a solução	As crenças e referências dos atores
Ambiente	...dos problemas públicos num ambiente	Os determinantes das políticas
Estrutura	...por atores políticos com relações estruturadas	As redes de atores políticos
Evolução	...o conjunto evoluindo no tempo	As etapas das políticas públicas

Os inputs são as forças que afetam o sistema político e são recebidas pelo sistema na forma de demandas e apoios; as demandas emergem quando indivíduos ou grupos, em resposta às condições ambientais, agem para afetar o conteúdo da política pública (Rua, 2009). Os suportes são, por exemplo, a opinião pública e a legitimidade que vem do ambiente interno ou externo de uma dada sociedade.

As demandas podem ser, por exemplo, reivindicações de bens e serviços (saúde, educação, estradas, transportes, segurança pública, normas de higiene e controle de produtos alimentícios, previdência social, etc.) ou ainda, demandas de participação no sistema político.

O sistema político em si continua sendo, de certa maneira, uma caixa preta, mas Lemieux (2002) caracteriza a sua composição em: uma comunidade política (reino, tribo, estado), um regime político (parlamentar, presidencial, ditadura, central, federal, etc.) e autoridades políticas que, mediante uma triagem por prioridade, operam a seleção das demandas e coordenam as ações (as políticas públicas).

Os *outputs* correspondem às decisões e ações das autoridades em resposta às demandas. Para Rua (2009), os *outputs* são alocações imperativas de valores do sistema expressas como decisões e como políticas públicas.

Para caracterizar e fechar o sistema, existe uma retroatividade (*feedback*) dos *outputs* mediante os efeitos e impactos, desejados e não desejados, positivos e negativos, das decisões e das políticas públicas sobre o ambiente e os atores. Esses efeitos retroativos podem assim influenciar (aumentando ou reduzindo) os apoios e as demandas.

Segundo Lemieux (2002), os atores componentes do sistema político, essencialmente as autoridades políticas, podem mobilizar e utilizar recursos políticos. Existem vários tipos de recursos políticos: os recursos normativos ou normas (valores, regras que os atores mobilizam como trunfos ou como desafios a cumprir); os recursos estatutários ou os postos na função pública ou política; os recursos acionáveis ou comandos (os elementos para a ação); os recursos relacionais ou alavancas para a decisão e a ação política (redes, capital social); os recursos materiais ou suportes (capital financeiro); os recursos humanos ou capacidades e os recursos informativos.

A análise sistêmica de políticas públicas corresponde, portanto ao estudo de cada componente ou subsistema: 1) análise das demandas (inputs); 2) análise da agenda das políticas (ordem do dia); 3) análise da formulação da política (pelo sistema político); 4) análise das decisões (*outputs*); 5) análise da implementação (*outputs*); 6) análise do impacto ou avaliação (ambiente)

De acordo com Rua (2009), nos anos 1960/70 essa proposta apareceu como uma proposta de renovação metodológica: i) Oferecia uma análise global, mais abrangente, em particular com relação à análise monosssetorial no caso das políticas públicas. ii) Trazia uma análise dos fluxos e dos ciclos como alternativa à análise linear das políticas públicas; iii) Propunha analisar a complexidade dos subsistemas.

Para Monière (1976), a abordagem sistêmica das políticas públicas por Easton apresenta três limitações. Primeiro, exclui do campo do conhecimento social a causalidade das funções. Por exemplo, a decisão de aumentar o preço de um bem de consumo como o petróleo é uma decisão que afeta o conjunto da sociedade, direta ou indiretamente e que, de fato, escapa ao processo político. Certas decisões tomadas e justificadas em nome da sociedade não afetam o conjunto da sociedade, pois o seu caráter obrigatório só é efetivo e real para um segmento da sociedade, por exemplo, a antiga política de discriminação dos negros nos EUA ou do *apartheid* na África do Sul.

Em segundo lugar, para Monière, se a análise sistêmica apoia-se na conjuntura, então entra em contradição com as constantes dos acontecimentos históricos. Por que autoridades e regime são depostos? Por que não foi cumprida a função de harmonização e regulação que era a sua? Será que a revolução de 1789 na França foi apenas o resultado de uma conjuntura do meio (interno e externo) da sociedade?

Finalmente, segundo esse autor, na abordagem sistêmica a socialização é construída a partir de bases psicológicas deficientes onde os agentes possuem racionalidade e informação perfeitas: “Negou-se o fato que o indivíduo não recebe passivamente as mensagens e não pode ser considerado como uma página branca sobre a qual as forças sociais viriam imprimir a sua marca”. A interação é sempre mais complexa, e o analista deve reconhecer o efeito de fatores endógenos.

No final dos anos 1990, Niklas Luhmann vai enriquecer a abordagem sistêmica da sociedade e da política, introduzindo mais complexidade e, em particular, três subsistemas dentro do sistema político: os partidos políticos, a população através da opinião pública (que não pode ser associada a nenhuma racionalidade) e o governo com a sua burocracia.

Essa complexificação permite a Luhmann (1999) quatro propostas pertinentes, embora já “descobertas” pela ciência política da época: i) o sistema de governo por um lado e

o sistema dos partidos por outro (com as promessas eleitorais) levam a uma sobrecarga do *Estado Providência* (tese da escola de Virgínia, Buchanan & Tullock, 1962, 1978); ii) como autorreferente, o sistema político não pode ter legitimidade externa; a participação da população só pode ser codificada por meio das eleições governadas pelos partidos (debate de Luhmann com Habermas); iii) o código do sistema político (governo/oposição) não tem nada a ver com um código moral; o único lugar para uma forma política da moralidade é o respeito das regras internas ao próprio sistema político; iv) portanto, a democracia não pode ser entendida segundo códigos ou termos externos ao sistema político: não pode ser definida como “poder do povo”, mas como “bifurcação ou alternância no topo do poder”, de acordo com o código “governo/oposição”.

2. As aplicações da análise sistêmica das políticas públicas: evoluções e limitações

Algumas aplicações específicas

Na literatura, não aparecem aplicações da abordagem sistêmica no campo das políticas agrícolas ou rurais. Talvez seja principalmente porque essa escola já não era mais considerada quando as políticas rurais começaram a ser objeto de análise pela ciência política.

No entanto, encontram-se alguns trabalhos de análise sistêmica das políticas de desenvolvimento urbano e local. A cidade ou as aglomerações se prestam a uma análise de fluxos e de subsistemas em interação. A principal referência é o livro *Urban Dynamics de Jay Forrester* (1969), que rompeu com as tentativas de elaboração de modelos explicativos gerais sobre o crescimento urbano nos anos 60 nos EUA. Seu modelo, dotado de uma linguagem informática nova, baseada na teoria geral dos sistemas de Von Bertalanffy era orientada para a exploração em longo prazo do futuro das grandes cidades e o estudo das consequências longínquas das decisões das políticas urbanas. As aplicações mais recentes em matéria de urbanismo e de políticas de desenvolvimento local mantêm uma linguagem sistêmica, no entanto, elas têm integrado outros enfoques, em particular a análise estratégica dos atores a partir da sociologia das organizações e a análise de redes de atores (CERTU, 2001; 2007). Essas abordagens têm certa proximidade com a aplicação do enfoque sistêmico à agricultura a partir das noções de sistemas de produção e de sistemas agrários oriundos da biologia e da ecologia (Mazoyer, 1977; Billaz e Dufumier, 1979, Chambers & Jiggins, 1987).

Nos anos 1990, um ramo informático nascido do enfoque sistêmico, a modelização e a simulação de sistemas multiagentes - SMA (Weiss, 1999), veio renovar os trabalhos sobre a gestão dos recursos naturais. Cabe mencionar as pesquisas da Unidade GREEN do CIRAD (Bousquet *et al.*, 1998; Lepage *et al.*, 2013) e a elaboração da plataforma de simulação CORMAS (*COmmon Resources Multi-Agent System*). Os promotores dessa ferramenta consideram como agentes grupos sociais ou instituições aos quais atribuem normas de comportamento e regras de funcionamento. Os agentes são assim orientados por limites, regras expressas ao nível do grupo e aparecem como entidades atuando de maneira coletiva num ambiente dinâmico (Cormas, <http://cormas.cirad.fr/fr/outil/outil.htm>). De fato, mais que a modelização dos sistemas sociais em si, as possibilidades de repetição de ciclos/anos pelas técnicas de simulação informatizada, conferem a essa ferramenta uma potência para modelizar as consequências de uma decisão política em matéria de gestão de recursos naturais. Finalmente, existem ainda algumas referências de análise das políticas sociais (Lemieux, 1989) e de saúde. Mais recentemente a Organização Mundial da Saúde (2010) mobilizou o enfoque sistêmico para a análise do fortalecimento dos sistemas de saúde.

Impactos da abordagem sistêmica das políticas públicas

A abordagem sistêmica das políticas públicas tem assim conduzido, tanto por continuidade como por reação, ao desenvolvimento de uma nova escola nas ciências políticas que, pouco a pouco, se afirmou como uma subdisciplina: trata-se da análise das políticas públicas[1]. Em primeiro lugar Jones (1970) e Anderson (1975) desenvolveram a análise sequencial das políticas públicas (fig. 3) a partir da abordagem cíclica das políticas, marcada pelo enfoque sistêmico. Foi também o caso com as propostas pioneiras de Hecló e Wildavski (1978), analisando as configurações e as redes de atores. Finalmente, os dois enfoques, sistêmico e cíclico, têm contribuído para os métodos de avaliação das políticas públicas.



Figura 3: Ciclo das Políticas Públicas (in Rua, 2009)

O antropólogo Jean François Baré lembra dois elementos chaves dessa complementação entre enfoque sistêmico e análise das políticas. O primeiro é aquele da escala temporal: as políticas públicas são objetos ou seres diacrônicos (são processos) que se modificam no tempo e, portanto, dependem de uma abordagem histórica (Baré, 2001, p142). O segundo tem a ver com as políticas de desenvolvimento: Baré reafirma o aporte epistemológico, semântico e linguístico que está na origem do enfoque sistêmico. “*O mundo do desenvolvimento, o mundo das instituições do desenvolvimento, tal como se expressa por meio de diferentes conceitos, nem sempre pode ser traduzido (...). O desenvolvimento não é uma realidade existindo independentemente dos procedimentos linguísticos que servem para defini-lo; trata-se, pelo contrário, de uma categoria linguística dependente dos procedimentos da sua definição*” (Baré, 2001, p. 142).

O elemento comum desses trabalhos foi de tentar abrir e entrar na “caixa preta do sistema político” ou do *policy making*, para o qual a abordagem sistêmica não olhava. Houve, em segundo lugar, um encontro dos cientistas políticos com a sociologia das organizações que mobilizava ainda um uso metafórico da noção de sistema. A principal contribuição de Crozier e Friedberg (1977) no livro *O ator e o sistema*, reside na análise estratégica dos atores. Começaram a abrir a “caixa preta do sistema” a partir de uma sociologia da ação coletiva organizada. Como aplicaram primeiro essa reflexão às organizações sociais fechadas (empresas e administração pública), estas podiam ser mais facilmente assimiladas a subsistemas e sistemas. Mas finalmente, nesse encontro entre enfoque sistêmico e sociologia, a entrada pelos atores prevaleceu com relação às considerações de sistêmica. Na introdução

do livro, Crozier e Friedberg (1977:15) anunciam a principal questão da sua pesquisa: “A que condição e ao preço de que coerção ou pressão será que a ação coletiva se torna possível?”

Baré (1997:144) lembra as dificuldades para poder assimilar as políticas de desenvolvimento a “sistemas de ação”: *Estritamente falando, ninguém nunca viu uma política de desenvolvimento ou uma “ação pública”. Uma política de desenvolvimento é definida pelo que dizem as pessoas que a fabricam: é, portanto, um conjunto de interações complexas entre espaços de reflexão ou de decisão macroeconômica, burocracias e administrações, grupos ou atores sociais.*

Progressivamente, a complexificação das políticas públicas levou a considerar o termo de “ação pública” para dar conta dessa complexidade, restituindo a incerteza e o caráter limitado da racionalidade que conduz ao processo de uma política pública. Para Massardier (2008) *“As autoridades públicas não possuem mais o monopólio das políticas públicas, mas devem, pelo contrário, tratar com uma multiplicidade de atores que projetam suas “finalidades e projetos de vida” no processo de fabricação das políticas públicas”*. Ele pergunta se as nossas sociedades não estariam vivendo uma superposição entre duas ordens políticas: *“uma herdada da filosofia política clássica segundo as quais as autoridades públicas e os governos são ao mesmo tempo exteriores e superiores à sociedade; e a outra segundo a qual essas mesmas autoridades apenas seriam atores políticos entre outros”* (Massardier, 2008).

Limitações do enfoque sistêmico para a ciência política e às ciências sociais

A título de posicionamento teórico crítico, cabe lembrar a contribuição de Olivier de Sardan, outro antropólogo das políticas de desenvolvimento, a propósito da mobilização da abordagem sistêmica nas ciências sociais.

Segundo Olivier de Sardan (1994:130), a análise sistêmica pode ser considerada como um paradigma ou como uma metáfora. Para ele, como paradigma, a análise sistêmica oferece duas versões: “uma maximalista que considera que a realidade é um sistema e outra minimalista que se limita em afirmar que tudo acontece como se a realidade fosse um sistema”. Segundo Olivier de Sardan, os significados culturais, os comportamentos humanos, as práticas sociais não têm uma racionalidade comprovada e estariam longe de constituir sistemas, mesmo na concepção minimalista do paradigma. As estratégias dos atores, a ambivalência dos comportamentos, os jogos de poder, as incoerências no coração do pensamento humano, dificilmente podem ser modelizados na forma de um sistema e seria até contraditório com a noção de sistema que evoca coerência e estabilidade.

Para Olivier de Sardan (1994:133), a aplicação da abordagem sistêmica às ciências sociais apresenta três perigos:

- um risco inerente a todo sistema metafórico: naturalizar as metáforas, transformar o artefato em realidade e terminar por acreditar que a sociedade é um sistema.
- um risco inerente à metáfora sistêmica: privilegiar a funcionalidade dos sistemas, terminar por acreditar que um sistema social dado é funcional e tende a reproduzir a sua coerência;
- um risco inerente à metáfora sistêmica aplicada ao desenvolvimento: analisar as interações entre um projeto de desenvolvimento e a população alvo como um circuito sistêmico. Termina-se acreditando que o projeto é um subsistema e que o “ambiente” é outro. Ele cita o caso dos métodos de avaliação de projetos de desenvolvimento rural da década dos anos 1980.

Paralelamente à abordagem sistêmica, desenvolveu-se o enfoque estruturalista na França em particular, que marcou também as ciências sociais, em particular a linguística e a antropologia. De uma maneira geral, uma estrutura é uma organização que pode ser definida por um conjunto de relações características entre elementos. Para Piaget (2007) existe uma maneira que ele chama de “positiva” para abordar o estruturalismo, quando a estrutura é considerada como uma ferramenta científica em si mesmo, como um modelo teórico dotado de uma eficiência explicativa.

De acordo com Lévi-Strauss (1967), a noção de estrutura designa as diversas maneiras pelas quais o espírito humano constrói seus valores e sistemas de valores. Na continuidade das propostas de Mauss (2003) e de Lévi-Strauss, a teoria da reciprocidade na antropologia econômica propõe uma abordagem sistêmica e estruturalista das relações sociais e econômicas.

3. Um exemplo de análise sistêmica estrutural

Trabalhei vários anos sobre as organizações de agricultores e o manejo de recursos naturais comuns ou públicos a partir dos aportes da teoria da reciprocidade (Sabourin, 2006, 2009). Mais recentemente, arrisquei uma aplicação às políticas públicas da análise estrutural das relações de reciprocidade (Sabourin, 2011 a & b, 2012, 2013).

O que é a reciprocidade?

Reciprocidade é sinônimo de solidariedade (*dependência mútua, fato de ser solidário*) ou de mutualidade. Em etnologia e antropologia, a reciprocidade designou por muito tempo as prestações mútuas de alimentos, de bens e de serviços entre pessoas ou entre grupos, em particular nas sociedades indígenas e camponesas (Mauss, 2003). Lévi-Strauss (1967) propôs um princípio de reciprocidade governando o conjunto das relações sociais, em particular mediante as estruturas do parentesco. Do ponto de vista antropológico, o princípio de reciprocidade corresponde, portanto, a um ato reflexivo entre sujeitos e não apenas a uma simples permuta de bens ou de objetos.

O primeiro elemento da teoria da reciprocidade envolve a definição do conceito do ponto de vista socioantropológico. O princípio de reciprocidade não pode ser limitado a uma relação de dádiva/contra dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos. O reducionismo dessa definição que por muito tempo prevaleceu e ainda prevalece, às vezes, na antropologia, conduz, de fato, a uma confusão entre troca simétrica e reciprocidade. Esse impasse persiste enquanto a reciprocidade for interpretada com a lógica binária que convém à troca. A troca, pode se reduzir, no limite, a uma permuta de objetos. Temple e Chabal (1995) propõem recorrer à lógica ternária de Lupasco (1951) a qual faz aparecer um *Terceiro incluído*[2] na relação de reciprocidade. Permite, assim, considerar esse *Terceiro* como o ser dessa relação e dar conta dela ou interpretá-la como a estrutura originária da intersubjetividade, irreduzível à troca de bens ou de serviços que libera do laço social ou da dívida. Do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, portanto, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil, como havia identificado Polanyi (1944, 1957), mas um princípio socioeconômico oposto ao da troca ou mesmo antagonista da troca.

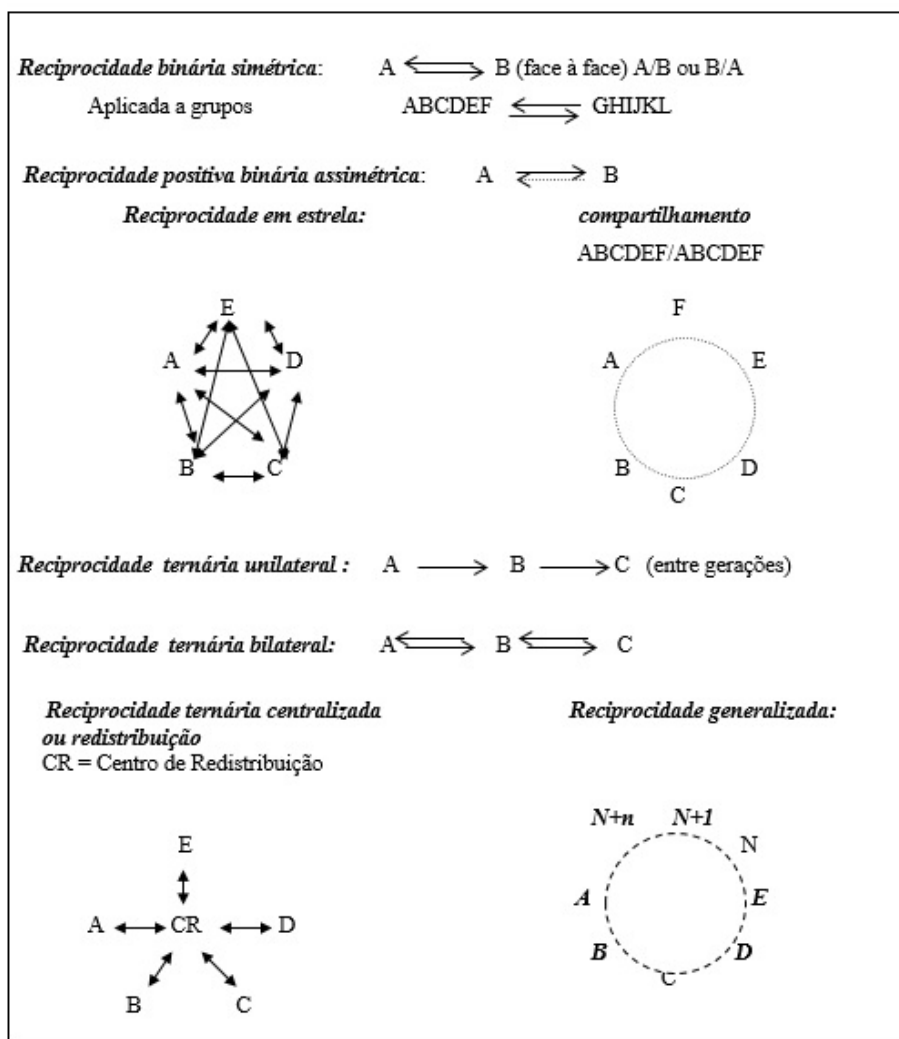
Em segundo lugar, as relações de reciprocidade, quando recorrentes ou institucionalizadas podem ser analisadas em termos de estruturas no sentido antropológico. Assim podem ser analisadas segundo algumas estruturas elementares. Para Temple (1998)

existem quatro categorias elementares de estruturas de reciprocidade (ver fig. 4) : a) a reciprocidade binária, com duas variantes: a relação bilateral ou *cara a cara e o compartilhamento*; b) a reciprocidade ternária, que mobiliza pelo menos três sujeitos e que pode ser unilateral (por exemplo, entre gerações) ou bilateral (as relações funcionam nos dois sentidos); c) a reciprocidade centralizada, que corresponde à definição de Polanyi (1957) da redistribuição a partir de um centro de poder que capta e redistribui recursos; d) a reciprocidade generalizada que resulta de relações múltiplas e abertas entre todos.

As relações de reciprocidade estruturadas sob uma forma simétrica geram valores éticos: a relação de reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; a estrutura simétrica de compartilhamento dos bens dentro de um grupo gera a confiança. Assim, segundo Temple (1998) outros tipos de relação em outras estruturas podem produzir outros valores específicos: por exemplo, a relação bilateral assimétrica gera um sentimento de submissão para quem recebe e de prestígio para quem dá mais.

Contudo, cada uma dessas estruturas elementares é a matriz de um sentimento específico (por exemplo, o face à face da amizade; a reciprocidade ternária da responsabilidade, etc.). É preciso enumerar as estruturas elementares, reparar o valor produzido por cada uma, entender como as diferentes estruturas se articulam entre elas para formar sistemas, às vezes exclusivos uns dos outros. O sentimento de humanidade criado no nível de um sistema de reciprocidade será diferente daquele criado em outro sistema. Se

Figura 4: Representação esquematizada de algumas estruturas de reciprocidade



todos os valores são universais, a humanidade é assim mesmo plural (Temple, 2000: 04; tradução do autor)

Para resumir, existem várias estruturas elementares de reciprocidade nas quais as relações geram sentimentos diferentes e, portanto, valores diferentes. Existem, igualmente, várias formas de reciprocidade que lhe conferem imaginários diferentes. O sentimento do ser originário pode ser capturado no imaginário do prestígio ou no da vingança, dando lugar a formas de reciprocidade positivas, negativas e simétricas. Estruturas, níveis e formas se articulam para configurar sistemas de reciprocidade (Temple, 1997, 2003).

A noção de sistemas mistos

No caso da agricultura e da sociedade rural, em particular no Brasil, a teoria da reciprocidade tem contribuído para interpretar as dinâmicas da agricultura familiar em termos de sistemas socioeconômicos mistos, quer dizer sistemas associando práticas e lógicas de reciprocidade e práticas e lógicas de troca mercantil (Sabourin, 2009 e 2011a).

Os sistemas mistos podem ser declinados em termos de modalidades de articulação entre lógicas de troca e lógicas de reciprocidade. Encontramos três principais tipos de interface ou de articulação entre as duas lógicas (troca e reciprocidade):

i) *A justaposição de mundos paralelos*: as práticas de troca e de reciprocidade coexistem sem se misturar, ou até ignorando-se; por exemplo, no caso de comunidades isoladas, quilombolas, comunidades indígenas ou camponesas mais tradicionais ou das novas aglomerações de pobres desconectados do resto do sistema, como nas favelas;

ii) *A contradição* entre lógicas de troca e de reciprocidade com dois tipos de consequência: paralisia mútua das duas lógicas, ou domínio de uma sobre a outra. Esse segundo fenômeno é clássico do confronto entre práticas de reciprocidade e de troca no Brasil, que leva ao domínio da troca mercantil e ao fim das relações de reciprocidade. Pode também corresponder à coabitação de práticas de reciprocidade alienadas: dominação paternalista e clientelismo ao serviço da exploração capitalista (Geffray, 2007 e Sabourin, 2008). A particularidade desse mecanismo de prática das relações sociais, políticas (e de representação do mundo) reside na sua capilaridade na população e sua resistência à crítica social que seja marxista, humanista ou pelos direitos humanos (Sabourin, 2011b).

iii) *A complementaridade reversível*: as práticas de troca e de reciprocidade sendo reconhecidas como diferenciadas, os atores as articulam de maneira complementar na base de uma interface ou articulação de sistema. É o caso, por exemplo, quando uma instituição, uma legislação ou uma política pública permite regular a articulação entre as duas lógicas;

Portanto, a coexistência pode ocorrer de maneira paralela e separada; pode dar lugar a tensões por conta do antagonismo entre os dois sistemas econômicos; pode ser também, de forma complementar, quando existe uma interface de sistema que permite articular as práticas de reciprocidade com as práticas de troca, sem que uma destrua a outra.

Aplicação à análise de políticas públicas rurais

Várias políticas de regulação ou de redistribuição podem ser analisadas como dispositivos de interface ou de articulação entre a lógica de reciprocidade e a lógica de troca:

As políticas universais podem ser interpretadas como estruturas de compartilhamento, captando os recursos dos cidadãos mediante o imposto para sua redistribuição ulterior. A partir dos impostos, os recursos públicos são redistribuídos e ou compartilhados entre todos, por exemplo, com a política de educação ou o Sistema Único de Saúde. É o caso da legislação de proteção do acesso, uso e distribuição de bens comuns ou públicos: como o meio ambiente, o ar e a água.

Certas políticas públicas reivindicam uma dimensão solidária e/ou de inserção social e econômica. É o caso dos instrumentos de economia solidária, do microcrédito ou dos programas específicos para a agricultura familiar: permitem articular práticas de troca e de reciprocidade mediante objetivos de regulação dos preços ou dos mercados (Martins e Nunes Ferreira, 2004; Radomsky e Schneider, 2007).

Cabe mencionar as políticas que protegem dos excessos da concorrência capitalista ou das falhas do mercado ou da natureza, por exemplo: o seguro e garantia safra ou os instrumentos de compra de produtos e alimentos a preços garantidos.

Nas últimas décadas, no Brasil, foram desenvolvidas políticas que introduzem uma dose de reciprocidade em sistemas de apoio à comercialização. É o caso dos mercados públicos de produtos alimentares que abastecem os hospitais, as cantinas escolares, a regulação dos estoques nacionais ou estaduais e que podem ser implantados na escala dos poderes municipais, regionais ou nacionais.

Essa análise pode ser aplicada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou ainda aos instrumentos de qualificação dos produtos.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi implementado desde 2003 em colaboração entre o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) do Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (PAA, 2013). Representa uma verdadeira ferramenta adaptada ao fortalecimento da agricultura familiar e camponesa em despeito de recursos limitados (MDS, 2010; Souza e Chmielewska, 2010; PAA, 2013). O PAA compra a preço garantido todos os tipos de produtos da agricultura familiar, incluindo os que não exigem o recurso ao crédito (cultivos alimentares) e os produtos transformados na unidade (queijos, doces, açúcar mascavo, etc.).

Diante do sucesso desse programa aprovado pelas organizações da agricultura familiar, o governo diversificou as modalidades de acesso, em particular por meio das organizações sindicais e cooperativas. Houve, de fato, uma progressiva elevação do teto ou montante máximo de compra por ano e por agricultor, embora com uma redução dos recursos totais do programa desde 2014.

As compras públicas (chamados também de mercados institucionais no Brasil) geradas pelas coletividades locais, em interação com as organizações de agricultores, oferecem diversas vantagens: encurtar redes, reduzir os custos de transação, facilitar o controle de qualidade preservando territorialidades econômicas de reciprocidade (Sabourin, 2011a e 2012).

A política de qualificação (o selo de garantia), em si, limita os efeitos de concorrência e de especulação da troca capitalista. Quando o nome do produtor está em jogo, são as relações de reciprocidade que geram os valores de reputação, de honra e de responsabilidade. São geralmente esses valores que garantem a legitimidade e a autoridade do processo de certificação das normas de qualidade e de procedência. As empresas capitalistas identificaram esses valores humanos para transformá-los em serviço mercantil de verificação e certificação. Mas, de fato, para produtos agroalimentares, a primeira sanção é a do consumidor e a

garantia de qualidade é, muitas vezes, inerente ao processo de produção.

Existem, portanto, no Brasil cada vez mais iniciativas de implantação de sistemas de cocertificação ou certificação participativa entre produtores e consumidores (Sabourin, 2012).

Essas iniciativas foram apoiadas por instrumentos de políticas públicas por parte do MDA e do MAPA. Um selo “Produto da Agricultura Familiar” foi instituído, além dos selos regionais específicos (*Produtos coloniais ou Gaúcho* no Sul, *Sabor de Minas* em Minas Gerais, etc.). Os responsáveis por esses selos consideram que eles têm um efeito alavancador para mobilizar o apoio das políticas públicas para ações, facilitando a inserção dos produtos da agricultura familiar em um mercado até então reservado às empresas agrícolas.

Em realidade, qualquer processo de qualificação que garanta a origem (o nome do produtor), a especificidade, o processo ou as normas de qualidade de um produto contribui para reduzir os efeitos da concorrência próprios à troca capitalista. No entanto, se o processo de certificação da qualidade aumentar o custo, de acordo com as regras da troca, torna o acesso à qualificação mais seletivo para os produtores e o preço mais caro para os consumidores.

Portanto, pode ser verificado no próprio regulamento desses instrumentos de políticas públicas o caráter reversível, dialético entre o polo da reciprocidade e o polo da troca. Depende do projeto da sociedade ou do legislador qual polo (troca ou reciprocidade) se pretende privilegiar.

As interações entre atores e grupos sociais remetem para diversos tipos de interesses materiais individuais ou coletivos. Entretanto, elas também podem depender de laços de solidariedade, proximidade, amizade, prestígio, ou seja, de relações de reciprocidade mais ou menos simétricas e, portanto, mais ou menos éticas. Relações de trocas políticas ou relações de reciprocidade são vinculadas por redes interpessoais e alianças de diversas naturezas (profissionais, religiosas, ideológicas, vizinhança, etc.), que podem constituir empreendimentos, redes ou coalizões de políticas públicas (Sabatier e Jenkins-Smith, 1993; Marsh e Smith, 2000). A análise da configuração social associada a uma política ou a uma ação pública nos ajuda a entender a origem, a evolução e a aplicação dos seus instrumentos.

Aportes e limites da teoria da reciprocidade para análise das políticas públicas

Como qualquer contribuição teórica, a análise das relações de reciprocidade corresponde a uma representação modelizada da realidade que ajuda a pensar sobre essa realidade e a agir nela. O essencial, como lembra Olivier de Sardan (1994) é não confundir representação e realidade e sempre procurar uma verificação empírica.

De fato, a teoria da reciprocidade traz o caráter dinâmico de um enfoque dialético, pró marxista, para tratar de maneira processual dos mecanismos de interação e contradição entre várias lógicas e tendências polarizadas (pela troca ou reciprocidade).

A teoria da reciprocidade permite introduzir a questão da ligação entre práticas sociais, relações e sentimentos humanos, quer dizer entre práxis e valores, remetendo para um enfoque cognitivo das interações políticas e econômicas.

Esse enfoque introduz a questão do poder e da dependência dos sujeitos menos dotados em recursos políticos ou submetidos pelas relações sociais e econômicas assimétricas (o clientelismo). Esclarece também a dinâmica reversível das alianças e coalizões quando as relações sociopolíticas são mais equilibradas.

Podemos avançar três principais limites da abordagem pela reciprocidade:

Como sempre no caso de expressões metafóricas, tem que se ter muito cuidado e não cair numa reificação do modelo teórico dialético, num bipolarismo ou maniqueísmo, do tipo “reciprocidade = bem e troca = mal”. Isso não tem sentido e só pode confundir a análise. O enfoque pela reciprocidade compartilha os limites próprios à análise estruturalista. Deve-se cuidar em não inverter o papel da práxis na geração dos valores: são as relações de reciprocidade simétricas que produzem valores humanos, não as estruturas; as estruturas simétricas são representações ou modelos das relações de reciprocidade recorrentes ou institucionalizadas.

Do ponto de vista metodológico, a existência de sentimentos humanos ou de valores éticos, gerados em parte pelas relações de reciprocidade simétrica deve ser identificado empiricamente pela observação e qualificado pela análise da interpretação dos atores, geralmente pela análise da fala dos próprios atores.

Considerações finais

Que ensinamentos tirar da contribuição da abordagem sistêmica para analisar as políticas públicas? Até os autores críticos dessa abordagem (Monière, 1976; Rua, 2009) reconhecem algumas vantagens e aportes, que obviamente, precisam ser recolocados no contexto da sua emergência.

- O enfoque sistêmico representa uma tentativa saudável de dar uma visão global dos problemas e das interações, de uma análise macro. Progressivamente os trabalhos vieram a situar e caracterizar os sistemas e subsistemas políticos em relação a outros sistemas sociopolíticos atuantes e não apenas a um ambiente externo. O enfoque sistêmico permitiu contribuir para comparações internacionais de políticas e análises de relações internacionais.

- A abordagem sistêmica ajuda a considerar e a representar a complexidade por meio da sua modelização, o que tem se traduzido pela figura da análise dos ciclos das políticas públicas. Para Monière (1976), a abordagem sistêmica permite reduzir a complexidade do real, sintetizando as múltiplas variáveis que influenciam o sistema político e as políticas públicas. Segundo esse autor “*o enfoque sistêmico oferece uma grade de classificação dos fenômenos, útil para descrever o funcionamento da vida política dentro de uma sociedade. Esse marco teórico permite realizar análises macroscópicas e apreender o conjunto dos fatores que condicionam as transformações de um sistema político particular. Permite também realizar análises mais setoriais que isolam uma variável e descrevem a sua interação com o conjunto do sistema*”.

- Finalmente o enfoque sistêmico trouxe uma contribuição para o início da elaboração dos métodos de avaliação das políticas públicas.

Várias limitações têm levado a uma redução da mobilização da abordagem sistêmica para o campo da análise das políticas públicas ou então a sua associação com outros enfoques metodológicos e analíticos complementares. Foi o caso com a análise do ciclo das políticas, das estratégias dos atores da sociedade, mas também dos atores que compõem o sistema político (as comunidade e autoridades políticas).

De fato, a abordagem sistêmica não abre e nem analisa a caixa preta do sistema político. Precisamos entender as estratégias, os comportamentos e as trajetórias dos atores sociais. Por outra parte, o enfoque sistêmico não integra a incerteza, a racionalidade limitada e o papel dos valores e dos sentimentos.

Finalmente a abordagem das políticas públicas em termos de *outputs* (decisões e ações) em resposta aos *inputs* (demandas) pode aparecer hoje demasiado redutora para políticas integrando uma multiplicação de atores e centros de poder, uma articulação entre vários setores ou entre diversas escalas de decisão e implementação.

Bibliografia

Anderson, James. "Public Policy-Making." in Paul A. Sabatier. Ed. **Theories of the Policy Process**. Colorado: Westview Press, 1975.

BARE, Jean-François. L'anthropologie et les politiques de développement. Quelques orientations. **Terrain**, n° 28, 1997 : 139-152

BARE, Jean-François (éd.), **L'évaluation des politiques de développement**. Approches pluridisciplinaires. Paris: l' Harmattan, 2001.

BILLAZ, René; DUFUMIER, Marc. **La Recherche Développement en agriculture**. Paris PUF/ACCT, 1979.

Bousquet, François; BAKAM, Innocent; PROTON, Hubert; LE PAGE, Christophe. Cormas: Common-Pool Resources and Multi-agent Systems in **Lecture Notes in Artificial Intelligence** vol.1416 (2) 1998: 826-837

Buchanan, James; TULLOCK, Gordon **The Calculus of Consent**. Logical Foundations of Constitutional Democracy. Lansing: The University of Michigan Press, 1962

CERTU, L'analyse des systèmes d'acteurs. Diagnostics de territoires. Lyon: CERTU **Cahiers du CERTU**, n° 1, 2001

CERTU. **Une introduction à l'approche système**. Lyon: CERTU, 2007

Chambers, Robert; JIGGINS, Janice. Agricultural research for resource-poor farmers part I: transfer-of-technology and farming systems research. **Agricultural Administration and Extension**, v. 27, n°1, 1987: 35-52

Chmielewska, Danila; Souza, Danara. Market Alternatives for Smallholder Farmers in Food Security Initiatives: Lessons from the Brazilian Food Acquisition Programme. Brasília: SAE/PNUD, IPC-IC, Working Paper, 2010

CROZIER, Michel; Friedberg, Gherard. **L'acteur et le Système**. Paris: Seuil, 1977.

DYE, Thomas. R. **Understanding public policy**, Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall, 1984,

EASTON, David. An Approach to the Analysis of Political Systems. **World Politics**, v. 9, n°. 3, 1957: 383-400.

EASTON, David. **A Framework for Political Analysis**, Englewood Cliffs: Prentice Hall,

1965. Ed francesa Catégories pour l'analyse systémique du politique, in P. Birnbaum & F. Chazel, Sociologie politique, Paris, A. Colin, 1972, t. 1, p. 84-104.
- EASTON, David. **A Systems Analysis of Political Life**, New York: Wiley. 1966
- Forrester, Jay. **Urban Dynamics**. Waltham, MA: Pegasus Communications, 1969.
- Geffray Christian. **A opressão paternalista: Cordialidade e brutalidade no cotidiano brasileiro**, Rio de Janeiro: Educam-Editora universitária Candido Mendes, 2007.
- HECLO, Hugh.; WILDAWSKI, Aaron. Issue networks and the executive establishment. In: KING, A. (Ed.). **The new American political system**. Washington: Amer. Enterprise Institute, 1978.
- JENKINS, William. **Policy analysis. A Political and Organizational Perspective**, London: Martin Robertson, 1978.
- JONES, Charles. Introduction to the Study of Public Policy in Sabatier P. (ed.) **Theories of the Policy Process**. Boulder, CO: Westview Press, 1970.
- KINGDON, John. **Agendas, alternatives and public policies**. New York: Harper Collin, 1984.
- LAPIERRE, Jean William. **L'analyse des systèmes politiques**. Paris: PUF, 1973.
- LASSWELL, Harold Dwight. **Politics: Who Gets, What, When, How**. New York: Whittlesey House, McGraw-Hill book Company, 1936.
- LASSWELL, Harold Dwight. **The Decision Process**, College Park: University of Maryland Press. 1956
- LE PAGE, Christophe; Bazile, Didier; BECU, Nicolas; BOMMEL, Pierre; BOUSQUET, François; MICHEL, Etienne, MATHEVET, R.; SOUCHERE, V.; TREBUIL, Guy., WEBER, Jacques. Agent-based modelling and simulation applied to environmental management in **Simulating social complexity: a handbook**. Heidelberg : Springer, 2013: 499-540
- LEMIEUX, Vincent. **L'étude des politiques publiques: les acteurs et leur pouvoir**. Sainte Foy, Les Presses de l'Université de Laval, 2002.
- LEMIEUX, Vincent. **Introduction à l'analyse politique**. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1996.
- LEMIEUX, Vincent. Le pouvoir dans la réalisation des politiques sociales, **Service Social**, v. 38, n° 2-3, 1989. 179-195, Québec : Université de Laval
- Lévi-Strauss, Claude. **Les structures élémentaires de la parenté**. La Haye : Mouton [1949] 1967.
- LINDBLOM, Charles. The science of muddling through. **Public Administration Review**, 19,

1959 : 79-88.

LUHMANN, Niklas. **Politique et complexité: les contributions de la théorie générale des systèmes**. Paris : Le Cerf, 1999.

Lupasco, Stéphane. **Le principe d'antagonisme et la logique de l'énergie**. Paris: Herman, 1951.

MARSH, David; SMITH, Martin. Understanding policy networks: Towards a dialectical approach. **Political Studies**, v.48, n°1, 2000: 4-21,

Martins, Paulo Henrique ; NUNES FERREIRA, Brasilmar (org) **A Nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

MASSARDIER, Gilles. **Politiques et action publiques**. Paris: Armand Colin, U, 2008.

Mauss, Marcel ."Ensaio sobre a Dádiva", in: **Sociologia e Antropologia**, São Paulo: Cosac e Naify, [1924] 2003.

MAZOYER, Marcel. Dynamique des systèmes agraires, rapport de synthèse du colloque sur la dynamique des systèmes agraires. Paris : MRT, 1987.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Grupo Gestor - **PAA. Balanço de avaliação da execução do Programa de Aquisição de Alimentos 2003-2010**, Relatório descritivo. Brasília: MDS, 2010.

MONIÈRE, Denis. **Critique épistémologique de l'analyse systémique de D. Easton**. Essai sur le rapport entre théorie et idéologie. Ottawa : Éditions de l'Université d'Ottawa, 1976.

MULLER, Pierre. **Les Politiques publiques**, Paris: PUF, [1990] 2003 (6em ed)

OLIVIER DE SARDAN, Jean Pierre. De l'amalgame entre analyse-système, recherche participative et recherche-action, et de quelques problèmes autour de chacun de ces termes Conférence au Symposium **Recherches-système en agriculture et développement rural**, Montpellier, Proceedings, 1994, pp 129-140

Organização Mundial da Saude. **Pour une approche systémique du renforcement des systèmes de santé**. Genève : OMS, 2010.

PAL, Leslie. **Public Policy Analysis: An Introduction**. Toronto: Nelson, 1992.

PIAGET, Jean. Le structuralisme, Paris : PUF, coll. « Quadrige », [1968] 2007.

Polanyi, Karl, Arensberg, Conrad (dir) **Trade and Market in the Early empires**. Economics in History and Theory. New York: The Free Press. 1957.

Polanyi, Karl, La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps, Paris : Gallimard, [1944] 1983.

PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS. PAA, 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: MDS, 2013.

Radomsky, Guilherme; Schneider, Sergio. 2007 Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, nº22, 2007: 249-284.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC, 2009.

Sabatier, Paul; Jenkins-Smith, Hank (Eds.) **Policy Change and Learning: An Advocacy Coalition Approach**. Boulder, CO: Westview Press, 1993.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos in Schneider S. (org.) **A diversidade agricultura familiar**, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2006:108 -132

SABOURIN, Eric. Oppression paternaliste et exploitation capitaliste au Brésil in **Lusotopie**, nº 15, v. 2, 2008 : 231-234.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil : entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro : Garamond U, 2009. Col Terra Mater.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Série Estudos Rurais, 2011a.

SABOURIN, Eric. Paternalismo e clientelismo como efeitos da conjunção entre opressão paternalista e exploração capitalista, **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.19, n1, 2011b: 5-29

SABOURIN, Eric. A Construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, 4 (2), 2012 : 83-104.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e análise de políticas públicas rurais. **Rurais**, v. 6, nº2 2013: 53-90, dossiê “Estado e controle de populações rurais na América Latina”

SIMEON, Richard. Studying Public Policy. **Canadian Journal of Political Science**, v. 9, nº4, 1976: 548-580.

Temple Dominique, L'économie humaine. **Revue du MAUSS**, nº10, (1), 1997:103-109,

Temple, Dominique. Les structures élémentaires de la réciprocité. **Revue du MAUSS** nº12, (2) 1998: 234-242.

TEMPLE, Dominique, Les origines anthropologiques de la réciprocité, **Education Permanente**, nº144, 2000.

Temple, Dominique. **Teoría de la Reciprocidad**. La Paz: PADEP/GTZ, 2003, 3 tomos

Temple, Dominique; Chabal Mireille, **La réciprocité ou la naissance des valeurs humaine.** Paris : l'Harmattan, 1995.

TULLOCK, Gordon. **Le marché politique**, Analyse économique des processus politiques, Paris : Economica, 1978.

WEISS, Gerhard. (Ed.) **Multiagent Systems.** A Modern Approach to Distributed Artificial Intelligence, Cambridge, MA: The MIT Press, 1999.



A dinâmica da pesca em território de uso comum: o problema do manejo nas reservas extrativistas marinhas

Fishery dynamics in common use territory: the management problem in marine extractive reserves

Vilson Tadei Brito Ferreira, Graduado, Professor EJA, vilsontbrito@gmail.com; Maria Cristina Maneschy, Doutora, Universidade Federal do Pará e Pesquisadora Associada do Instituto Tecnológico Vale Desenvolvimento Sustentável, maria.maneschy@gmail.com; Tânia Guimarães Ribeiro, Doutora, Universidade Federal do Pará, pitolomeu@gmail.com

Resumo

Este trabalho aborda a gestão de áreas de uso comum, no contexto da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu, Bragança-PA. A base empírica utilizada nesta análise assenta nas atas de reuniões regulares da Associação de Moradores e Usuários da Reserva, de 2011 a 2012 e, também, em observações realizadas em reuniões locais para elaboração do Plano de Manejo dessa unidade de conservação. A investigação mostra que, apesar da delimitação de fronteiras na institucionalização de uma unidade de conservação, o trabalho e os recursos são móveis, resultando na dinâmica do trabalho da pesca, que se estende a outras unidades similares nos municípios vizinhos e a outros estados. Os espaços de discussão instituídos pela Reserva fomentam a consciência comum sobre o território, inclusive sobre os conflitos de apropriação dos recursos pesqueiros e, também, possibilitam conexões sociais novas para as populações.

Palavras-chave

Gestão; pesca; áreas protegidas; recursos comuns; território.

Abstract

This paper addresses the management of common resource pools in the context of the Extractive Reserve Caeté-Taperaçu, in the municipality of Bragança, state of Pará, Brazil. The empirical basis used in this analysis builds on regular meeting minutes of the Association of Residents and Users of the Reserve, from 2011 to 2012. Also on observations performed at local meetings for the preparation of the Management Plan of this conservation unit. The research shows that despite the delimitation of boundaries in the institutionalization of a protected area, the work and the resources are mobile, resulting in the dynamics of the fishery work, which extends to other similar units in neighboring municipalities and other states. The discussion forums set up by the Reserve foster a shared awareness about the territory, including the conflicts over ownership of fisheries resources and enable new social connections for people as well.

Keywords

Management; fisheries; protected areas; common resources; territory.

Introdução

Em uma conceituação ampla, reservas extrativistas são áreas utilizadas por populações cujo sustento baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura e na criação de animais de pequeno porte. Há duas décadas Alegretti (1994) ressaltou, com propriedade, que a chave do conceito de reservas extrativistas é o reconhecimento da existência da população tradicional com seus direitos territoriais. No Pará, já são doze unidades de conservação na categoria Reserva Extrativista Marinha (REM), que cobrem uma larga extensão de sua zona litorânea, de pouco mais de 500 km. A primeira REM no Pará foi a RESEX de Soure, na Ilha de Marajó, de 2001. Em 2005, pelo Decreto presidencial de 20 de maio instituiu-se a RESEX Caeté-Taperaçu, no município de Bragança. É um município dos mais antigos da região amazônica, cuja economia repousa historicamente na pesca e na agricultura, sobretudo de pequena escala, e com manifestações culturais e religiosas reconhecidas como parte do patrimônio cultural do estado do Pará (MANESCHY, 1995; CONCEIÇÃO, 2002). Desde a década de 1980 desenvolve-se o turismo ligado com a praia de Ajuruteua, no extremo norte do município. Este texto volta-se ao exame desta Reserva específica, discutindo as correlações entre territórios comuns, a pesca e a dinâmica de funcionamento da gestão participativa do território, conforme a legislação pertinente a essa categoria de Unidade de Conservação (UC) no Brasil.

Segundo levantamento feito pelo gestor do ICMBIO no ano de 2012, cerca de 9.000 famílias habitam ou dependem desse território para sua sobrevivência, sendo 3.000 classificadas como extrativistas.¹ No caso, as famílias de pescadores e “tiradores” de caranguejos sobressaem em número. Embora se pratiquem também o extrativismo vegetal e capturas periódicas de moluscos nas áreas de manguezal, são em escala bem inferior e, comumente, de modo complementar com a pesca.

Dada a relevância social, cultural e econômica do território em questão, uma Reserva que se aproxima de seus dez anos de decretação, importa analisar sociologicamente sua construção social. Integra também a reflexão sobre os avanços e recuos dessas experiências de gestão compartilhada, que vem produzindo transformações a partir da ação pública para a construção dos espaços de conservação ambiental. Decorridos quase trinta anos da criação das primeiras UCs² e quinze do Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (BRASIL, 2000), torna-se relevante discutir o processo de construção das Reservas na medida em que implica debates conjuntos dos problemas locais e da formulação de regras de uso, produzindo resultados para a governança ambiental.

Examinar o processo de institucionalização da RESEX em tela, é o principal objetivo do projeto de pesquisa a partir do qual se elabora o presente artigo³. Propõe-se aqui, refletir sobre as relações entre as características da atividade produtiva principal, a pesca e as

1 Informação pessoal prestada pelo Sr. Fernando Repinaldo Filho, em março de 2013.

2 As primeiras RESEX foram: a Reserva Extrativista Chico Mendes (Decreto n. 99.144/90), no Acre; a Reserva Extrativista Rio Ouro Preto (Decreto N. 99.146/90), no Amapá; a Reserva Extrativista Rio Cajari (N. 99.145/90), em Roraima; e a Reserva Extrativista do Alto Juruá (Decreto N. 98.863/90), no Acre.

3 Projeto A Construção da Participação na Institucionalização das Unidades de Conservação no estado do Pará financiado pelo CNPq; Processo nº 486277/2011-9.

demandas de gestão do território reservado. A base empírica utilizada nesta análise assenta nas atas de reuniões regulares da Associação de Moradores e Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA), entre 2011 e 2012 e, também, em observações realizadas por ocasião da participação dos pesquisadores em reuniões locais relacionadas à elaboração do Plano de Manejo dessa Unidade de Conservação.⁴

Dilemas da apropriação de recursos de uso comum

Nos seus cerca de 42mil hectares de área, os bosques de manguezais e os cursos de água (rios e igarapés) sobressaem. Do ponto de vista da legislação vigente, assim como das normas locais, são áreas de recursos comuns, de bens públicos, cuja apropriação obedecia – e ainda obedece, em grande medida - a regras tradicionais, não escritas, o que não implica dizer ausência de conflitos entre pescadores, entre extrativistas, entre pequenos e grandes utilizadores da mesma base de recursos. Nas últimas décadas, contudo, a pressão ampliada sobre essas áreas gera ou demanda novas regras e, também, provoca novos conflitos. São mudanças decorrentes da grande expansão da pesca do município, que passou a sediar diversas empresas pesqueiras, inclusive provenientes de estados nordestinos e, finalmente, do crescimento do turismo estimulado pela construção, na década de 1980, da rodovia estadual que liga a sede municipal à Praia de Ajuruteua (rodovia PA 458). A estrada atravessa a área da Reserva no sentido norte-sul. Essa pressão ampliada foi um grande motivador da proposta de criação da RESEX.

Precisamente um dos maiores desafios dessas instituições de gestão ambiental participativa, tal como as RESEX, é elaborar e colocar em prática um “plano de manejo”, um instrumento diretor das ações, do uso e da conservação do território e seus recursos, que faça sentido para as categorias sociais presentes. Como se sabe, o desafio é ampliado pelo fato de que a participação política formal para essas populações rurais representa uma novidade. Nesse sentido, mais do que elaborar um plano diretor, com apoio técnico e acadêmico, estão em jogo “diálogos de saberes”, na perspectiva de que trata Leff (2009), visibilidades e invisibilidades, interesses de classe relativos aos direitos de apropriação dos recursos e sua regulação, sobrepondo-se aos eixos de desigualdade de gênero e de gerações.

No decurso das reuniões tanto da ASSUREMACATA, quanto do Conselho Deliberativo da RESEX, assim como nas oficinas que objetivaram a elaboração e articulação do plano de manejo dessa reserva e das reservas vizinhas, vários aspectos relacionados aos territórios de pesca foram abordados. Foram debates que expressam os desafios de gestão de recursos móveis e de territórios comuns, que interessam a toda a coletividade. Nesse sentido, presume-se que as Reservas possam contribuir para estimular a formação de uma nova representação social do território, a partir da compreensão da mútua dependência dessa base

4 Um dos eventos com subsídios para este artigo foi a Oficina Participativa para a Construção do Plano de Gestão Integrada dos Recursos Pesqueiros com Enfoque Ecológico para as Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral Paraense, no marco do projeto MANGUEZAIS DO BRASIL, coordenado pela Profa. Victória Isaac. Período de realização: 5 a 8 de novembro de 2012, na cidade de Bragança.

comum de recursos. O Plano de Manejo (ABDALA; SARAIVA; WESLEY; 2012a, 2012b), finalizado e aprovado pelo Conselho Deliberativo, expressa essa tentativa, assim como deixa à mostra a complexidade dos conflitos e alianças para produzir os acordos da cogestão.

Um dos eventos de que se participou visando coletar dados para a pesquisa reuniu representantes de quatro RESEXs do litoral paraense - Caeté-Taperaçu, Tracuateua, Araí-Peroba e Gurupi-Piriá (5 a 8 de novembro de 2012). Conforme a dinâmica da reunião, os membros das comunidades usuárias dos recursos que estavam presentes foram solicitados a apontar as áreas mais frequentes de pesca em suas respectivas localidades, a fim de orientarem a proposição de regras de manejo.

O conhecimento tradicional dos pescadores foi, neste ponto, o centro das atenções. Utilizando mapas elaborados a partir de imagens de satélite, orientadas pelos técnicos de apoio, as pessoas apontaram as espécies de peixes e mariscos e suas zonas de ocorrência, conjuntamente com os apetrechos utilizados conforme a época, as marés e os ciclos lunares. Elas e eles os descreveram com autoridade de conhecedores de longa data. Por outro lado, demonstraram valorizar a oportunidade de trocar conhecimentos com pessoas de territórios vizinhos e de dialogar com pesquisadores, técnicos e estudantes. Exemplo disso, o diálogo entre um pescador e um agente ambiental presentes em uma das reuniões. O pescador, ao ser indagado a respeito do período de reprodução da espécie pescada branca disse categoricamente: *nunca vi uma pescada branca ovada!* A explicação apresentada e objeto de animada discussão foi de que a pescada branca não desova no “salgado”, isto é, nas águas costeiras e estuarinas, mas sobe para as cabeceiras dos rios nesse período de seu ciclo reprodutivo, razão para o pescador não o ter presenciado.

Isso nos remete à característica dos recursos móveis e de sua apropriação por grupos sociais, pessoas e organizações. A pergunta clássica, na base da economia institucional, é trazida para a temática do uso sustentável de recursos naturais públicos. Como se estabelece a confiança entre os usuários ou dependentes de tais recursos, a expectativa de que vão utilizar racionalmente em prol do coletivo? Os recursos pesqueiros são recursos comuns (*commons*), os quais segundo McKean e Ostrom (2001) apresentam duas características do ponto de vista do seu acesso e sua apropriação: dificuldade ou impossibilidade de excluir usuários; e a subtrabilidade, ou seja, o que um usuário utiliza ou retira, deixa de estar disponível para outros. Por isso, são recursos que estão potencialmente sujeitos a uma lógica de uso de curto prazo. Daí a previsão clássica de Garret Hardin (1968) da “tragédia dos recursos comuns”, ou seja, a tendência de depredação de recursos como peixes, vida selvagem, oceanos, bacias hidrográficas, florestas tropicais, até mesmo a atmosfera. Nessa visão, a “tragédia” resulta da lógica de aproveitar ao máximo os recursos que não podem ser propriedade privada.

McKean e Ostrom (2001), autoras do referencial teórico da pesquisa, questionam essa abordagem da tragédia porque ela se baseia em visões individualizantes sobre os agentes sociais. O modelo de ação social é o do *homo economicus*, que age baseado em cálculos de custos e benefícios. Na visão sociológica, ao contrário, os agentes sociais são controlados por instituições sociais, são membros de comunidades, de grupos e, nessa condição comunitária se relacionam com a natureza. McKean e Ostrom (2001) discutem justamente as instituições sociais de apropriação de recursos que apresentam essas características, a exemplo das unidades de conservação de uso comum, reconhecidas oficialmente. Essas autoras estudaram casos de instituições locais que grupos humanos instituíram ao longo de sua história de convivência com ecossistemas como florestas, montanhas, lagos e zonas costeiras, definindo quem dispõe de direitos de apropriação e os procedimentos permitidos e banidos.

Dinâmicas da pesca e as reservas extrativistas

Em se tratando do recurso pesqueiro, como dito acima, é um recurso móvel e comum. As Reservas Marinhas instituem regimes de propriedade comunitária sobre esse recurso comum, pois garantem os direitos das comunidades locais, que os utilizam e devem doravante gerenciar, ou melhor, gerir esse uso de modo consensual. No caso das RESEXs no Brasil, a gestão não é de responsabilidade única delas, mas é dividida com o Estado: a cogestão, ou gestão compartilhada. Mas, esses recursos que se pretende manejar/gerir ultrapassam os limites das UCs e, no caso estudado, o limite da microrregião do Salgado Paraense. Assim, as populações locais fazem a gestão pesqueira na jurisdição da Reserva, mas também dependem da pesca fora da área, onde o acesso é livre, ou com regras de mais difícil controle, como as que regulam tamanho de malha, instrumentos proibidos, tamanho mínimo de captura etc. Elas também se ressentem de impactos de utilizadores do espaço que não participam da gestão, como é o caso das embarcações de grande porte, da pesca empresarial, que segundo se debate nas reuniões, poluem os rios com óleo dos motores. Configura-se aí o conflito entre os pescadores artesanais e os “de fora”, como denominam os das geleiras, que utilizam grandes embarcações e técnicas de pesca predatórias. Esse problema implica também em questionamentos sobre as possibilidades das instâncias de participação produzirem resultados satisfatórios para esses agentes sociais. Pois, tanto o ICMBio, quanto a ASSUREMACATA são questionados pelos pescadores artesanais sobre medidas que possam vir a proteger suas atividades.

Nas reuniões foi levantada a importância econômica da produção pesqueira nas localidades que compõem a RESEX: qual recurso pesqueiro era mais rentável e quais os de maior captura. Os peixes mais “nobres” (termo local) e mais rentáveis (para exportação) são pescada amarela, mero e serra, entre outros. Mas, apesar de serem elencados esses como os de maior importância econômica, esse tipo de pesca só é praticada por pequena parte dos pescadores locais. Segundo os relatos nas reuniões, 90% desses peixes estão no mar, fora das águas da Reserva – até uma milha ao largo - e carecem de maior capacidade financeira para captura. Mas há, também, recursos de interesse comercial que se encontram na jurisdição da RESEX e são capturados por outrem. O problema foi assim ilustrado pelo gestor de uma das reservas: “90% dos que usufruem dos recursos da RESEX não estão dentro da Caeté-Taperaçu, entretanto buscam os recursos nas próprias”. Isso mostra que os limites físicos da Reserva não são barreiras para a captura dos recursos, esses são móveis, no sentido de que não se limitam à barreira da instituição RESEX. O que move a grande massa de trabalhadores da pesca vinculados a esse espaço, são os recursos mais localizados como: caranguejos, mexilhões e muitas espécies de peixes que ocorrem próximos do continente. A pesca se dá nos estuários e nas águas costeiras, parte dos quais inseridos na jurisdição da Reserva, entretanto os recursos não são fixos, dificultando a gestão, com o estabelecimento de regras, interdições, fiscalização etc.

Essas limitações não invalidam a importância do território da UC. Ao contrário, pois ela vem garantir, formalmente, os direitos de acesso nas áreas próximas e, especialmente, possibilita regular a pesca de caranguejos nos manguezais. Além disso, a gestão é participativa, o que contribui, por hipótese, para fortalecer o sentido de pertencimento ao território. Dizemos por hipótese, pois este é um processo novo, daí considerarmos seu caráter de construção social, para além dos aspectos legais, das regras a serem estabelecidas e constantes dos planos. Neste ponto, levamos em consideração a definição do território feita por Abramovay (2003), que destaca a importância das relações sociais entre os sujeitos sociais nesses espaços. As reuniões, encontros, mecanismos de deliberação coletiva, podem

ser consideradas formas de criar “capital social”, isto é, redes de relações, comunicação e intercâmbio entre as comunidades locais e as diferentes categorias sociais envolvidas, conforme Putnam (2006)⁵.

A propósito da gestão participativa é possível afirmar, com base nas observações, que as reuniões fortalecem a consciência comum dos problemas, interesses e vínculos ao território por parte dos grupos e comunidades que dele dependem. Para ilustrar, a Tabela 1 lista os principais temas tratados nas reuniões do Conselho Deliberativo da Reserva Caeté-Taperaçu, no período de pouco mais de um ano de coleta de dados.

TABELA 1 - Assuntos tratados nas reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, segundo a frequência - janeiro de 2010 a fevereiro de 2011.

Temas	F	Temas	F
Plano de manejo	3	Fiscalização	1
Habitação	3	Zoneamento dentro da Resex	1
Caranguejo-uçá e seguro defeso	3	Educação ambiental	1
Exposição sobre biodiversidade costeira	2	Nova resolução do CONAMA (nº 428/2010)	1
Programa nacional de reforma agrária	2	Sistemas de abastecimento de água	1
GEF mangue	2	Defeso da pescada gó, pescada amarela, gurijuba	1
Plano de voluntariado	2	Estudo de impacto ambiental	1
Instituições no conselho: ingresso e saída	2	Direito real de uso – CCDRU	1

Fonte: elaboração dos autores.

A sustentabilidade dos recursos pesqueiros é uma preocupação muito clara (seguro defeso, caranguejo, pescada, gó), assim como a gestão do território em construção (plano de manejo, conselho, fiscalização, zoneamento) e as políticas sociais associadas ao território (habitação, reforma agrária, abastecimento de água). Merecem destaque as referências a pesquisas e aspectos legais: impacto ambiental, GEF mangue, zoneamento, CONAMA etc. São frutos das novas articulações entre pesquisadores, órgãos públicos e moradores e usuários, novas redes sociais que se formam em relação ao território RESEX. A notar que a realização de pesquisas em unidades de conservação requer autorização prévia da associação local e do órgão gestor, no caso o ICMBio, o que induz a um novo diálogo e abre caminho para a aproximação entre ciência e sociedade, antiga reclamação de comunidades locais, notadamente em áreas rurais.

Considerações finais

Hoje na RESEX uma grande demanda é a proteção de meio ambiente, lado a lado com a qualidade de vida – *plano de manejo e habitação, caranguejo e seguro defeso* - para a sobrevivência dos povos tradicionais. Para que isso ocorra, no quadro de monetarização crescente e de acentuada concorrência entre usuários atuais e potenciais do território, torna-se necessário uma melhor maneira de cuidar dos recursos naturais, daí a preocupação com a gestão, ou manejo; é exemplo disso a proteção aos manguezais, berçários de grande número de espécies de crustáceos e peixes. Entretanto, tanto os recursos como o trabalho são móveis.

5 O capital social diz respeito a “características da organização social como a confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade”, argumenta Putnam (2006), facilitando as ações coordenadas.

Nesta perspectiva, limites impostos de cima para baixo – como na gestão pesqueira convencional, centralizada no Estado - não correspondem aos limites do trabalho da pesca. Não correspondem também a novas demandas por participação social e ao reconhecimento de que os ecossistemas não existem de forma independente dos sistemas sociais e que, portanto, a complexidade ambiental, no sentido que Leff (2006) atribui, inviabiliza abordagens e decisões com base unicamente na ciência convencional. Daí, mais uma vez, a referência ao conceito de diálogo de saberes, desse autor. Nesse sentido, justifica-se ainda mais a gestão descentralizada, como a que se está construindo nas reservas extrativistas, com base na participação de muitos agentes, especialmente dos usuários locais, os pescadores artesanais.

O desafio de construir o território da reserva como bem da coletividade, aqui demonstrado, requer considerar, ainda, as redes de relações tecidas entre grupos e projetos diferenciados na UC e fora dela. Propõem, portanto, refletir sobre os caminhos da governança ambiental num espaço de cogestão em que uma das atividades básicas de sustento é a pesca, e cuja operação extrapola a jurisdição do território. Assim, a produção dos acordos nesses novos espaços envolve apreciar algumas alianças, mesmo que passageiras, entre os representantes das populações tradicionais e da esfera estatal e com os *experts*. Esse processo, assinalado na literatura sociológica como de “mútua construção” se dá na medida em que as fronteiras que delimitavam as ações dos movimentos sociais e os atores do Estado são ultrapassadas pelas práticas de ambos os grupos (RIBEIRO, 2012). Assim se caracterizam as novas formas de gestar e gerir os territórios de conservação ambiental, com toda sua pluralidade de demandas, com seus limites e desafios.

Este artigo apontou que os pontos pesqueiros se distribuem para além dos limites das reservas e, mesmo, para além da costa paraense, na amplitude da costa norte do Brasil, do Maranhão ao Amapá, para onde pescadores de várias localidades se deslocam na busca por melhores pesqueiros. A complexidade dessa gestão ficou clara nos espaços de discussão, pelos temas que são alvo de atenção e, também, em todo o processo de elaboração dos planos de manejo. Os moradores valorizam o intercâmbio com os pesquisadores, com representantes estatais, as novas redes que se formam, com intercâmbio de saberes, sejam saberes sobre características dos ecossistemas, sejam saberes relativos aos ciclos biológicos das espécies pescadas. Os dados coletados no decorrer da pesquisa permitem afirmar que os espaços de debate institucionalizados na RESEX efetivamente contribuem para a gestão dos recursos pesqueiros como recursos comuns, apropriados pelas comunidades locais e, também, por outros grupos. Em particular, esses espaços fomentam conexões novas, capital social novo para enfrentar os desafios socioambientais.

Referências

ABDALA, GUILHERME; SARAIVA, NICHOLAS; WESLEY, FÁBIO. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu - VOLUME I e II - Diagnóstico da Unidade de Conservação**. Brasília: ICMBio, 2012a.

ABDALA, GUILHERME; SARAIVA, NICHOLAS; WESLEY, FÁBIO. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu - VOLUME I - Diagnóstico da Unidade de Conservação**. Brasília: ICMBio, 2012b.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. ISBN 8570256957. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2011000100011&nrm=iso

ALLEGRETTI, M. H. **Reservas extrativistas**: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. ANDERSON, A. et. al, p. 17-48, 1994.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000 (Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação). Brasília, 2000.

CONCEIÇÃO, M. F. C. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária no nordeste paraense. In: HEBETTE, Jean, MAGALHAES, Sonia Barbosa e MANESCHY, Maria Cristina. **No mar, nos rios e na fronteira, faces do campesinato no Pará**. Belém, UFPA, 2002. P.131/171.

GARRETT, H. The tragedy of the *commons*. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

KALIKOSKI, Daniela Coswig. SEIXAS, Cristiana Simão. ALMUDI, Tiago. Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. **Revista, Ambiente & Sociedade**. Jan.-jun. 2009.

LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, Vozes. 2009.

MANESCHY, M. C. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada**. Editora Universitária UFPA, 1995. ISBN 8524701137.

MCKEAN, A. M. O., ELINOR. **Regime de propriedade comum em florestas**: somente uma relíquia do passado? Org. Antonio Carlos Diegues & André de Castro Moreira. Espaço e recursos natuCapital social, associativismo, participação, cogestão, Bragança-Parárais de uso comum. São Paulo, NUPAUB-USP 2001.

MENDES, C. A. **Geomorfologia e Sedimentação**. Os manguezais da costa brasileira. Belém-PA: Fundação Rio Bacanga. Volume 2: 13-31 p. 2005.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia, a experiência da Itália moderna**. In: (Ed.). Fundação Getúlio Vargas, 2006. p.173-194.

RIBEIRO, Tânia Guimarães. A participação no desenvolvimento: o discurso das políticas públicas para a Amazônia. Revista do PPGSoc – UFMA, Jul/dez. 2012.



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.11, nº 02, jul-dez 2017, ISSN 1414-0810

Percepção dos atores locais sobre a cultura do dendê na agricultura familiar na Amazônia oriental brasileira

Perception of the local actors about the palm (dendê) culture in the family agriculture in the eastern brazilian amazon

Marc Piraux (Doutor, geógrafo, CIRAD - UMR Tetis Montpellier/Universidade Federal do Para - UFPA) marc.piroux@cirad.fr; Julien Rapiou (Agrônomo, ISARA-Lyon) julienrapiou@hotmail.com; Eva Timone (Antropóloga AgroParisTech - Paris) evatimone@gmail.com

Resumo

A Amazônia Oriental brasileira vive hoje uma importante expansão do dendê nos sistemas agrícolas familiares graças a contratos firmados com empresas privadas e a consideráveis ajudas governamentais. Para compreender os impactos da introdução da dendeicultura, foram feitas pesquisas com atores locais e unidades agrícolas familiares sob contrato com a agroindústria Agropalma. Essas pesquisas permitiram caracterizar as importantes transformações dos sistemas de produção e identificar as percepções diferenciadas dos problemas entre atores locais e agricultores. Também mostraram que a expressão dos conflitos depende dos contextos sociopolíticos locais.

Palavras-chave

Dendê. Agricultura familiar. Contrato. Conflito. Amazônia. Pará.

Abstract

The eastern Brazilian Amazon lives today a major expansion of oil palm in family agricultural systems through contracts firmed with private companies and considerable government aids. To understand the impacts of the introduction of the oil palm culture, we do researches with local actors and family agricultural units under contract to the agribusiness Agropalma. These studies allowed the characterization of the major changes of the production systems, and identified the different perceptions of the problems between local actors and farmers. They also showed that the expression of the conflicts depends on the local socio-political contexts.

Keywords

Oil Palm; family farming; contract agreement; conflict; Amazon;Pará.

1. Introdução

Na Amazônia brasileira, desde alguns anos, novos programas de apoio foram desenvolvidos para os agricultores familiares para integrar a cultura de dendê (*Elaeis guianensis* Jacq.) nos sistemas de produção. O estado do Pará é o maior produtor de óleo de dendê com 140.000 ha em 2013 (Homma; Menezes; Monteiro, 2013). Agroindústrias estão instaladas há muito tempo na região. Na Amazônia, o potencial de produção do dendê é considerável, pois 31,8 milhões de hectares apresentam, em 2008, um bom potencial para o cultivo, quando se somam às áreas antropizadas que respeitam as restrições legais e ambientais (Becker, 2010). O Governo brasileiro incentiva desde 2004, a produção por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e do Selo Combustível Social (SCS). Esse selo garante que 10% da produção de óleo das agroindústrias provêm do processamento de regimes oriundos da Agricultura Familiar (AF). Implantado para diversificar a matriz energética demasiadamente dependente da soja, o óleo de dendê, todavia, só representa 0,5% da produção nacional de agrocombustíveis em 2014 e provêm unicamente do Sudeste e do Nordeste do país e, portanto, não da Amazônia (ANP, 2015).

Desde 2004, novos programas de apoio visaram especificamente os agricultores familiares para incentivar o cultivo. O Programa de Produção Sustentável de dendê (“Palma Verde”) de 2010 definiu, entre outras, uma linha de crédito (Pronaf Eco Dendê) específica para as culturas de dendê. Os créditos são concedidos mediante contratos de produção tripartites que ligam os agricultores familiares a um banco público e às agroindústrias. Em 2012 e 2013, esses créditos chegaram, respectivamente, a 34,4 e 45,3 milhões de reais no Pará (Homma; Menezes; Monteiro, 2014), o que corresponde a 508 contratos para uma área de 5.000 ha em 2012 e 662 contratos para 6.520 ha em 2013. Os beneficiários do crédito para plantação são agricultores familiares, definidos, de acordo com a lei federal de 2006, como agricultores que satisfazem aos seguintes critérios: i) explorar uma área inferior a quatro módulos fiscais (para o município de Moju, um módulo fiscal equivale a 25 ha); ii) utilizar predominantemente mão de obra familiar; iii) ter renda originada essencialmente da agricultura; iv) gerir o estabelecimento com a família. Evidentemente, essa definição encerra uma enorme diversidade (COSTA, 2009) à qual não voltaremos aqui.

As reações sociais à expansão do dendê são diversas. De um lado, as instituições políticas e públicas, inclusive a pesquisa agrônômica, e as empresas produtoras de óleo, louvam-lhe os méritos. Segundo elas, as plantações aumentam significativamente a renda dos AF e têm pouco impacto no meio ambiente, pois são feitas em zonas já desmatadas. Do outro lado, inúmeras críticas emanam de atores da sociedade civil (Repórter Brasil, 2008, 2010), aos quais se juntam alguns pesquisadores. Assim, Backhouse (2013) afirma que o Estado, por meio das políticas públicas, dos arranjos produtivos e financeiros e dos instrumentos legislativos específicos, concorreu para um processo de apropriação de terras no Pará, também denominado *green grabbing* (Fairhead; Leach; Scoones, 2012), processo, todavia, mais “pacífico” do que nos anos 80. De acordo com o novo Código Florestal, o dendê pode reflorestar as áreas de preservação permanente no entorno de rios. O novo Código Florestal impõe o CAR (Cadastro Ambiental Rural) como instrumento de regularização fundiária. Tudo é sustentado por um discurso sobre a inclusão social e a sustentabilidade para legitimar a expansão do dendê e obter o apoio da opinião pública. Outros estudos vão mais longe. Repórter Brasil (2013) conclui, por exemplo, que o dendê assina o fim da AF, tão grandes são as transformações dos sistemas agrícolas e sociais provocadas por essa cultura. Repórter Brasil (2013) também menciona os graves problemas de natureza diversa (ambiental, de dependência em relação às empresas, de violência) e os conflitos que estão associados à dendeicultura. Pelo

contrário, esse relatório é muito criticado pelas empresas e por alguns pesquisadores.

Desejamos contribuir para esse debate caracterizando as percepções que os diferentes atores têm da cultura do dendê no âmbito local e compreender, se for o caso, como surgem aí os conflitos. Duas hipóteses estruturam nosso raciocínio. A primeira é que existe uma grande diversidade de representações entre os atores locais (agricultores, responsáveis sindicais ou políticos, representantes das empresas) sobre o impacto da cultura. A segunda é que os contextos sociopolíticos locais explicam a estruturação dos conflitos no âmbito municipal.

Em um primeiro momento, retomamos os materiais e métodos utilizados. Em seguida, apresentamos os resultados econômicos e os relativos ao tempo de trabalho obtidos nas unidades de produção agrícola, a fim de identificar suas transformações. Esses resultados permitirão compreender melhor os resultados que dizem respeito aos problemas e aos conflitos.

2. Material e método

Para bem contextualizar o estudo, procuramos caracterizar as transformações dos sistemas de produção agrícola analisando as unidades familiares cujos dendezeiros já estão em fase de produção. Selecionamos, então, o projeto experimental desenvolvido em 2002 pela agroempresa Agropalma. Esse projeto envolvia 185 famílias e 1.746 ha. Três projetos foram selecionados. Os projetos 1 e 3¹ iniciaram com 10 ha de plantio, respectivamente em 2002 e em 2005 (logo, em produção há 8 e 5 anos em 2013, ano de realização do estudo) nas comunidades rurais de Arauaí, no município de Moju, a 150 km de Belém. As parcelas dos cultivos intercalares como dendê de óleo são todas homogêneas, pois só têm um ano de plantação. Trata-se de uma área da reforma fundiária do estado do Pará, cujas terras pertencem a uma associação de agricultores familiares, criada quando da implantação do projeto. Alguns deles já estavam presentes nas terras, outros foram aí instalados. Antes, para 87% dos agricultores atuais, a agricultura de coivara à base de mandioca, de milho e de arroz constituía a maior parte da renda (Homma; Menezes; Monteiro, 2014). Somente 10% dos primeiros agricultores instalados desistiram, e a agroindústria substituiu-os por outros. Hoje 42% dos agricultores dispõem de 10 a 20 ha de terras e 26%, de 20 a 40 ha; 80% deles são beneficiários de programas de transferência de renda, recebendo ou a aposentadoria rural, ou o Bolsa Família. Seu nível de formação é fraco, 23% são analfabetos. Quanto ao projeto 4, teve início em 2006 com 41 agricultores em uma área da reforma agrária, “Calmaria II”, tendo sido implantado pelas autoridades federais. O projeto abrangia 6 ha de dendezeiros inseridos em lotes familiares de 25 ha reservados a sistemas tradicionais, orientados para a produção de mandioca, milho, arroz, alguns com 1 ou 2 cabeças de gado por família. A mandioca constituía o principal cultivo e fonte de renda. O recurso à mão de obra assalariada era pouco importante. Hoje a metade dos agricultores tem acesso a programas de transferência de renda.

Nossos métodos privilegiaram pesquisas aprofundadas, que visaram os resultados econômicos (as informações fornecidas pelos agricultores foram confrontadas com as dos contracheques dos agricultores), as agendas de trabalho e as percepções dos agricultores. Para 48 dos agricultores contatados, foi possível estabelecer os balanços econômicos: 19 agricultores para os projetos 1 e 4 e 10, para o projeto 2. Foram entrevistados 10 agricultores pertencentes a outras comunidades para caracterizar as agendas de trabalho na fase juvenil dos plantios.

1 Adotamos aqui a numeração oficial da empresa.

No que diz respeito aos aspectos sociais e territoriais, o estudo concentrou-se em três municípios: Tailândia, Moju e Concórdia do Pará. Com efeito, esses municípios apresentam uma diversidade de situações sociopolíticas interessantes para compreender a eventual expressão de conflito. Os níveis de organização dos sindicatos agrícolas, os jogos de poder no interior desses sindicatos e as estratégias de alianças são, efetivamente, muito diferentes nos três municípios. Nesse caso, aproximadamente vinte entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os responsáveis políticos, líderes sindicais, responsáveis de cooperativas e especialistas de cada um desses municípios.

É em Moju, cabe lembrar, que estão situadas as comunidades estudadas, e é em Tailândia que estão localizadas a sede e as principais unidades da empresa Agropalma. Em 2013, nos três municípios, o número de agricultores familiares que plantaram o dendê era, respectivamente, 200 em Tailândia, 115 em Moju e 14 em Concórdia (Homma; Menezes; Monteiro, 2014), o que representa 91,0%, 3,4% e 1,6% do total das unidades agrícolas desses municípios e 90,9%, 3,4% e 1,6% das áreas ocupadas pela AF. Quanto à população rural, é estimada, em 2010, em 20 584, 44 856 e 13 128 habitantes.

A Tabela 1 sintetiza a cobertura do solo para os 3 municípios em 2008. Concórdia e o norte de Moju apresentam a mesma situação, a de uma zona de colonização antiga, típica da Amazônia dos rios, com predomínio de produção de mandioca. O sul de Moju e o de Tailândia, ao contrário, são representativos das zonas da Amazônia das estradas e têm uma colonização mais recente. Isso explica a existência de áreas com uma cobertura florestal maior nos dois municípios e o pequeno número de agricultores familiares em Tailândia.

	<i>Agricultura anual</i>	<i>Agricultura familiar</i>	<i>Floresta</i>	<i>Pastos</i>	<i>Vegetação secundária</i>	<i>Outros</i>	<i>Total</i>
Km²							
Moju	152	604	4915	1177	1770	478	9096
Tailândia	226	113	2344	980	622	148	4433
Concórdia	0	229	86	193	175	8	691
Em %							
Moju	1,7	6,6	54,0	12,9	19,5	5,3	100,0
Tailândia	5,1	2,5	52,9	22,1	14,0	3,3	100,0
Concórdia	0,0	33,1	12,4	27,9	25,3	1,2	100,0

Tabela 1. Caracterização da cobertura dos solos dos 3 municípios em 2008 em km² e em porcentagem (INPE, 2010).

3. As especificidades contratuais da produção

Os beneficiários do crédito para a plantação são agricultores familiares. O crédito máximo atualmente concedido é 80.000 reais, ou seja, 30.000 euros, com um teto de 8.000 reais por hectare cultivado. Seu valor global era de 54.000 reais em 2011, data dos primeiros contratos. Esse aumento está ligado ao aumento dos custos de mecanização (para a preparação do plantio) e dos insumos. O reembolso estende-se por 14 anos, com uma taxa de juros de 2%. O crédito serve para pagar o conjunto das despesas de implantação da palma durante os três primeiros anos improdutivos. O agricultor recebe uma remuneração a cada 2 meses, se o técnico da agroindústria homologar a realização dos trabalhos. Para ser selecionado, o agricultor deve dispor de pelo menos 25 ha e não pode plantar mais de 10, para dispor da área e do tempo necessários ao desenvolvimento de outras culturas.

Para implementar esses créditos, contratos formalizam as relações entre a agroindústria, um banco público e o agricultor. Esses arranjos, que Vermeulen e Goad (2006) definem como um esquema de *supported smallholders*, são comuns na Indonésia (*nucleus-plasma* (PIR)) e na Malásia (RISDA, FELCRA). O Brasil inspirou-se, aliás, fortemente nessas experiências. Uma cláusula estipula que o agricultor é obrigado a recorrer ao transporte da agroindústria e a vender a totalidade da produção à agroindústria, que, por sua vez, deve comprá-la em sua integralidade. A agroindústria assegura, por intermédio de empresas subcontratadas, o preparo do plantio e a colheita no campo, além de fornecer o material vegetal, os insumos e a assistência técnica durante os 25 anos do contrato. Todo mês, os ganhos, calculados proporcionalmente à quantidade entregue e subtraídas as despesas da empresa e do crédito bancário, são pagos diretamente em uma conta bancária em nome do agricultor. Nos projetos 1 e 3, em 2014, a contratação da mão de obra fez-se obrigatoriamente em uma empresa privada, que formaliza, assim, os empregos assalariados.

4. Uma evolução importante dos sistemas de produção e o desempenho muito desigual entre agricultores

A fim de compreender bem as transformações em curso, apresentamos os resultados econômicos e os dos tempos de trabalho dos sistemas de produção estudados. A Tabela 2 apresenta as médias das receitas, dos encargos e dos rendimentos obtidos em 2012 para os 3 projetos estudados.

	<i>Ha dendê</i>	<i>Tonela gem annual/ha</i>	<i>Margem bruta /ha dendê</i>	<i>Número assalariado dos (tempo integral)</i>	<i>Renda mensal para o dendê</i>	<i>Transferências sociais/família</i>	<i>Renda Agrícola mensal /família</i>	<i>Renda mensal total (reais)</i>
Projeto 1 2002	10	19,5	2389	0,65	1838	312	1932	2244
Projeto 3 2005	10	15,7	975	0,69	750	305	882	1187
Projeto 4 2006	6	17,3	1875	0,15	865	280	908	1188

Tabela 2. Resultados econômicos para 48 estabelecimentos agrícolas em 2012 com o dendê.

Os resultados mostram que os dendezeais representam perto de 75% da renda média total dos agricultores. Antes de sua implantação, eles estimavam obter uma renda mensal média de 340 reais, ou aproximadamente a metade de um salário mínimo. Essa renda é multiplicada por 3 ou por mais de 6 de acordo com os projetos. Os rendimentos mais elevados são obtidos no projeto 1, pois os dendezeais estão em plena produtividade e o empréstimo bancário já foi quitado. De acordo com as informações fornecidas pelas empresas, a renda média das mesmas unidades atingiam mais de 2.000 reais (Rapiau, 2013), o que se mostra perto dos dados obtidos para o projeto 1, em que os dendezeais estão em plena produtividade. O rendimento por ativo agrícola nos projetos 3 e 4 é semelhante e só ligeiramente superior ao salário mínimo, com 4 ha a menos de dendê, porém, para o projeto 4. Isso resulta de rendimentos mais elevados e de uma maior valorização da mão de obra

familiar, que limita o recurso aos trabalhadores assalariados necessários aos trabalhos de colheita. Outros resultados mostraram que as diferenças obtidas no próprio interior dos projetos são muito significativas, principalmente em razão da variabilidade dos rendimentos, que vão, por exemplo, do simples ao dobro (de 12,3 t a 23,5 t/ha) no projeto 4. Assim, a renda obtida é às vezes inferior à metade do salário mínimo.

A viabilidade econômica do dendê é, portanto, relativa. Depende de inúmeras condições (pedoclimáticas, não respeito das normas técnicas, qualidade das práticas, gestão da mão de obra, nível de motivação...) que alguns agricultores não conseguem cumprir. A forte especialização dos sistemas reforça igualmente os riscos econômicos, ligados à flutuação dos preços dos mercados mundiais e às possíveis perdas de produção devido a doenças. Uma análise mostrou, por exemplo, que, em caso de queda de 25% do preço da tonelada, a renda despenca de 30 a 50%. Isso bastaria para que inúmeros agricultores familiares passassem para abaixo do salário mínimo brasileiro.

As mudanças no pagamento da mão de obra familiar e a contratação de trabalhadores revelam também uma profunda evolução. Durante os três anos de implantação da palma, as famílias reduzem fortemente, se não eliminam, as culturas alimentares para limitar a mão de obra externa e compram seus produtos alimentícios, pois a carga de trabalho é muito pesada, sobretudo por causa das frequentes limpezas manuais do solo. Ao contrário, na fase de produção, as agendas de trabalho anuais mostram que os agricultores dispõem do tempo necessário à prática de culturas alimentares. Contudo, no projeto 4, somente 21% não diminuíram as áreas de culturas alimentares, 53% reduziram-nas a fim de garantir o autoconsumo e 26% eliminaram totalmente essas áreas. Nos projetos 1 e 3, esses números são 7%, 36% e 57%, respectivamente. Os que suspenderam totalmente as culturas alimentares consideram que sua produtividade de trabalho é demasiadamente fraca.

Essa análise permite-nos relativizar ou validar certas representações dos atores, representações que analisamos agora.

5. Diferentes representações dos problemas ligados à cultura do dendê

As pesquisas realizadas nos três municípios estudados revelaram opiniões e percepções diferentes dos problemas entre os atores locais, principalmente entre agricultores, responsáveis locais e o representante da empresa Agropalma. Esses problemas resultam diretamente da presença e do desenvolvimento dos plantios industriais nas comunidades rurais ou em seu entorno.

O primeiro problema citado pelos atores locais é a dependência em relação à empresa, ao banco ou ao mercado internacional. A perda de autonomia na tomada de decisão dos agricultores e sua dependência em relação às agroindústrias são, aliás, muitas vezes evidenciadas na literatura (Droulers *et al.*, 2010; Repórter Brasil, 2008). Essa dependência está ligada, de acordo com todos os responsáveis políticos e sindicais das comunidades e dos municípios, à duração do contrato – 25 anos. Algumas falas atestam isso: “assinar um contrato de 25 anos com uma empresa não é mais ser agricultor familiar” (palavras de um responsável político municipal); “é ficar completamente prisioneiro durante 25 anos” (um sindicalista); “é pior do que um casamento, pois no casamento a separação é possível, com esse contrato, não” (um secretário municipal). Pelos termos desse contrato, eles consideram que os agricultores familiares perdem a autonomia de seus meios de produção. A análise das diferentes cláusulas do contrato mostra, com efeito, que a empresa controla o conjunto dos fatores de produção e inclui um livre acesso ao terreno do agricultor. A empresa orienta e define as práticas agrícolas. A terceirização da mão de obras, as grandes demandas de insumos e o aumento da

mecanização (necessária para a implantação dos dendezeiros) ampliam sua dependência do material e dos serviços externos. A relação fortemente assimétrica entre a empresa e o agricultor é salientada, qualificada pelo conjunto dos sindicatos dos municípios como uma relação de dominação das empresas. A metade dos responsáveis dos municípios afirma que o agricultor está desapossado de seus meios de produção. Assim, o presidente de uma cooperativa afirma que “não é mais a terra do agricultor, é a terra da empresa! O agricultor tornou-se simplesmente um trabalhador para a empresa”. Se essa perda de autonomia é destacada pelos responsáveis locais, ela é, ao contrário, pouco apontada e, portanto, pouco sentida pelos agricultores.

O acúmulo de uma dívida junto à empresa constitui um outro elemento de dependência. Com efeito, a empresa deduz todo mês (por intermédio do banco) 25% da receita dos agricultores para o reembolso dos insumos e do material fornecido. Ora, esse valor é insuficiente para cobrir as despesas reais. Uma dívida média estimada em aproximadamente 2.800 reais por ano acumula-se assim de ano em ano. Ela é, aliás, estipulada no contracheque dos agricultores, mas nenhum deles tinha consciência disso. Essa dívida não foi levada em conta em nossos balanços financeiros, que são concentrados nos rendimentos monetários. É preciso, todavia, considerar o fato de que ela poderia reduzir-se com o aumento previsto da produção. A questão do pagamento dessa dívida pode, entretanto, ser suscitada no final do ciclo da produção. Alguns responsáveis locais – 30% das pessoas entrevistadas – afirmam que isso será um meio de pressão das empresas para incentivar os produtores a renovar o contrato.

A dependência em relação aos bancos é salientada pelos responsáveis locais (80% deles). Está ligada, segundo eles, ao valor total do empréstimo concedido aos agricultores para ajudar a implantação dos dendezeiros, que se elevou pouco a pouco entre 2002 e 2013. Esse valor passou de 18.000 a 80.000 reais para dar conta do aumento dos custos dos insumos e permitir uma maior mecanização. O prazo de reembolso tende então a estender-se, de 10 para 12 anos hoje. Novamente essa dependência não é destacada pelos agricultores. Com efeito, sua reação é antes positiva, pois o banco libera o empréstimo em vários pagamentos em três anos (mesmo se atrasos frequentes são evocados), depois fornece os montantes mensais das colheitas aos agricultores. Esse sistema é vantajoso para os agricultores, pois eles dispõem, em sua opinião, de uma fonte de tesouraria mensal. Podem também contrair outros empréstimos para a compra de bens de consumo.

Enfim, a comercialização do dendê é baseada na bolsa de Amsterdam, o que torna os agricultores diretamente dependentes das oscilações de preço no mercado mundial. Os responsáveis das empresas tranquilizam fortemente os atores sobre esse ponto, fazendo referência a uma demanda crescente do dendê no setor alimentar e dos agrocombustíveis no mercado mundial. Assim, essa dependência não é reconhecida pelos agricultores, enquanto todos os responsáveis políticos e sindicais veem aí um sinal de inquietação, evocando, aliás, a história do Brasil: “vai acabar mal para o agricultor familiar, como aconteceu com a pimenta, o cacau, o coco..., temos experiência de projetos de agricultura patronal aplicados à AF que nunca funcionaram” (líder sindical).

Afora esse problema de dependência, um segundo problema levantado é o da perda da soberania alimentar. Como observamos, a implantação do dendê na AF reduz as áreas de culturas alimentares, mas as estratégias são diferenciadas segundo os agricultores. Ressaltamos anteriormente a disponibilidade em tempo de trabalho para as culturas alimentícias, quando o dendê entra na fase de produção. Apesar de tudo, alguns agricultores que pararam completamente sua produção alimentar (tratava-se, lembramos, de 26% de nossa amostra, enquanto 53% reduziram essa produção tendo em vista garantir um

autoconsumo) reivindicam claramente um outro modo de vida, baseado antes de tudo na compra dos gêneros alimentícios básicos. Essa perda da soberania alimentar dos agricultores inquieta grandemente todos os líderes sindicais e maioria dos responsáveis políticos. Todos, com exceção do representante da empresa e de um secretário da agricultura, pensam, com efeito, que a implantação do dendê diminuiu a produção das culturas alimentares, 50% dos agricultores confirmam esse pensamento (em nossa amostra, lembramos, essas afirmações são confirmadas). Os responsáveis locais acusam as empresas de procurar unicamente aumentar a produção de dendê sem pensar em integrá-la a um sistema diversificado. Já o responsável por uma cooperativa imputa à cultura a nítida diminuição de matérias-primas, como as frutas, que compromete seu funcionamento. O secretário da agricultura de um dos municípios afirma também que a prefeitura inicialmente apoiou o projeto de implantação dos dendezeiros entre os agricultores familiares, pois a empresa havia assegurado que daria uma ajuda aos agricultores para as outras produções: “o dendê estava lá para aumentar a renda, não para que essa renda viesse somente dele, era para melhorar a AF, não para pará-la”. A recente autorização da empresa para a adoção de culturas intercalares nos três primeiros anos atesta, todavia, uma mudança favorável.

O terceiro problema evocado é de ordem ambiental. Está ligado à poluição dos cursos de água por causa da utilização maciça de pesticidas, em particular do herbicida glifosato. Essa constatação é unânime entre os atores entrevistados, com exceção do representante da empresa. Todavia, ainda não foi feita nenhuma avaliação precisa. Pesquisadores do Observatório dos Biocombustíveis (Repórter Brasil, 2013) afirmam, porém, que a questão é preocupante. De acordo com esse relatório, em certas comunidades rurais, esses problemas levaram à restrição do uso dos cursos de água poluídos que cortam as plantações da empresa, embora ocupem um lugar importante no modo de vida das populações. Essa poluição também tem consequências na saúde das populações, provocando sobretudo doenças dermatológicas infantis, fatos relatados por 6 pessoas entrevistadas. Nesse nível, os procuradores federais e do estado do Pará já emitiram recomendações conjuntas ao Secretário de Estado do Meio Ambiente quanto à necessidade de controle das empresas no que diz respeito ao cumprimento das normas ambientais. As pragas que atacam as culturas alimentares dos agricultores são igualmente incriminadas (40% dos atores locais levantam esse problema), pois são desalojadas pelos inseticidas utilizados nas culturas. Notemos que o problema do desmatamento não é citado pelos atores entrevistados. De fato, a implantação do dendê é realizada em zonas que já têm culturas ou em zonas degradadas.

Um quarto problema citado pelos atores locais está ligado à compra de terras pelas empresas, o que provoca um êxodo rural para as zonas urbanas dos municípios (TIMONE-MARTINEZ, 2013). Todos os responsáveis locais contatados nos três municípios apontam esse problema, com exceção do representante da empresa. Essas compras de terra são, aliás, confirmadas pela literatura (Nahum; SANTOS, 2013; Repórter Brasil, 2008), mas é difícil estimar sua importância. As terras adquiridas provêm de estabelecimentos individuais que possuem um título fundiário (antigo ou adquirido mais recentemente, como o CAR). As compras de terra devem-se, segundo os atores entrevistados, ao abandono de plantações por agricultores familiares ou ao fato de jovens, que preferem trabalhar na cidade, venderem a terra de seus pais. Quando vendem, os agricultores deixam suas terras e vão para a cidade ou para o centro da comunidade mais próxima. Tornam-se, então, às vezes, mão de obra permanente ou temporária da empresa. Ressalte-se que quatro pessoas (das 19 entrevistadas) afirmaram que compradores externos adquirem também várias pequenas propriedades para revendê-las às empresas.

O quinto problema citado pelo conjunto dos atores locais, tanto pelos representantes da

prefeitura quanto pelos sindicatos e pelos agricultores, é o da violência no meio rural, fator também confirmado pela literatura (Nahum; Santos, 2013; Repórter Brasil, 2010). A violência é a consequência do êxodo rural que gera uma concentração de população nas zonas urbanas dos municípios ou das “agrovilas” construídas pelas empresas. Também é o resultado da importante imigração de trabalhadores rurais que vêm de diferentes estados do Brasil para trabalhar nas empresas de dendê. Em decorrência disso, a prostituição e o uso de droga crescem enormemente, o que é acompanhado de um aumento dos roubos e da violência nas regiões rurais vizinhas. Diz um líder sindical de Moju: “os trabalhadores chegam à cidade, sem formação, fazem um trabalho de escravo, vão para os bairros periféricos sem infraestrutura e consomem droga, e os filhos tornam-se ladrões”.

Um último problema mencionado por todos os atores locais (salvo o representante da empresa) é a fragilização da vida comunitária. Os agricultores familiares das comunidades estudadas relatam o desaparecimento da vida comunitária, consequência de um aumento da individualização dos comportamentos. Os momentos de ajuda mútua durante os trabalhos agrícolas, comuns nas comunidades tradicionais, existem às vezes para a plantação das mudas de dendê, mas se limitam a essa prática. Além disso, de acordo com os agricultores, reforça-se uma fratura social entre os plantadores de dendê e os outros. Os primeiros consideram os refratários como pessoas que não querem trabalhar e modernizar-se. Os segundos não consideram mais os plantadores de dendê como agricultores familiares e acusam-nos de uma perda dos valores tradicionais e de um forte desinteresse pelos movimentos sociais.

6. Conflitos diferenciados segundo os municípios

Os problemas que acabamos de enumerar traduzem-se, às vezes, em conflitos que são de duas naturezas: conflitos de uso e conflitos de ordem ideológica. Os conflitos de uso entre agricultores familiares que vivem na borda dos plantios industriais definem-se como a superposição territorial de interesses contraditórios (Torre *et al.*, 2010). Estão diretamente ligados, ou a uma competição pela utilização do espaço para a AF *versus* utilização do espaço para o dendê, ou à emissão e à recepção de externalidades negativas (Torre; caron, 2010), como a poluição dos cursos de água. Os conflitos de ordem ideológica são de natureza mais global. Dizem respeito às escolhas de desenvolvimento, ao uso da terra e à partilha dos recursos entre os diferentes atores. Opõem visões de mundo diferentes.

O nível de expressão desses conflitos difere de acordo com os contextos locais e, portanto, de acordo com os três municípios: poucos conflitos em Tailândia, conflitos anônimos em Moju e conflitos importantes e abertos em Concórdia do Pará. Essas diferenças devem-se ao nível de organização dos agricultores e dos sindicatos agrícolas, aos jogos de poder e às estratégias de alianças.

Poucos conflitos em Tailândia

Tailândia dispõe de uma forte coesão entre as instituições que organizam a AF: a prefeitura, o sindicato e a cooperativa. Mas aproximadamente 80% dos membros do sindicato agrícola são trabalhadores agrícolas a serviço da empresa Agropalma. Consequentemente, é muito difícil constituir-se como um contrapoder. Nenhuma posição oficial é, portanto, tomada pelo sindicato: “o dendê para a agricultura é nova aqui, e a questão de saber se se deve incentivá-la ou não ainda não foi resolvida, [...] o sindicato não tem ainda uma opinião sobre essa questão” (secretário-geral do sindicato). Essa reação

explica-se também pela fraquíssima organização dos agricultores. O secretário-geral do sindicato ressalta, com efeito, a ausência de associação local de agricultores, que constitui a base do movimento sindical, sendo que as únicas existentes são as ligadas aos projetos da Agropalma. A fraqueza dessa organização resulta da recente ocupação do município, característica de zonas de frente pioneira.

Tensões existem, por outro lado, entre a prefeitura e a empresa. O discurso do secretário é muito crítico, explicando que ele não tem acesso aos contratos assinados entre os agricultores e a empresa e que a empresa recusa-se sistematicamente a recebê-lo. Todavia, isso não se traduz em conflitos abertos.

Conflitos anônimos em Moju

No caso do município de Moju, a desorganização sindical e municipal impede a constituição de um grupo de interesse capaz de assumir uma posição ante a estratégia das empresas de dendê. O sindicato não tem posição claramente definida. Existe, contudo, um nítido desacordo de uma parte dos agricultores e uma divergência de ponto de vista no próprio interior do sindicato. Denúncias individuais e anônimas foram feitas sem que tenham levado a uma tomada de posição política. Como as reações são antes de tudo individuais, as pessoas temem denunciar publicamente os problemas de poluição. A Secretaria do Meio Ambiente enfatiza assim que “há muitas denúncias, mas somente sob forma informal, anônima e sem provas (como análises químicas das águas poluídas)”.

Conflitos abertos em Concórdia do Pará

O município de Concórdia do Pará vive, ao contrário, a expressão mais explícita de uma resistência à cultura de dendê na região. Nesse município, a organização sindical é boa e fortemente influenciada pelas associações *quilombolas* do município e pelas ONGs externas que se posicionam radicalmente contra a produção de dendezeiros e contra as empresas. A aliança entre essas instituições permitiu a criação de uma relação de força e a deflagração do conflito. Esse último expressa-se por denúncias oficiais de várias comunidades apoiadas pelos responsáveis políticos, por petições, por visitas regulares de controle nas empresas impostas pelo sindicato agrícola. Os líderes sindicais buscam antes de tudo a limitação da expansão dos dendezais.

Inúmeros estudos sobre as comunidades *quilombolas* insistem no fato de que esses territórios são “produzidos e condicionados por um modo de vida imbricado em uma tomada de consciência de suas origens históricas e de pertencimento a um espaço construído por fugitivos ou escravos que ganharam sua liberdade” (TIMONE-MARTINEZ, 2013). Os indivíduos que pertencem a esses territórios fazem uma utilização coletiva da terra e das atividades agrícolas. Por isso, as mudanças socioespaciais impostas pelas empresas de palma são percebidas como ameaças às comunidades. Em Concórdia, o processo de resistência dessas comunidades traduziu-se por uma intensa luta pela titularização coletiva de terrenos, protegendo-as assim de uma entrada das empresas. O movimento *quilombola* foi, portanto, capital para o sindicato agrícola de Concórdia em sua oposição à implantação do dendê, como reconhece a presidente do sindicato: “Sim, em verdade, devemos reconhecer que o município não teve mais problemas com o dendê graças aos *quilombolas*. Eles criaram um movimento muito poderoso desde o início, bem antes que o sindicato se posicionasse. Foi realmente graças a eles que houve uma conservação das áreas agrícolas do município”. Com efeito, se a introdução do dendê tinha sido uma iniciativa do movimento social, que passou a opor-se a

essa cultura finalmente em 2009, as comunidades *quilombolas* já em 2004 eram contrárias ao dendê. Hoje a presidente do sindicato qualifica de “parceria” a relação estabelecida pelo sindicato com essas comunidades.

7. Conclusão

As representações muito diferentes quanto ao impacto da cultura de dendê entre agricultores e atores do desenvolvimento rural, quer sejam responsáveis sindicais, políticos ou representantes das empresas, traduzem uma falta de representação coletiva. Essa falta resulta da ausência de capacidade de negociação local e de mediadores, problema citado, aliás, em outras regiões do mundo (Clerc, 2012). Ora, o nível de educação dos agricultores é baixo, as capacidades das organizações sociais locais são fracas e a falta de debate coletivo, evidente. Essa última é amplamente reconhecida pelos sindicatos locais, embora um debate pudesse permitir avaliar coletivamente as vias de uma integração bem-sucedida do dendê às unidades familiares. Essas carências ressaltam também a inexistência de projetos territoriais estruturantes para assegurar uma complementaridade entre os plantios industriais e a AF em âmbito regional, um desafio já identificado em outras regiões do mundo (Barral, 2012). Experimentar e negociar essas perspectivas deveriam ser um elemento forte dos movimentos sociais da região. Um projeto construído, partilhado e apropriado pelos diferentes atores parece-nos, com efeito, a condição necessária para o reforço da AF. Pensar o território e seu futuro torna-se, nessas condições, primordial para contribuir para a emergência de estratégias territoriais de desenvolvimento rural adaptadas à manutenção e à promoção da AF. Ora, como as estratégias coletivas são limitadas, são antes de tudo, portanto, os contextos políticos locais e as estratégias de aliança em cada município que explicam o posicionamento dos responsáveis locais e a expressão dos conflitos.

É verdade que, com o dendê, a AF passou por importantes transformações, que se exprimem por diversos fatores: a considerável perda de autonomia, uma função econômica que predomina, a redução das áreas das culturas alimentares, a importância do emprego de mão de obra assalariada temporária e uma diminuição das práticas sociais coletivas. Para muitos atores locais, em geral responsáveis sindicais, essas transformações assemelham-se a uma mudança de condição, transformando os agricultores em trabalhadores agrícolas em sua própria terra, sem o salário mínimo ou as coberturas sociais. Todavia, a grande maioria dos agricultores familiares entrevistados considera a cultura muito atrativa, sobretudo pela renda que ela permite obter. Essa cultura permitiu a aquisição de bens materiais e de consumo, o que melhora consideravelmente sua qualidade de vida. Além da renda, o interesse pela cultura está ligado aos aportes monetários regulares que ela permite, à assistência técnica e à organização do setor que facilita a comercialização. Ora, esse três elementos constituem, em geral, pesadas limitações para a AF na Amazônia brasileira (Piroux *et al.*, 2014). A análise mostrou, entretanto, uma grande diversidade de situações e a fragilidade econômica de alguns agricultores; por isso, um acompanhamento mais individualizado deveria ser pensado.

Esse exemplo na Amazônia brasileira ilustra bem as transformações da AF sob contrato com empresas que lhes permite uma externalização dos riscos. Esse processo é comum no Brasil para a produção de aves, de porco, de uva, de tabaco e de eucalipto no Sul do país. Traduz a nova configuração do capital agrário na Amazônia, como, aliás, em outras regiões do mundo em que a palma está integrada à AF (Carrere, 2013). De fato, essas transformações da AF por grandes empresas constituem uma das formas de sua recomposição atual no mundo inteiro (Purseigle; Hervieu, 2009). Na região em estudo, várias

centenas de contratos foram e vão ser assinados. Sem capacidades locais melhoradas, pode-se legitimamente questionar as consequências dessa especialização regional.

Bibliografia

ALTMANN, R, **A agricultura familiar e os contratos: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de agricultores**. Florianópolis: Ed. Pallotti, 1997, 132 p.

ANP (Agência nacional de Petróleo), 2015. **Boletim mensal do biodiesel**. Disponível em www.anp.gov.br, acesso em: 8 mar. 2015.

BACKHOUSE, Maria. A desapropriação sustentável da Amazônia. O caso de investimentos em dendê no Pará, in **Fair Fuels Working**, Paper 6, Berlin, 2013.

BARRAL, Stephanie. **Le nouvel esprit du capitalisme agraire**. 2012. thèse de doctorat en sociologie. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2012.

BECKER, Bertha K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? **Confins** 10. 2010. URL :<http://confins.revues.org/6609> ; DOI : 10.4000/confins.6609.

CARRERE, Ricardo. Le palmier à huile en Afrique: le passé, le présent et le futur. **Mouvement Mondial pour les Forêts Tropicales**, n°15, 79 p. 2013.

COSTA Francisco de Assis. Trajetórias Tecnológicas como Objeto de Política de Conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro (RJ), 8 (1), p.35-86, janeiro/junho 2009.

CLERC Johanna. Négociation pour l'accès à la terre entre populations locales et société de plantation de palmiers à Kalimantan (Indonésie). **Cahier Agriculture**, 22 : p. 53-60. 2012.

DROULERS, Martine ; VENTURIERI, Adriano; MOURÃO, Moises; THALÊS, Marcelo; POCCARD, René. Le palmier à huile : un avenir pour l'Amazonie ? **Confins** n°10. 2010. Disponible sur : <http://confins.revues.org/6867> 22/.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, 39:2, 237-261. 2012. DOI: 10.1080/03066150.2012.671770.

HERVIEU, Bertrand. PURSEIGLE, François. Pour une sociologie des mondes agricoles dans la globalisation, *Études rurales* 2009/1, n° 183, p. 177-200.

HOMMA, Alfredo K O; MENEZES, Antonio J E A; MONTEIRO, Katia F G.. Integração Grande Empresa e Pequenos Produtores de Dendezeiro: O caso da Comunidade de Arauia. **Boletim de pesquisa e desenvolvimento** n° 92, Embrapa Amazônia oriental, Belem. 2014.

INDEXMUNDI, site <http://www.indexmundi.com/agriculture/>, consulté le 30 mars 2015.

MENGEL, Alex Alexandre; AQUINO, Silvia Lima. Integração produtiva na Agricultura familiar: um debate sobre perspectivas de desenvolvimento. **Anais In: II Conferência do Desenvolvimento (IPEA)**, nº I., Brasília, p. 1-21, 2011.

NAHUM, João Santos; dos Santos C.B. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense. **ACTA Geográfica**, 12, pp.63-80. 2013.

PIRAUX, Marc; CIALDELLA, Nathalie; POCCARD, René; ASSIS, William. O futuro incerto da AF na Amazônia Brasileira, um desafio para territórios e políticas públicas. IX Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial de DRS. Fortaleza, 18/11 a 21/11/2014. 2014

RAFFLEGEAU, Sylvain. Choix du précédent cultural dans les palmeraies villageoises au Cameroun, **dossier Agropolis**, p 24, 25. 2014

RAPIAU, Julien. **La culture du palmier à huile, facteur de transformation des systèmes agricoles familiaux en Amazonie orientale**. Maîtrise, ISARA, Lyon. 2013.

REPÓRTER BRASIL. **O Brasil dos Agrocombustíveis: os impactos das lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade**. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. Brasília, Brésil. 2008.

REPÓRTER BRASIL. **A agricultura familiar e o programa nacional de biodiesel**. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, disponible sur disponible sur : www.reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis, 2010.

TIMONE-MARTINEZ, Eva. La culture du palmier à huile en région amazonienne : entre acceptance, résignation et résistance. Maîtrise. AgroParisTech. Paris. 2013.

TORRE, André; CARON, Amélie. Réflexions sur les dimensions négatives de la proximité : le cas des conflits d'usage et de voisinage. **Economie et Institutions**, 6 et 7, p. 183-220. 2005

VERMEULEN, Sonja; GOAD, Nathalie. Towards better practice for smallholder palm oil production. Natural Resource. **Issues Series N°5**. International Institute for Environment and Development. London, UK. 2006.



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.11, nº 02, jul-dez 2017, ISSN 1414-0810

Processos de manutenção da biodiversidade de agroecossistemas familiares: estudo de caso na comunidade “Vila Braba”, município de Cametá, Baixo Tocantins – PA.

Processes of the biodiversity maintaining of family agroecosystems: a case study in the community “Vila Braba”, municipality of Cametá, Lower Tocantins – PA.

Leonardo Perote da Silva, Graduado em Agronomia, leonardoperote@gmail.com; Luis Mauro Santos Silva, Doutor, Universidade Federal do Pará, lmsilva@ufpa.br

Resumo

O presente estudo analisou, de forma preliminar, a importância dos processos de manutenção da biodiversidade das áreas de produção agrícola de agricultores do município de Cametá, como ponto fundamental na busca da autonomia e sustentabilidade para reprodução familiar. O trabalho foi realizado na Comunidade “Vila Braba”, no Município de Cametá, pertencente ao território do Baixo Tocantins, Estado do Pará. Foram avaliados três distintos, porém representativos agroecossistemas familiares, tendo o MESMIS como ferramenta de avaliação, pois tem sido um instrumento eficiente e com aplicação sistêmica, na compreensão dos agroecossistemas familiares. Em termos de considerações, viu-se que a manutenção da diversidade dos agroecossistemas é um ponto fundamental para chegar cada vez mais próximo da sustentabilidade real e assim alcançar melhorias na qualidade vida e, conseqüentemente, manter sua autonomia e peculiaridade de vida.

Palavras-chave

Amazônia tradicional; agroecossistemas; indicadores, sustentabilidade.

Abstract

This study examined, on a preliminary basis, the importance of the biodiversity maintenance processes in the areas of agricultural production from farmers in the municipality of Cametá, as a key point in the search for the autonomy and sustainability for the family reproduction. We performed the research at the Community “Vila Braba” in the municipality of Cametá, belonging to the territory of the Lower Tocantins, Pará state. We evaluated three different but representative family agro-ecosystems, taking the MESMIS as an evaluation tool, because it has been an efficient instrument with a systemic application in the understanding of the family agro-ecosystems. In terms of considerations, we observed that maintaining the diversity of the agro-ecosystems is a key point to get ever closer to the real sustainability, thus achieve improvements in the life quality, and, consequently, maintain their autonomy and life peculiarity.

Keywords

Traditional Amazon; agro-ecosystems; Indicators, Sustainability.

Introdução

O Brasil ainda é o país que concentra a maior parte da floresta Amazônica¹. A Amazônia Legal possui extensão total de aproximadamente 5.020.000 km², dentro do território brasileiro, ocorrendo em oito estados da Região Norte, incluindo o estado do Pará. Atualmente, as políticas públicas têm procurado ressignificar as regiões brasileiras em territórios, em uma perspectiva multidimensional e dentro de critérios econômicos, políticos e socioambientais. Tal reconfiguração geográfica considera que a realidade do Pará pode ser interpretada por oito Territórios de Cidadania. Nesse universo, o município de Cametá conta com 3.122,00 Km² e sua população total 120.896, sendo que 56,29% esta em áreas rurais.

Estudos recentes apontam que a região do Baixo Tocantins possui sua vegetação predominante de várzea, o que a torna de grande importância ecológica pela enorme biodiversidade. A população rural, normalmente ribeirinha e extrativista, e suas práticas tradicionais de gestão dos recursos naturais são consideradas um exemplo de sustentabilidade. Sua produção mais proeminente é de açaí (FASE, 2010).

A diversidade das lógicas familiares de produção guarda uma condição camponesa que, como afirma Ploeg (2009), travando numa constante luta por sua autonomia, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação. A sua forma de interação com o mercado consiste que enquanto uma parte é vendida, a parte principal é destinada para a reprodução da família, permitindo assim, direta e indiretamente, a sua sobrevivência e reprodução social.

Estudos dedicados à agricultura familiar sempre guardam o Agroecossistema como unidade básica de análise, pois, corroborando com Altieri (2002) e Gliessman (2001), seus aspectos fundamentais consistem em que são formados por conjuntos de componentes abióticos e bióticos, ligados intimamente, formando uma unidade ecológica funcional (Capital ecológico). Porém, também se considera que a família ou a comunidade (capital social e humano) como dimensões fundamentais para a compreensão de toda sua complexidade e coerência (CHIAPPE, 2002).

Ainda para uma melhor compreensão, Feiden (2005), ressalta que a noção de agroecossistema pode ser equivalente à ideia de sistema de produção ou unidade de produção. Nesse caso, é o conjunto de explorações e de atividades realizadas por uma família, com um sistema de gestão próprio.

1 Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela são os demais países onde incide a floresta (IBGE, 2015).

2 O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania, este tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. O estado do Pará foi dividido em 08 territórios da cidadania, sendo eles Baixo Amazonas, Baixo Tocantins, BR 163, Marajó, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense, Sul do Pará/Alto Xingu, Transamazônica (PORTAL DA CIDADANIA, 2013). O Baixo Tocantins, que é constituído por 11 municípios (Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará, Tailândia), totalizando uma área de 36.024,20 km² e uma população de 740.045 habitantes, sendo que a população rural é correspondente a 390.748 (52,80%) do total.

Contudo, em contraponto ao aumento progressivo do interesse pelas lógicas familiares de produção, estamos diante de uma pressão gigantesca do modelo agroindustrial de produção em grande escala, reforçado pelo próprio paradigma científico vigente e, por conseguinte, acelera processos quase irreversíveis de artificialização da natureza, impondo-a uma lógica de produção monoativa (de simplificação da natureza), fragilizando os modos de vida dessas familiares, especialmente suas estratégias de diversificação visando à manutenção da autonomia, mesmo que relativa (EHLERS, 1999; FLORIT, 2004).

Diante do exposto, evidencia-se no ambiente amazônico, peculiar do município de Cametá, estratégias locais de manutenção da biodiversidade de agroecossistemas centrados na lógica camponesa amazônica, em detrimento a pressão da especialização produtiva imposta pela lógica agroindustrial e dos mercados formais. Aqui, assume-se a diversidade produtiva como princípio de sustentabilidade dos agroecossistemas familiares (ALTIERI, 2002; GLIESMMAN, 2001; SILVA e MARTINS, 2007; SILVA, 2012).

A sustentabilidade não é somente um desafio tecnológico, para implantar novos agroecossistemas com alta eficiência produtiva, mas devem ser garantidas mudanças nas dimensões socioeconômicas e ambientais. Para serem eficazes, as estratégias de desenvolvimento devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais e econômicas. (ALTIERI, 2004).

O presente estudo analisou a importância dos processos de manutenção da biodiversidade das áreas de produção agrícola de agricultores do município de Cametá, como ponto fundamental na busca da autonomia e sustentabilidade para reprodução familiar.

Aspectos metodológicos do estudo

O estudo foi conduzido na Comunidade “Vila Braba”, município de Cametá - PA, pertencente ao território do Baixo Tocantins. O ponto de partida desse estudo foi o processo de formação, proporcionado pelo curso de Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia (DAZ)³.

Conforme mostra a figura 1, a comunidade “Vila Braba” está localizada às margens do Rio Tambai-Miri, nas coordenadas 2°28'25.9"S, 49°16'46.4"W, mais precisamente na margem esquerda do Rio Tocantins na Mesorregião Nordeste Paraense, e microrregião de Cametá, distante aproximadamente 250 km da capital, Belém. Essa região está diretamente influenciada pela importância da rodovia, ligando os municípios de Baião, Mocajuba, Cametá e Igarapé-Miri à Belém, Capital do Estado.

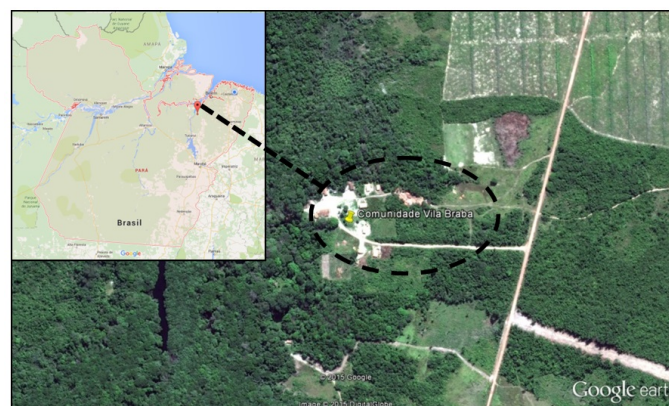


Figura 1: Localização geográfica da comunidade “Vila Braba”, Cametá - PA.
Fonte: Google Earth, 2015.

3 O referido curso *Latu sensu*, pertence ao Programa de Pós-Graduação em Agricultura Amazônica da Universidade Federal do Pará/Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR/UFPA).

Segundo Gonçalves et. al. (2015), a comunidade “Vila Braba” é uma comunidade composta por uma grande família onde pais, filhos, genros e/ou noras e netos compõem um núcleo familiar ampliado⁴.

Os “casamentos em casa” reúnem parentes e vizinhos numa espécie de “família ampliada”, onde os que são parentes entre si confirmam seu pertencimento à família e à terra familiar, e os de fora passam a integrá-las, chegando ao ponto de não mais ser possível pensar uma separação de fato entre parentes e vizinhos, entre parentes e não parentes, entre os da família e os de fora (NOGUEIRA, 2013).

Procedimentos de coleta de informações sobre a realidade estudada

Foram realizados três momentos de visita à comunidade, o primeiro momento teve como objetivo a observação *in loco*, que ocorreu em abril de 2015. O segundo momento ocorreu em junho de 2015, quando foi iniciado o processo de intervenção junto à comunidade, por meio da aplicação de um questionário semiestruturado que foi criado a partir das observações e experiências vividas no primeiro momento, este questionário teve como objetivo mapear as famílias que vivem na comunidade.

No terceiro momento, que ocorreu em outubro de 2015, foi aplicado outro questionário, mas agora fechado contendo um conjunto de indicadores adaptados para o território, baseado na ferramenta MESMIS, entretanto direcionados a três famílias pré-selecionadas, onde os requisitos usados foram o tempo que moram na comunidade, a fim de assegurar que todos os escolhidos tiveram tempo similar e suficiente para enriquecer suas áreas de produção agrícola, o segundo requisito foi à diversidade produtiva, e entre as experiências que cumpriam com esses requisitos escolhemos uma com o cunho de produção mais voltado ao mercado, outra que busca aumentar sua diversidade produtiva e uma que estava no meio termo. O questionário foi construído a partir de uma adaptação de Resque (2012) para a região, que se baseou no *Marco para a Avaliação de Sistemas de Manejo de Recursos Naturais Incorporando Indicadores de Sustentabilidade* (MESMIS) (MASERA et. al., 1999).

Apoiando a análise ao "MESMIS" adaptado em situações amazônicas

A biodiversidade é considerada pilar fundamental à sustentabilidade dos agroecossistemas (ALTIERI; NICHOLLS, 2003), pois é nele que se expressa toda a diversidade da vida e suas relações co-evolutivas. E é com base nessa premissa⁵ que a ferramenta MESMIS foi escolhida como ferramenta de análise dos agroecossistemas.

Silva (2008), bem como autores de outras regiões e países (MASERA, ASTIER & LOPEZ-RIDAURA, 1999; ASTIER et al., 2002), afirmam que o MESMIS tem sido uma ferramenta com aplicação sistêmica que tem ajudado na compreensão dos agroecossistemas

4 De acordo com o Decreto Federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, são considerado os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

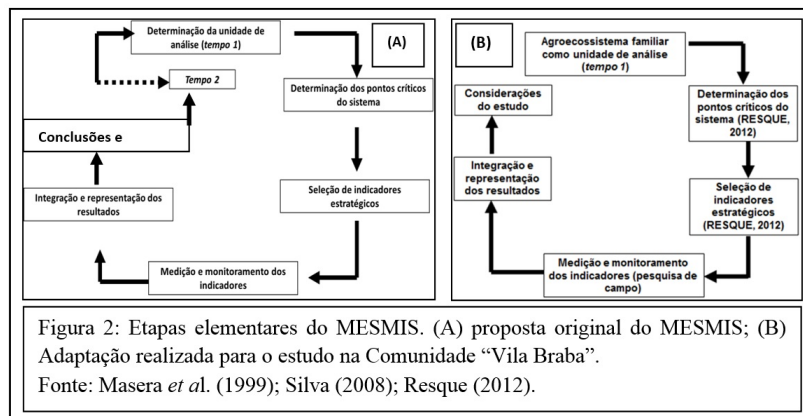
5 O raciocínio é de que, quanto maior a diversidade, maior a sustentabilidade de qualquer sistema biológico. E considerando o agroecossistema como unidade fundamental das relações da sociedade com a natureza corroborou com essa premissa de perspectiva agroecológica (PLOEG, 2009; SILVA, 2008, entre outros).

familiares. Sua principal característica tem se depositado na sua aplicação prática de avaliação de uma sustentabilidade multidimensional e envolvimento direto dos sujeitos locais.

Devido às características citadas acima, a ferramenta MESMIS, se adaptada localmente, possibilita comparações entre agroecossistemas de base ecológica e agroquímica. Porém, o mesmo foi concebido para apoiar o desenvolvimento de indicadores capazes de avaliar agroecossistemas complexos (CORRÊA, 2007; VERONA, 2008).

No tocante à operacionalização do MESMIS (ASTIER et al., 2002), seis passos podem resumir sua aplicação (Fig. 2), bem como a conformação do passo-a-passo para realizar esse estudo.

A opção por um “estudo de caso” se deu pela necessidade de uma abordagem preliminar sobre processos e estruturas sociais (BECKER, 1994), aliando-os com processos produtivos junto aos agroecossistemas mais representativos. E nesse sentido, optou-se por comparar três agroecossistemas considerando a importância (ou não) da manutenção da biodiversidade natural e o avanço dos monocultivos comerciais.



Quadro 1 – Síntese das dimensões e indicadores utilizados na avaliação dos agroecossistemas.

Dimensão	Indicadores de sustentabilidade
Ambiental	Manutenção da diversidade Natural - ADN (05/10)
	Conservação do recurso pesqueiro - ARP (03/10)
	Limitações impostas ao meio - ALM (02/10)
Social	Qualidade de vida - SQV (05/10)
	Nível de organização - SORG (02/10)
	Capacidade de trabalho familiar - STRAB (03/10)
Técnico-econômico	Desempenho da economia familiar – TECON (03/10)
	Endividamento familiar – TEDIV (01/10)
	Eficiência do manejo – TEFIC (02/10)
	Possibilidades de diversificação – TEDIVERS (02/10)
	Estratégias de comercialização – TECM (02/10)

Fonte: Resque (2012).

Aspectos da comunidade Vila Braba

Com base na legislação vigente⁶, trata-se de uma comunidade tradicional e, excepcionalmente, composta somente por uma grande família. O senhor Manoel e a senhora Esmerina, fundadores da comunidade, tiveram treze filhos, com o tempo alguns se casaram e foram para outros lugares, alguns até chegaram a retornar, enquanto outros permaneceram na comunidade vivendo da agricultura. Atualmente, oito irmãos residem na comunidade, com as suas respectivas famílias. Alguns destes tiveram filhos que hoje também formaram família e moram na comunidade, sendo netos dos fundadores.

As áreas ocupadas por essas famílias são de uso coletivo. A área da vila possui por volta de 180 hectares que foi deixada pelos fundadores, além disso, alguns irmãos se organizaram e compraram outras áreas, sendo estas chamadas de Sapo com uma área por volta de 30 hectares e Xandai com aproximadamente 08 hectares.

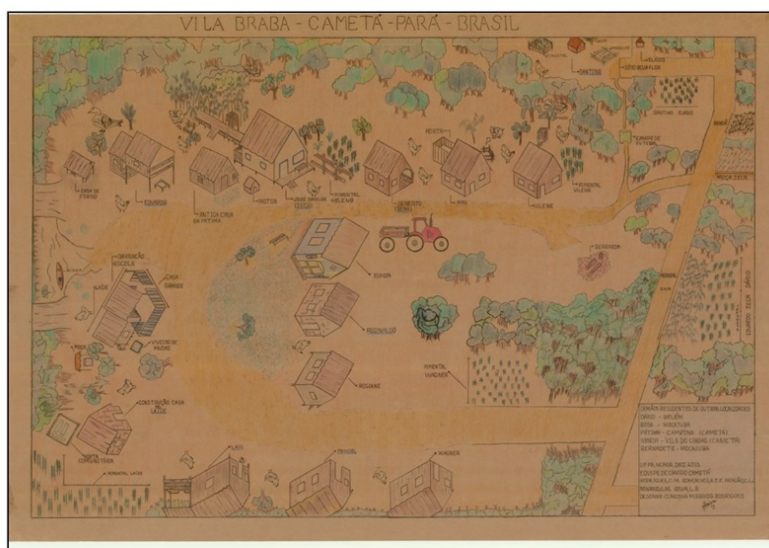


Figura 3: Croqui ilustrativo da comunidade “Vila Braba”, Cameté – PA.
Fonte: Rodrigues et. al. (2015).

A realidade atual da comunidade em suas múltiplas dimensões

Sobre o contexto ambiental, observou-se que o desmatamento ainda é uma das maiores preocupações da comunidade. As atividades que mais contribuem para essa perda de biodiversidade natural são as grandes demandas por áreas para cultivos alimentares e comerciais, além da exploração madeireira. Como catalizador, existe uma serraria na comunidade usada para provimento de madeira beneficiada para construção de suas casas e venda para complemento da renda de alguns comunitários.

Ainda sobre essa perda de biodiversidade, as famílias já percebem dificuldades na caça de animais silvestres, importantes para complementar à dieta local. Segundo os moradores essa atividade que há alguns anos atrás não era problema, demanda a busca em grandes distâncias para ter possibilidade de encontrar alguma caça.

6 De acordo com o Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, são considerados os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Nessa lógica predatória, a pesca é outra atividade já modificada. A introdução da pesca com fisga (arpão automático)⁷, que possibilita uma pesca bem mais eficiente com relação a tamanho e quantidade de peixes capturados, tem impactado muito mais, quando comparada com as formas mais tradicionais.

O uso de insumos químicos também vem contaminando a comunidade e arredores, pois não existe nenhum tipo de controle e nem orientação técnica sobre seus riscos. Os agrotóxicos são comprados indiscriminadamente e aplicados sem orientação, além de não possuírem nenhum equipamento de proteção individual (EPI) apropriado para aplicação.

Sobre alguns aspectos sociais locais, destaca-se negativamente a precariedade e/ou inexistência de serviços públicos como saúde, segurança, saneamento básico e educação. A educação e saúde se resumem a uma escola de 1ª a 4ª, que não possui estrutura própria. A escola funciona no barracão da comunidade e só recentemente recebeu cadeiras para os alunos que até então usavam uma mesa grande para todos e bancos coletivos.

No caso dos serviços de saúde, resume-se a um agente de saúde que reside na Vila, pois o posto médico mais próximo fica na cidade de Mocajuba, distante da comunidade. Com relação a outros serviços como saneamento, segurança, assistência técnica e entre outros são inexistentes, até mesmo o provimento de energia elétrica é realizado pelos moradores, a partir de um gerador adquirido por eles.

Sobre a capacidade organizativa, grande parte das famílias está filiada a colônia dos pescadores Z38, com a maioria das famílias mantendo uma relação passiva e sem atuação de fato. A comunidade ainda conta com as relações de parentesco, essenciais para a realização das atividades mais intensas, além de festejos e outras atividades culturais. Os “mutirões” ainda são enlaces comunitários estratégicos e fundamentais para a manutenção e lógicas familiares complexas, apesar de progressivas fragilidades apontadas por Linhares e Santos (2014).

Uma das estratégias para que os agricultores consigam manejar suas plantações é o sistema de mutirão, chamado por eles de “convidado”. Neste sistema se observou que a interação de trabalho coletivo é o que consegue manter muitas atividades agrícolas ativas e é a explicação para que muitos consigam manejar seus agroecossistemas sem necessitar contratar mão de obra. O convidado é muito utilizado para o manejo da pimenta do reino e da mandioca, principalmente nas atividades de plantio, capinha e colheita. No cultivo da mandioca é muito utilizado nas atividades de plantio e capinha.

Os principais problemas de ordem técnico-econômica se concentram na dificuldade de alguns manejos de monocultivos comerciais implantados recentemente [pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.) e dendê (*Elaeis guineenses* Jacq.)], além da dificuldade de escoamento da produção e a inadimplência de um programa de crédito rural.

As dívidas bancárias se tornaram um problema recorrente e foram geradas principalmente pelo acesso a financiamentos produtivos. E aliado à falta de assessoria técnica, resulta em baixas produtividades, principalmente sobre os monocultivos comerciais.

A mandioca é o principal cultivo da comunidade. Porém, a produção de farinha demanda tanto tempo de trabalho que limita o manejo das demais atividades produtivas. Em contraposição, a pimenta-do-reino, aos poucos, vem ganhando cada vez mais espaço nas

⁷ A pesca com fisga é realizada com um arpão ligado a uma estrutura de madeira, que simula uma espingarda, e é impulsionada por uma liga que dispara o arpão. Esta ferramenta é utilizada em mergulho e geralmente é uma forma bem eficiente de pesca, pois o pescador pode ir a lugares específicos e escolher o peixe que será capturado.

áreas de produção da maioria dos agricultores, pois os mesmos veem uma forma de aumentar sua renda, mas acabam se fragilizando ao se expor ao monocultivo desta commodity⁸.

Abaixo podemos ter uma ideia das principais características dos três agroecossistemas comparados nesse estudo.

Quadro 2 – Síntese da comparação estrutural dos agroecossistemas analisados.

Item	Agroecossistema 1	Agroecossistema 2	Agroecossistema 3
Chefes de Família	Sr. Jose Ivanildo e Sr ^a Sebastiana.	Sr. Jose Raimundo e Sr ^a Alaide.	Sr. Santino e Sr ^a Maria do Socorro.
Atividades produtivas (Espécies vegetais ⁹)	Consumo: Criação de suínos e aves e cultivo de Açaí, cupuaçu, milho e arroz. Venda: mandioca e pimenta-do-reino.	Consumo: Criação de aves e cultivo de milho e arroz. Venda: mandioca, monocultivo de pimenta-do-reino e Dendê.	Consumo: Criação de aves e cultivo de milho e arroz. Venda: monocultivo de Pimenta-do-reino. além da mandioca e melancia.
Potencialidades	Maior diversificação e são os que mais praticam a ação de diversificar.	Baixa diversificação e dinâmica de monocultivo mais forte.	Baixa diversificação e dinâmica de monocultivo mais forte.
Limites Técnico-econômicos	Pouca Mão de obra e baixa capacidade de investimento.	Contrata mão de obra e endividamento com monocultivos.	Baixa diversificação e dinâmica de monocultivo mais forte.

Limites Ambientais	-Não usam agrotóxicos nas suas plantações. -Dependência de insumos externos	Redução da diversidade do agroecossistema. - Dependência de insumos externos e uso de agrotóxico.	Baixa diversificação e dinâmica de monocultivo mais forte.
--------------------	--	--	--

Segue.

8 De acordo com o MDIC, *Commodities* ou *commodity*, podem ser definidas como mercadorias, provenientes de cultivo ou extração, que são produzidas em larga escala e comercializadas mundialmente. Geralmente, são produtos que podem ser estocados por um determinado período de tempo sem que ocorra perda significativa de qualidade. São negociadas em bolsas, portanto seus preços são definidos pelo mercado internacional sendo suscetíveis a oscilações nas cotações de mercado em virtude de perdas e ganhos nos fluxos financeiros no mundo.

9 Seguem os respectivos nomes científicos: Açaí (*Euterpe oleracea* L), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) Schum), milho (*Zea mays* L.); arroz (*Oryza sativa* L.); mandioca (*Manihot sculenta* Crantz); pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.); dendê (*Elaeis guineenses* Jacq.); melancia (*Citrullus lanatus* L.).

Quadro 2 – Síntese da comparação estrutural dos agroecossistemas analisados. (Continuação)

Limites Sociais	- Ausência de saneamento e escolas. - Líderes comunitários, na Z38.	- Ausência de saneamento e escolas. - Participação passiva na Z38.	- Ausência de saneamento e escolas. - Participação passiva na Z38.
Projeto de vida detectado	Diversificar a agroecossistema.	Diversidade e monocultivo.	Monocultivo.
Preocupação atual	Aumento dos monocultivos (pimenta-do-reino e açaí).	- Dívidas, redução da diversidade e contaminação com agrotóxico.	- Dívidas e contaminação com agrotóxico.

Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Em comparação com resultados alcançados por Resque (2012), que avaliou agroecossistemas no município em questão, os três agroecossistemas familiares alcançaram baixos valores nos indicadores avaliados.

O índice geral de sustentabilidade dos agroecossistemas avaliados (figura 4) pode estar subestimado, quando comparamos a realidade da comunidade Vila Braba e os locais de estudo de Resque (2012). Vale aqui salientar que devido à ferramenta MESMIS não ter sido

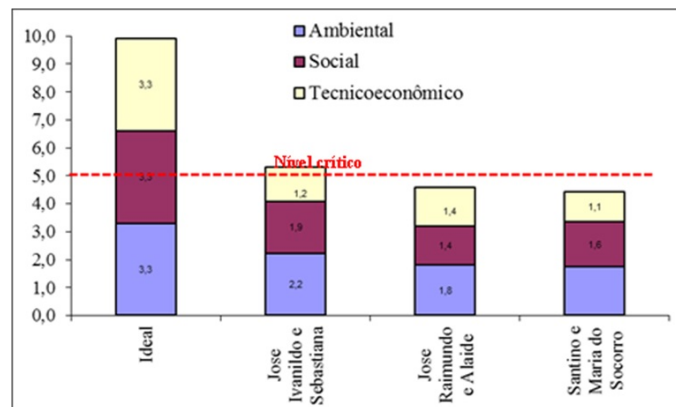


Figura 4: Valores gerais da sustentabilidade multidimensional de agroecossistemas na Vila Brava, Cametá – PA. Fonte: pesquisa de campo.

ainda adaptada especificamente para as peculiaridades dessa comunidade, consideraremos que a maioria dos indicadores está próximo da realidade estudada.

Contudo, observamos que o agroecossistema 01 (Sr. José Ivanildo) aparenta um estado mais interessante, em termos de sustentabilidade, estando acima do “nível crítico” preconizado pelo MESMIS adaptado por Resque (2012). Os dados apontam que as dimensões ambiental e social são as mais promissoras desse agroecossistema, lançando assim uma possível corroboração com as afirmações de Ploeg (2006) que aponta essas dimensões como pilares para uma maior sustentabilidade da agricultura familiar (racionalidade camponesa).

Ainda em relação à comparação do agroecossistema 01 e os outros dois agroecossistemas (02 e 03), A figura abaixo apontado detalhes importantes para a compreensão dos limites encontrados pelas famílias dessa comunidade e as estratégias de superar as limitações impostas, especialmente pelas dívidas (via PRONAF¹⁰, sendo a primeira e desastrosa experiência com linhas oficiais de crédito produtivos).

10 Segundo Silva e Martins (2007), o decreto N°1.946, de 28 de julho de 1996, criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), concebido como política essencial para a consolidação da

Podemos observar na Figura 5, que entre os agroecossistemas estudados, são evidentes as diferenças no gradiente de aumento de diversidade e um consequente aumento do estado de sustentabilidade, identificado principalmente na situação atual do agroecossistema 1 que demonstra mais interesse em vencer as limitações do meio em que vive, possui uma maior diversidade de espécies cultivadas e ainda é o mais voltado a possibilidades de diversificação, entretanto é o que possui a maior demanda de trabalho, o que pode ser justificado por este ser o único que não contrata mão de obra, diferentemente do agroecossistema 2 que contrata esporadicamente e do agroecossistema 3 que possui a maior frequência de contratação.

Com isso podemos observar que o agroecossistema 1 obteve um nível de sustentabilidade menos crítico, com relação aos agroecossistemas estudados, talvez por buscar resgatar a diversidade de suas atividades e espécies. Enquanto isso o agroecossistema 3 evolui cada vez mais para uma lógica de mercado, aumentando suas áreas de monocultivo. Já o agroecossistema 2 pode ser considerado um meio termo, pois além de operar na lógica do monocultivo, mantém elementos essenciais de diversidade de seu sistema de produção.

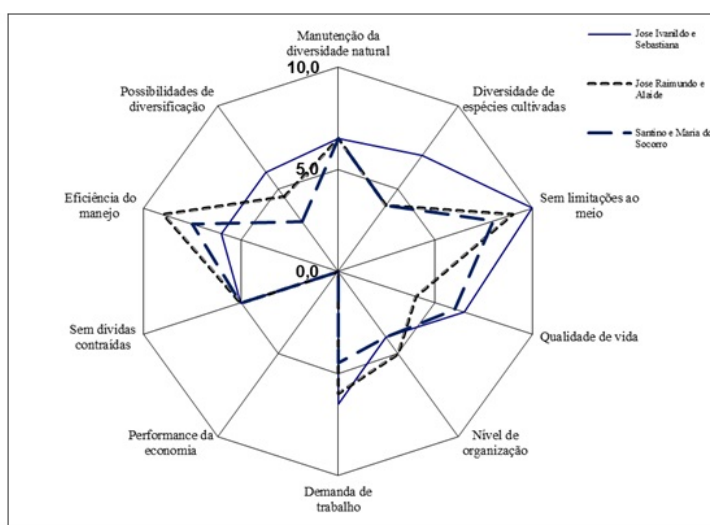


Figura 5 – Detalhamento dos indicadores avaliados nos agroecossistemas estudados.

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Com relação aos indicadores econômicos, podemos observar que as três experiências obtiveram resultados baixíssimos, principalmente pela fragilidade causada a partir da especialização e intensificação dos monocultivos como o da pimenta do reino. Mesmo sendo vista com possibilidade de aumento da renda, acaba fragilizando a autonomia alimentar por conta da demanda de trabalho que exige e, assim, reduz o tempo para os cultivos alimentares essenciais de consumo.

Outro ponto crítico está na predominância do monocultivo da mandioca, que apesar de ser um cultivo alimentar estratégico para o consumo familiar, demanda muito trabalho no fabrico da farinha e, no longo prazo, ocasiona uma redução na fertilidade natural dos solos, consequentemente, fragiliza ainda mais esses agroecossistemas (GLIESSMAN, 2001). Não obstante, Martins et. al. (2014) apontam alternativas interessantes para recompor e manter manejos de cultivos alimentícios, sem comprometer a riqueza biológica e físico-química do solo.

agricultura familiar brasileira, o Pronaf atualmente acumula uma década de experiências e ações sem conseguir ampliar sua noção de sustentabilidade na operacionalização do programa, do ponto de vista metodológico, pouco se tem focado sobre a heterogeneidade socioambiental envolvida, não valorizando muitos agroecossistemas diversificados e menos dependentes do mercado formal.

Reforçando aqui o argumento de Silva e Martins (2007), a ausência de políticas públicas adaptadas ao contexto local também afeta todas as dimensões avaliadas. O fato de acessarem o PRONAF para monocultivos comerciais, sem ter opções para atividades mais adaptadas à comunidade, tem causando uma perda mais acelerada da biodiversidade local quer seja pelo desmatamento (substituição de espécies alimentares) ou mesmo pela não manutenção das atividades alimentares existentes há décadas.

É importante ressaltar que as prioridades dos projetos familiares são afetadas diretamente pela especialização da produção como pimenta do reino, dendê e a criação de gado, pois passam a impor o modelo próximo do agroindustrial (PLOEG, 2009). Isso faz do agroecossistema não mais um espaço utilizado para garantir o consumo e a renda da família, pois praticamente quebra e/ou dificulta a possibilidade de manter a garantia do alimento para a reprodução familiar.

Observa-se que alguns agroecossistemas, como é o caso do agroecossistema 01, as famílias também buscam estratégias de manutenção (ou revalorização) da biodiversidade natural e, desse modo, buscam uma maior diversidade produtiva como forma de “resistir” as investidas sistemáticas do modelo agroindustrial (PLOEG, 2009) e como estratégia de manter seu modo de produção tradicional.

Considerações sobre o estudo

Mesmo tratando-se de um estudo preliminar, podemos apontar algumas pistas importantes sobre processos recentes que desafiam as lógicas familiares, em espaços amazônicos tradicionais. O uso do MESMIS, mesmo limitado pela não adaptação específica ao contexto desse estudo, nos mostra que as estratégias de manutenção da diversidade (ou biodiversidade) vêm sendo essenciais para a autonomia local das famílias envolvidas em processos sócio produtivos.

Os indicadores estudados reforçam uma relação direta entre a sustentabilidade ampla e a diversidade de atividades produtivas realizadas pelas famílias e, em uma escala comunitária, as relações comunais reforçam a necessidade de estudos mais aprofundados sobre as dimensões sociais e ambientais, pois como afirma Chiappe (2002), as relações sócio-produtivas, em comunidades tradicionais, extrapolam a escala unitária do agroecossistema (unidade de produção familiar).

Não podemos deixar de ressaltar o atual momento vivido pela comunidade, ligado em estratégias para melhorar sua atual condição e qualidade de vida. Como o acesso a informação é praticamente inexistente, eles buscam refugio nas primeiras opções que lhe são dadas e que parecem vantajosas, como o projeto de dendê, o cultivo da pimenta do reino e a criação de gado. Atividades essas que fragilizam a autonomia de produção das famílias, envolvendo-as em processos agroindústrias de alta dependência ao mercado formal.

A atual fragilidade do estado de sustentabilidade dessas famílias se explica, em grande parte, pela ausência de políticas públicas estruturantes como educação, saúde, saneamento, energia elétrica. Além disso, a falta de acesso à assistência técnica compromete a dimensão técnico-econômica. Mesmo em meio a tanta fragilidade, observou-se que algumas famílias (como no agroecossistema 1 e 2) conseguem manter a diversidade de seus sistemas de produção, resguardando sua autonomia em relação as decisões produtivas e na qualidade do consumo familiar.

Finalmente, a análise feita a partir desse estudo, reforça a necessidade de manutenção da diversidade dos agroecossistemas como condição para chegar cada vez mais próximo da sustentabilidade real e assim alcançar melhorias na qualidade vida e, conseqüentemente, manter sua autonomia e seu modo de vida.

Referências

ASTIER, M. S. et al. **El Marco de Evaluación de Sistemas de Manejo Incorporando Indicadores de Sustentabilidade (MESMIS) y su aplicación em um sistema agrícola campesino em la región purhepecha.** In: SARADÓN, S. J. Agroecología: el camino hacia una agricultura sustentable. La Plata: Ediciones Científicas, 2002. p 415 – 430.

ALTIERI, M. A. Agroecologia – **A dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 110p.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia – Bases científicas para uma agricultura sustentável.** Guaíba: Agropecuária, 2002. 592p.

BECKER, H. S. **Observação social e estudo de casos sociais.** São Paulo, HUCITEC, p. 101, 1994.

CHIAPPE, M. B. **Dimensiones sociales de La agricultura sustentable.** In: **Agroecología: El camino hacia una agricultura sustentable.** Santiago J. Sarandón, ECA, Buenos Aires, 2002, p. 83-98.

CORRÊA, I. V. **Indicadores de Sustentabilidade para Agroecossistemas em Transição Agroecológica na Região Sul do Rio Grande do Sul.** 2007, 77 p. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.** Cap. 01 e 02, 2ª ed., Guaíba: Agropecuária, 1999, 157 p.

FLORIT, L. **A reinvenção social do natural. Natureza e agricultura no mundo contemporâneo.** Cap. 05, Blumenau: Edifurb, 2004, 192 p.

FEIDEN, A. **Agroecologia: Introdução e Conceitos.** In: Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável / editores técnicos, Adriana Maria de Aquino, Renato Linhares de Assis. – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p 61.

FASE. <http://fase.org.br/pt/informese/noticias/amazoniadebatesehistoricoproblemafundiario/>, acesso em: 13 de agosto de 2015.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. 653p.

GONÇALVES, A.J.F.; ARAGÃO, C.L.; RODRIGUES, C.M.; ARNAND, C.M.; SILVA, L.P.; **RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO APLICADO EM TRABALHO DE CAMPO COMUNIDADE VILA BRABA (CAMETÁ/PA). Diagnóstico realizado como trabalho de campo no Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia (DAZ), 2015, (Programa de Pós-Graduação em Agricultura Amazônica da Universidade Federal do Pará).**

IBGE. <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm?c=2>, acesso

em 13 de agosto de 2015.

LINHARES, A. da S.; SANTOS, C. V. dos. **A casa de farinha é a minha moradia: transformações e permanências na produção de farinha em uma comunidade rural na região do Baixo Tocantins – PA.** In: Processos de inovação camponesa. Aquiles Simões (Org.), Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, n. 10, 2014, p. 17-30.

MARTINS, P. F. da S.; PEREIRA, M. J. M.; MATOS, F. F. de; JUNIOR, B. R. da S.; SCALABRIN, A. C. **Limitações ao uso agropecuário das terras firmes na Amazônia e transformação dos sistemas de produção dos agricultores familiares no território do Baixo Tocantins.** In: Processos de inovação camponesa. Aquiles Simões (Org.), Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, n. 10, 2014, p. 67-85.

MASERA, O.; ASTIER, M.; LÓPEZ-RIDAURA, S. **Sustentabilidad y Manejo De Recursos Naturales: el marco de evaluación MESMIS.** México: Mundi-Prensa, 1999. 109p.

NOGUEIRA, V. S. **Trabalho assalariado e campesinato: uma etnografia com famílias camponesas.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 241-268, jan./jun. 2013.

Portal da Cidadania.
<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>, acesso em: 07 de outubro de 2015.

PLOEG, J. D. V. der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa.** In: PETERSEN, Paulo (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009, p. 17 – 32.

RESQUE, A. G. L. **Processos de modificação e a sustentabilidade de agroecossistemas familiares em comunidade de várzea do município de Cametá – PA.** 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SILVA, L. M. S. **O papel didático da crise da agricultura moderna para a compreensão da ascensão de um enfoque agroecológico.** UFPA/NCADR/PPGAA - UFRGS/PGDR, 2012, 15 p.

SILVA, L.M.S., MARTINS, S.R. **Limites do PRONAF para a sustentabilidade da agricultura familiar: peculiaridades na porção sudeste do Pará.** In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2007, Fortaleza. Anais. SBSP, 2007. CDROM.

VERONA, L. A. F. **Avaliação da sustentabilidade em agroecossistemas de base familiar e em transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul.** 2008, 193 p. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.11, nº 02, jul-dez 2017, ISSN 1414-0810

Propagandas, discursos e análises sobre Belo Monte em Altamira, Pará, Brasil

Advertisements, speeches and analysis on Belo Monte in Altamira, Para, Brazil

Cesar Martins de Souza, Doutor, Universidade Federal do Pará, cesar@ufpa.br; Gutemberg Armando Diniz Guerra, Doutor, Universidade Federal do Pará, gguerra@ufpa.br

Resumo

Este artigo registra e analisa percepções sobre a propaganda e os discursos a favor e contra a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, tanto quanto dos seus efeitos previstos e imprevistos. Parte do acompanhamento e registros feitos pelos autores e serve-se de material acadêmico produzido em Altamira, jornalístico e de vivências de personagens presentes no contexto da obra, fazendo dialogar os fatos com as ideias que dele se fazem no contexto local, regional e nacional. Cobre todo o período de tempo que antecede, em que se realiza e que sucede ao movimento de implantação do mega projeto, ou seja de 2007 a 2016. Conclui pelo efeito da publicidade profissional feita sobre o empreendimento, criando uma ideia generalizada sobre os aspectos positivos associados a um modelo de desenvolvimento, progresso e modernidade dominante na sociedade contemporânea.

Palavras-chave

Grandes projetos, impacto socioambiental, publicidade, modelo de desenvolvimento, exclusão .

Abstract

This article records and analyzes perceptions on the advertisement and speeches for and against the Hydroelectric Plant of Belo Monte, as well as its expected and unexpected effects. Part of the monitoring and records made by the authors is based on academic material, journalistic and experiences of the characters present in the context of the work, making dialogue the facts with the ideas about it made in local, regional and national context. It covers the period of time before, in which it performs and what happens to the mega project planting movement, from 2007 to 2016. It concludes the effect of the professional advertising done on the project, creating a general idea about the positives aspects associated with a model of development, progress and modernity dominant in contemporary society.

Keywords

Great projects, environmental impact, advertising, publicity, model of development, exclusion.

Sobrevoando para reconhecer o problema

O avião voava tranquilamente ao sair de Belém com destino à Altamira, possibilitando contemplar as florestas que circundam a capital do Pará, em um grande emaranhado verde que, do alto, se assemelha a um imenso brócolis. O viajante rapidamente fica absorto, admirando a vegetação, as casas de ribeirinhos, os cursos d'água entrecortando as matas e imaginando a imensa multiplicidade de vida ali existente, que se relaciona diretamente com humanos.

Enquanto divaga, imaginando possibilidades de pesquisa e admirando a majestade da vida pulsante que se colocam diante de seus olhos, as mãos se deslocam para folhear a *Revista Gol – Linhas Aéreas Inteligentes* (2016), elaborada para entreter os viajantes, o que a torna um veículo de propaganda importante. Impressa em material de excelente qualidade, editoração em cores, texto bem escrito, fotografias artísticas, nítidas e com linguagem semiótica eficaz, a revista merece consideração do ponto de vista da comunicação que por ela é feita. Logo após o índice, nas primeiras páginas, o devaneio desaparece para dar lugar à realidade, pois foi encontrada uma propaganda de uma página inteira, do Consórcio Norte Energia, sobre os benefícios que a construção da Hidrelétrica de Belo Monte estaria trazendo às populações urbanas e tradicionais que vivem próximas ao rio Xingu.

Sob o título “Belo Monte: usina de transformação social” (Norte Energia, 2016: 19), a propaganda da Norte Energia, divulga dados sobre as melhorias que a empresa teria propiciado aos indígenas, ribeirinhos, pescadores, saúde pública, educação, saneamento e na preservação e recuperação ambiental de áreas degradadas.

A força do *marketing* empresarial, utilizado pela Norte Energia e pelo Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) leva muitas pessoas de realidades geograficamente e socialmente distantes do Xingu, a julgarem que tudo transcorre cada vez melhor no cotidiano da região, após o início das obras. Aos que se encontram à margem do impactado rio represado, as percepções se alternam entre a crença de que tudo será como prometido, e o desencanto entre o que está no discurso e nos *outdoors* e áudio visuais, contrariando o que se vê no cotidiano da cidade.

Nesse sentido, é importante problematizar propagandas e também dados apontados pela empresa responsável pelo empreendimento e seus impactos no cotidiano das populações atingidas. Para compreender esta realidade, desenvolvemos pesquisa etnográfica, pautada em observação direta e participante, do cotidiano da cidade, desde o ano de 2007, quando ainda ocorriam debates sobre a construção da hidrelétrica, até o ano de 2016.

O contraponto entre as informações divulgadas pela Norte Energia, a pesquisa de campo, reportagens de revistas de circulação nacional e notícias presentes na página do Ministério Público Federal (MPF), livros e artigos sobre o tema, é importante para buscar compreender uma realidade complexa que interfere diretamente na vida de populações da região, como os ribeirinhos, que são enfocados no presente texto.

O que os olhos veem não confirmam o escrito

Em outubro de 2015, em viagem pelo município de Estreito-MA, outro que foi atingido na década passada pela construção de uma hidrelétrica e ainda sofre com os impactos, um comerciante local falou empolgado, que diferentemente do que aconteceu em sua cidade, ele observava, pelas propagandas veiculadas nas emissoras de televisão, que Altamira estava ganhando muito com o empreendimento¹.

¹ Anotação do diário de campo, de diálogo com o comerciante, no centro de Estreito/MA, em 13 de outubro de 2015.

Há divergências entre as propagandas divulgadas em revistas, vídeos e emissoras de televisão e as análises elaboradas por instituições e pesquisadores. Os números da Norte Energia apontam, ainda em 2014, que havia investido mais de um bilhão de reais em obras socioambientais:

A Norte Energia, empresa responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, superou em agosto o montante de R\$ 1,2 bilhão investido em ações socioambientais que beneficiam as populações do entorno da Usina. Os recursos fazem parte de um total de R\$ 3,7 bilhões (a preços de 2010) que serão aplicados em ações condicionantes e em outros benefícios previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA) do empreendimento, inclusive do PBA-Componente Indígena, e no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS-X), e em ações complementares (Norte Energia, 2014).

A revista *Veja*, em 2013, afirma que a construção da hidrelétrica foi orçada pelo governo em 16 bilhões do projeto, licitada por 19 bilhões quando da licitação, e naquele momento, segundo a reportagem, já estaria superando mais de 30 bilhões de reais (Custo, 2013). Por outro lado, a concessionária explica que o total de investimentos nas ações condicionantes socioambientais superaria os 3,7 bilhões de reais, em benefícios às populações da região, atingidas à jusante ou à vazante do empreendimento, mas não explicam nem contabilizam os prejuízos que estas mesmas populações têm sofrido.

O Atlas dos Impactos da Usina Hidrelétrica de Belo Monte sobre a pesca, elaborado pelo Instituto Socioambiental (ISA, 2015), expõe um quadro diferente do proposto nas propagandas e nos números apontados pelas empresas responsáveis pelas obras. Ao abordar as condições de vida dos pescadores apresenta um cenário que diverge dos números apresentados na propaganda veiculada pela Norte Energia (2016). A Norte Energia afirma que investiu 40 milhões de reais para o desenvolvimento da pesca sustentável (Norte Energia, 2016), o que teria possibilitado a “transformação social” das vidas de populações ribeirinhas.

Em um sentido oposto, o Atlas elaborado pelo ISA, sob a coordenação de Francesco e Carneiro (2016), manifesta que, para além dos valores de investimentos, exigidos pela legislação como forma de reparação, os pescadores que vivem há gerações no e do rio, dependendo de ciclos naturais, como períodos de cheia e seca, bem como de defeso das espécies, agora lidam com situações por eles desconhecidas, as quais prejudicam a produção e reprodução de suas vidas tanto do ponto de vista material quanto social. O Atlas traz relatos dos pescadores sobre sua situação, mostrando condições desfavoráveis, frente ao andamento das obras:

Os principais impactos ambientais relatados pelos pescadores são a claridade, as explosões, a turbidez da água, a dragagem do leito do rio e de praias, o aterramento de praias e igarapés, a constante movimentação de embarcações e a extinção de locais de alimentação e reprodução da fauna. Tais impactos repercutiram na supressão de importantes áreas de pesca, na queda da atividade produtiva e na interdição de trechos do rio para a navegação...

As consequências da implantação da UHE Belo Monte não são apenas ambientais e não se refletem somente na atividade produtiva. A remoção

compulsória de pescadores e beiradeiros das ilhas e margens do Xingu tem sido responsável pela desarticulação da vida social como um todo (Francesco & Carneiro, 2015: 34).

Explosões, claridade, diminuição dos peixes, turbidez da água, dragagem do rio, evidenciam um quadro de dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais do Xingu, os mesmos que, segundo a Norte Energia, foram beneficiados com investimentos em torno de 40 milhões de reais. Um pescador de Altamira, afirmou que “toda noite clara é ruim de pescar. Hoje, toda noite é clara” (Francesco e Carneiro, 2015: 34). Além da claridade, o aumento da profundidade do rio é apontado por pescadores como um fator que dificulta ou inviabiliza a garantia de seus modos de vida, a partir de suas atividades econômicas.

Por outro lado, no *blog* oficial da Hidrelétrica de Belo Monte, há um quadro denominado “Mito ou verdade” em que são publicados pequenos artigos contestando informações divulgadas na mídia e em relatórios de algumas instituições, consideradas pelo consórcio, como “campanhas contra Belo Monte”. Nesse quadro, são contestados os danos socioambientais que a hidrelétrica provocaria sobre a região no entorno da Volta Grande do Xingu:

As campanhas contra Belo Monte insistem em associar a Usina à destruição do meio ambiente e de modos de vida na região do Xingu. Muito já escrevemos aqui sobre as populações locais, dramas que já eram vividos e ações socioambientais desenvolvidas pela Norte Energia para criar as condições necessárias para um ciclo de desenvolvimento social e econômico sustentável na área do empreendimento. Em relação ao próprio bioma, há muitas facetas de Belo Monte que não são divulgadas para o grande público. Como parte das condicionantes da Usina, a Norte Energia desenvolve 14 planos voltados para conservação do meio ambiente na região do Xingu. O trabalho reúne dados importantes para aprofundar o conhecimento sobre plantas e animais, mitigar impactos da implantação do empreendimento. Na Usina, os recursos hídricos dos dois reservatórios serão margeados por uma Área de Preservação Permanente (APP). A região de preservação e recuperação ambiental terá cerca de 26 mil hectares contínuos, cinco vezes maior que a área de ambientes florestais fragmentados que serão suprimidos. (...) Belo Monte, além de energia limpa e renovável para o desenvolvimento brasileiro, gera também preservação e conhecimento (Blog Belo Monte, 2015).

São interpretações conflitantes em relação aos impactos ambientais provocados por Belo Monte, pois a Norte Energia, aponta que já havia graves problemas na região e que ao contrário do que apontam as “campanhas contra Belo Monte”, a construção da hidrelétrica possibilita, através das condicionantes, a geração de conhecimento da fauna e flora amazônicas e também a sua preservação. Podemos então observar o contraste entre a posição do ISA, que Belo Monte provocaria danos ambientais irreversíveis e da Norte Energia, que considera estar possibilitando uma melhoria na qualidade de vida das populações atingidas e também maior conhecimento sobre a região amazônica, além de viabilizar a preservação e o desenvolvimento sustentável.

Outra diferença entre a propaganda veiculada pela Norte Energia, na *Revista Gol* (2016) e as análises de instituições como o Ministério Público Federal e o ISA, refere-se às

remoções de moradores de Altamira e também de pescadores ribeirinhos atingidos diretamente pelas obras. A propaganda da Norte Energia é baseada em números elevados que impressionam, sobretudo moradores dos grandes centros urbanos do país, que eventualmente ignoram como o empreendimento interfere nas vidas das populações do Xingu. Até mesmo moradores da zona urbana de Altamira, se utilizam dos indicadores apresentados em propagandas, para argumentar em favor da obra.

Figura 1. O antes e o depois nas propagandas de Belo Monte



Foto César Martins de Souza, 24 de abril de 2016.

Segundo a propaganda, foram construídos 5 novos bairros em Altamira, totalizando mais de 3.700 casas (Norte Energia, 2016). Estes números passam a ideia de que houve um salto significativo na qualidade de vida dos pescadores artesanais e demais moradores de comunidades ribeirinhas, atingidas pela construção da hidrelétrica. Esta informação divulgada na *Revista Gol*, é reforçada por *outdoors* afixados em painéis na cidade de Altamira.

Os números do outdoor são um pouco menores que os publicados na revista, 3.400 casas, mas, margeados pelas imagens do antes, palafitas de madeira, e o depois, casas de alvenaria em bairro planejado, impressionam pela diferença e reforçam a ideia de que os condicionantes socioambientais da hidrelétrica de Belo Monte, trouxeram qualidade de vida às populações da região. O impacto da propaganda é forte em seu conteúdo imagético e também ao apontar números expressivos que alimentam positivamente a imaginação nacional. A região possui carências de infraestrutura que, segundo as divulgações da Norte Energia, seriam resolvidas com os investimentos, possibilitando aos moradores acesso a serviços como esgoto e água encanada.

Garcia (2015) argumenta que uma grande obra de infraestrutura cumpre a função designada, mas ao mesmo tempo está impregnada de imaginário. O autor afirma que a monumentalidade arquitetônica desperta um fascínio nas pessoas, o que serve de mecanismo para conquistar a opinião favorável do público. Estas obras, consideradas grandes vetores do progresso e desenvolvimento, com toda a força do imaginário, podem suplantar interesses particulares de grupos humanos ou mesmo do meio ambiente, devido à grandiosidade que congregam.

Nesse sentido, apresentar a imagem de um grande rio, o Xingu, com uma gigantesca barragem ao fundo, com pequenas fotografias de um hospital reformado, da empresa energética, de novos bairros, de quelônios nadando placidamente e com números apontando expressivos investimentos, pode conquistar a opinião pública e se sobrepor a interesses e opiniões divergentes. Há um carisma contido na monumentalidade do empreendimento e dos investimentos que ele realiza e atrai que o coloca na condição de superior aos interesses locais, como os de populações ribeirinhas.

Muitos pesquisadores, instituições não-governamentais e o Ministério Público Federal (MPF), constroem análises para além dos indicadores e divergem quanto aos benefícios gerados pelo empreendimento e mesmo pelos investimentos em infraestrutura. O ISA aponta que as remoções de populações ribeirinhas atingidas pelas obras foi desenvolvida de forma compulsória, ignorando modos de vida, práticas culturais, sociabilidades, territorialidades e as condições econômicas que permitem a vivência de famílias e comunidades. Segundo este estudo coordenado por Francesco e Carneiro:

Todo o processo de remoção compulsória foi realizado pela Norte Energia e empresas terceirizadas, com pouco ou nenhum controle por parte do estado. Aos moradores cadastrados era apresentada uma “Carta de opção e aceite” na qual constavam três opções: indenização em dinheiro, reassentamento urbano coletivo (RUCs) ou carta de crédito (Francesco e Carneiro , 2015: 36).

Notícias e dados divulgados pelo MPF vão ao encontro das análises apresentadas pelo ISA que expõem as diferenças entre os números visualizados pela população nacional em uma propaganda e a interpretação dos indicadores. Por outro lado, indenizações, cartas de crédito e retiradas de comunidades ribeirinhas inteiras de seus lugares de moradia para bairros “modernos”, com promessa de infraestrutura urbana, são alguns indicadores apresentados pela Norte Energia como argumento para sustentar que, a partir de Belo Monte, a vida dos ribeirinhos passa a um patamar superior de qualidade de vida, segundo padrões urbano-industriais de desenvolvimento.

A urbanização forçada e a negação do rural

O MPF realizou, em 2015, uma inspeção em comunidades ribeirinhas destruídas pelas obras que tiveram, conseqüentemente, seus moradores retirados das ilhas e margens de rios para os RUCs, construídos em Altamira, ou que foram obrigados a morar com parentes na cidade, pois o baixo valor da indenização não lhes permitiu alternativa. As conclusões a que os procuradores e demais membros da equipe técnica chegaram são diferentes das propagandas:

A destruição do modo de vida ribeirinho e a transformação compulsória de populações tradicionais que sempre tiraram o sustento do rio e da terra em moradores desempregados e subempregados da periferia de Altamira é prova definitiva de que as regras do licenciamento da usina, maior obra civil promovida pelo governo federal, não estão sendo cumpridas”, afirma a procuradora da República Thais Santi. Após receber dezenas de denúncias de ribeirinhos no escritório do Ministério Público Federal (MPF) em Altamira, a procuradora decidiu convocar várias instituições para fazerem uma inspeção nas áreas atingidas pela usina e verem pessoalmente a tragédia social provocada na região. A inspeção ocorreu nos dias 1 e 2 de junho e constatou

a dissolução de famílias, a destruição de comunidades tradicionais e a impossibilidade de que os atingidos possam reconstruir suas vidas após a remoção. Não foram só as máquinas chegarem e derrubarem as casas, foi a destruição dos nossos sonhos, dos vínculos de amizade. Para a Norte Energia não existe direito. Eu olho para um lado e não vejo mais meu filho, olho para o outro e não está mais o meu compadre, olho para frente e não tem mais o agente de saúde, nem o vizinho que rezava”, disse o pescador Hélio Alves da Silva, um dos moradores de Santo Antônio, a comunidade dissolvida há 3 anos. Todos os moradores perderam seu sustento e não tem mais como pescar nem plantar. Hélio mora em Altamira, em um bairro muito distante do centro e vive de bicos, como pedreiro, nas cidades vizinhas (MPF, 2015).

Há divergências significativas entre os números friamente divulgados em propagandas, recheados por imagens que indicam a “transformação social” positiva e a análise do MPF. A Norte Energia manifesta que as mais de 3.700 casas construídas em cinco novos bairros, junto com investimentos em saneamento, saúde pública e infraestrutura urbana, permitiram melhorias na qualidade de vida de ribeirinhos removidos de suas comunidades para que fossem implementadas as obras da hidrelétrica. Para além dos números fica evidente que, no tocante a hidrelétrica de Belo Monte, os ribeirinhos e demais populações da região, são vistos não como beneficiados pelo empreendimento, mas como alvos apenas de “reparações” e condicionantes sociais impostos pela legislação.

Garcia (1998) analisa que as mega-obras de infraestrutura em todo mundo são vistas apenas sob a égide do grande capital, ignorando-se os direitos de populações e menos ainda, da fauna e flora atingidas. O autor analisa que os movimentos sociais tendem a partir para discursos técnico-científicos contrários ao empreendimento, como ocorreu com a ponte Montijo-Sacavém, em Portugal. Desta forma, o debate fica concentrado entre pesquisas e não dialoga com a população, que não consegue compreender os dados apresentados. A falta de diálogo entre os movimentos sociais, os pesquisadores e a população de um modo geral, abre espaço, na concepção de Garcia, para a forte atuação da mídia. O debate público passa, então, a ser operado no interior da grande mídia e dos instrumentos de propaganda.

A publicação de propagandas em veículos de circulação nacional se transforma em um mecanismo utilizado para buscar obter o apoio da população brasileira. Os números apresentados impressionam pela grandiosidade e podem se tornar em um instrumento poderoso para levar brasileiros de lugares distantes do Xingu, a enxergar a construção da hidrelétrica como benéfica não apenas para as indústrias nacionais, como também para as populações locais, vistas como “abrangidas” por transformações positivas e não como “atingidas”.

No tocante às melhorias trazidas por Belo Monte, as propagandas consideram o ideal urbano de vida como o único possível, de forma que retirar ribeirinhos para acomodá-los em novos bairros na zona urbana de Altamira, não se constituiria em um problema, pois suas comunidades não contariam com saneamento e água tratada, como nos RUCs.

Esta visão etnocêntrica serve de justificativa para a construção de mega-obras de infraestrutura ou para a retirada de minérios da Amazônia, pois mais do que explorar riquezas, os empreendimentos estariam garantindo, progressivamente, melhorias na infraestrutura e na qualidade de vida das populações da região.

O neo-desenvolvimentismo nacional segue antigos padrões de colonização e insere cada vez mais a Amazônia em um sistema de divisão internacional do trabalho que, em escala nacional, reduz a região a produtor de matéria prima, no caso energia, e de infraestrutura para garantir o crescimento das indústrias no país.

Ingold (2012) considera que o mundo ocidental por muito tempo ouviu as vozes de animais e árvores de um modo concreto. Com a separação entre humanos e natureza, essas vozes foram silenciadas, a imaginação e o sonho considerados opostos à ciência e os humanos se afastaram cada vez mais de um contato íntimo com as naturezas não humanas. O autor argumenta que, ao ficarem surdos às vozes destas naturezas, os humanos passaram a pensar somente em seus próprios interesses. Para Ingold, esta ruptura entre as naturezas não humanas, os humanos e a imaginação, teria feito com que o mundo se tornasse “um repositório de dados” (INGOLD, 2012: 25) e nos colocado em uma condição menos sustentável de vida.

O debate sobre a separação entre homem e natureza é ilustrado com clareza por Gonçalves (1990), quando faz uma leitura da transformação do pensamento humano, saindo das concepções pré-socráticas para o domínio do pensamento judaico-cristão. Neste, o homem se distingue para dominar a natureza, deixando de fazer parte e de ter relação com ela, como nas concepções em que tanto deuses como seres do reino animal cruzavam e perfilhavam com os humanos, praticamente no mesmo plano.

Meio ambiente e sustentabilidade estão no centro dos debates pró e contra a construção de Belo Monte. Os contrários apontam os grandes impactos socioambientais e os grupos favoráveis consideram que a hidrelétrica trará baixos impactos, proteção ao meio ambiente e formas sustentáveis de vida às populações da região. Tanto grupos favoráveis como contrários, debatem sobre os impactos do empreendimento para os seres humanos, pois, mesmo quando se discute em relação à diminuição dos peixes, alteração da profundidade do rio e inundação de florestas, os debates quase sempre giram em torno de populações humanas atingidas.

Como argumenta Ingold (2012), as naturezas não humanas são referidas somente no que trazem de contribuição para os humanos e não enquanto possuidoras de valor em si mesmas, o que reforça o argumento de uma separação epistemológica. Outro problema apontado por Ingold (2012) é a busca de racionalizar todos os argumentos sobre nosso mundo, de forma que a imaginação e as vozes não humanas são caladas para que possamos adentrar unicamente em um padrão científico de construção de conhecimento. O mais dramático é que as vozes ignoradas são de humanos que vivem em uma relação direta com a natureza e que com ela pretendem manter essa relação, assumida como algo de futuro, embora as projeções e interpretações que delas se façam, pelos defensores da barragem, é de que são vozes do atraso e do passado.

Em 2010, a Insight e a Eletrobrás lançaram o livro de Alexandre Falcão intitulado “Belo Monte: usina de conhecimento” no qual o autor busca refutar os argumentos contrários à construção da hidrelétrica e apresentar os benefícios econômicos, ambientais e sociais proporcionados à população em torno da obra e do Brasil como um todo. Este livro se constitui em um documento com dados e análises técnicas apontando como o país necessita da obra e como esta “evoluiu” ao longo dos 30 anos do projeto, desde a proposta de construção de Kararaô, em 1989, até o atual projeto².

2 A usina hidrelétrica de Belo Monte foi projetada na segunda metade da década de 1980, sob o nome de Kararaô, e teve seu ápice quando, após algumas audiências para construção da hidrelétrica, ocorreu o 1o. Encontro dos Povos Indígenas do Xingu. Neste encontro, que contou com a participação do cantor de rock Sting, do grupo britânico The Police, a kaiapó Tuíra, indignada com os debates na mesa, investiu com um facão em direção ao Diretor de Planejamento da ELETRONORTE, José Antônio Muniz Lopes, gritando palavras de ordem em sua língua materna sem, contudo, ferir o engenheiro. Após este protesto e outras manifestações de diversos setores da sociedade contrários à obra, o projeto foi abandonado naquele momento, sendo retomado somente no século XXI. Sobre o tema, consultar O AVISO DOS CAIAPÓS (1989) e SANTOS & ANDRADE (1988).

O autor considera que os 30 anos ajudaram a amadurecer e evoluir o projeto, após amplas discussões com a sociedade, levando a minimizar impactos socioambientais, como o não alagamento direto de áreas indígenas, e proporcionar que a hidrelétrica trouxesse benefícios significativos às populações, que passariam a gozar de infraestrutura urbana adequada. Falcão (2010) analisa as condições da região, a degradação ambiental em que se encontra e aponta perspectivas positivas para o futuro, após o funcionamento da usina.

Na obra são utilizados argumentos científicos, cópias de documentos oficiais, um conteúdo imagético, com fotografias e projeções favoráveis às populações urbanas, ribeirinhas e indígenas. O autor, jornalista e engenheiro que atuou na Agência Globo, trabalha como editor da Insight, empresa de assessoria de imagem de grandes companhias, como a Eletrobrás. A construção da hidrelétrica é vista como, ao invés de causadora de desmatamento, proporcionando proteção ambiental a toda a região:

O desmatamento é um fato inegável. Iniciado a partir da construção da Rodovia Transamazônica, vem se estendendo tanto para o sul como o norte da Bacia do Xingu. Na região onde será construído o AHE Belo Monte, o desmatamento tem causado impactos negativos sobre as Florestas de Terra Firme e Aluviais. Já existem áreas isoladas, em grande parte devido à pecuária e às culturas permanentes, como a de cacau. Da mesma forma, o aumento da pesca vem provocando desequilíbrios no ecossistema.

“Quando participei do projeto inicial e fui para o Xingu não havia praticamente área alguma desmatada. Na segunda fase, 25 anos depois, voltei à região. Não construíram a barragem, mas tudo foi desmatado. Se a usina tivesse sido construída antes, seguramente, muitas áreas importantes teriam sido preservadas como unidades de conservação. Até a própria área de Volta Grande. Agora, isso não existiu. Todo mundo foi ocupando um pouquinho e temos um desmatamento enorme”, avalia Mário Vital, geólogo da CNEC, que participa dos estudos de Belo Monte desde a década de 1980.

A diminuição de peixes e o avanço do desmatamento vêm aumentando os conflitos sociais, que se agravam ainda mais com a crescente urbanização e a ocupação desordenada, principalmente dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas, bem como com a falta de infraestrutura adequada ao atendimento da população.

Diante dessa realidade, mesmo com os impactos adicionais trazidos pela usina, a construção do AHE Belo Monte pode efetivamente ser uma oportunidade de desenvolvimento sustentável para a região, com a implantação obrigatória de todos os planejamentos apontados no Rima pelo empreendedor, com a parceria dos governos estadual e federal (Falcão, 2010: 141).

A Transamazônica aparece neste livro como o grande fomentador de impactos ambientais negativos na região, e a UHE Belo Monte como o elemento externo que, ao contrário do que os opositores afirmam, traria proteção às florestas, diminuição de incidência de ciclos epidêmicos e até mesmo o aumento de recursos pesqueiros. A urbanização propiciada por Belo Monte é apontada como fator de ordenamento socioambiental e também como catalisador de administração adequada de recursos naturais, o que garantiria melhores condições de vida.

Em visita feita ao canteiro de obras, área a ser inundada e área a ser drenada e seca pela barragem em novembro de 2012, o que se verificou não confirma o que se apresenta na análise feita pelos analistas defensores do empreendimento. Os cartazes apelando pelo respeito ao ambiente soavam como ironia diante do quadro de supressão vegetal, expulsão dos moradores e movimentação na imensa área a ser bombardeada, alagada, drenada e transformada.

Ravena e Teixeira (2010) em seu estudo sobre a hidrelétrica de Belo Monte, afirmam que os valores culturais e o direito de escolher como viver dos ribeirinhos foi ignorado pelo governo e o consórcio construtor. Deste modo, diferentemente do processo de benefícios sociais alegados por Falcão (2010), Ravena e Teixeira (2010) consideram que Belo Monte violou a dignidade, propriedade e direitos sociais e civis dos pescadores. Os autores argumentam que os atingidos “não desejam recompensas, não buscam redistribuição de recursos, mas sim a manutenção do *status quo*, da vida, exatamente como era antes” (RAVENA & TEIXEIRA, 2010: 8).

Em pesquisa feita na área no momento mesmo de execução da obra, não apenas ribeirinhos estavam tendo os seus direitos desrespeitados, mas indígenas e agricultores, alguns deles com plantios feitos com recursos do mesmo governo brasileiro, estavam sendo removidos em flagrante demonstração das contradições do planejamento oficial (MAIA e GUERRA, 2015).

Assim como o ISA e o MPF, os autores desse artigo divergem dos estudos e propagandas desenvolvidos a partir da Norte Energia e Eletrobrás, pois não consideram que as obras trariam melhorias ambientais, urbanas ou para os pescadores. Consideram que os pescadores vivenciam situações de expropriação, violação de direitos, perda da liberdade para escolher onde e como viver, deslocamento de seus modos de vida.

Para Zhouri (2012), Belo Monte violou a legislação vigente no país, ao mesmo tempo em que acelerou um processo de degradação ambiental. Ao analisar o EIA-RIMA e o modo como é pensado e planejado não apenas para esta obra, como para outros grandes projetos em curso ou já desenvolvidos no país, a autora os considera como catalisadores de problemas socioambientais em diferentes lugares, sobretudo na região amazônica.

O discurso da sustentabilidade utilizado nestes empreendimentos, estaria pautado, segundo Zhouri, no paradigma da adequação ambiental, que não enxerga o meio ambiente como possuindo valor em si mesmo, mas apenas como uma mercadoria geradora de lucro ao grande capital. Os atingidos, ao defenderem seus direitos, seriam vistos como perturbadores da democracia e do progresso nacional e seus direitos “interpretados como defesa de interesses particulares passíveis de negociação” (ZHOURI, 2012: 61). Os processos de negociação com ribeirinhos ocorrem sem discutir o cerne da questão, que é a própria viabilidade da execução da obra, mas apenas sob a ótica da resolução de problemas particulares, através de indenizações que não garantem a manutenção dos modos de vida.

Em um estudo que reforça análises de Zhouri e também de Ravena, Baines enxerga um processo desenvolvimentista, implementado na Amazônia para extrair riquezas a partir de grandes projetos:

A UHE Belo Monte segue o velho modelo de pilhagem dos recursos naturais da Amazônia para canalizar os lucros a grandes empresas, fortalecendo ainda mais um padrão desenvolvimentista que aumenta as desigualdades sociais e econômicas e a exploração violenta das populações locais (BAINES, 2012: 101).

As divergências entre as análises baseiam-se no lugar social de onde emergem os discursos. De um lado estão estudos e propagandas desenvolvidas pela Norte Energia e Eletrobrás, de outro pesquisadores e instituições como o MPF e o ISA. Enquanto as empresas reforçam uma visão caótica dos indicadores socioambientais da região antes da hidrelétrica para reforçar o argumento de que, ao contrário do que muitos pensam, ela trará uma qualidade de vida superior para as populações da região e proteção ambiental, os outros pesquisadores, MPF e ISA, consideram, de forma inversa ao propagandeado, que a hidrelétrica agrava os problemas sociais, a degradação ambiental e expropria pescadores.

Números e valores monetários de investimentos são instrumentos poderosos de propaganda porque impressionam pela grandiosidade e podem conquistar a opinião pública de pessoas que não conheceram o Xingu, Altamira, ou os outros municípios antes ou depois das obras. A monumentalidade arquitetônica impressiona e conquista, como afirma Garcia (2015), através do fascínio que desperta nas pessoas, sobretudo ao se verem como tendo vivenciado este momento.

Para além dos números e da propaganda estão os pescadores expropriados, os moradores de municípios como Altamira e Vitória do Xingu que passam a se perceber não como alvos do empreendimento, mas como um efeito colateral, com o qual são abertas negociações para atenuar impactos. A cartografia do desenvolvimento nacional coloca a Amazônia no centro do cenário, mas tão somente como um recanto de recursos naturais para o grande capital nacional e internacional.

Nesse cenário, é importante refletir sobre como os próprios altamirenses veem o empreendimento, as propagandas, divulgadas em vídeo na orla do cais da cidade e como pensam o futuro da região após a hidrelétrica e suas próprias vidas, com o processo de profundas transformações que ela provoca.

Em incursão na orla da cidade durante períodos de duas semanas nos meses de dezembro de 2015, janeiro e março de 2016, constatamos a exibição de áudio visual durante toda a noite e parte do dia, em praça localizada no ponto de maior frequência da orla e propomos uma leitura e interpretação feita pelos estudantes do curso de Engenharia Agrônoma sobre aquele veículo de comunicação. As opiniões foram divididas entre os que reconhecem a importância da obra e a apoiam, os que reconhecem, mas são críticos e os que são contrários ao empreendimento por avaliarem que em um balanço as perdas são maiores que os benefícios. No conjunto dos textos, há uma dualidade flagrante em que se reconhece que as obras da represa foram feitas, deixando-se por último as obras mitigadoras do impacto social, econômico e ambiental principalmente na cidade que expõe as mazelas da administração municipal, no caso repartida ou atribuída aos compromissos do Consórcio Construtor de Belo Monte, o CCBM.

A cidade de Altamira não estava preparada para receber o fluxo de pessoas que saíram de seus estados para trabalhar na construção da usina e isso fez com que mudanças significativas afetassem a cidade. O trânsito ficou caótico, a saúde depreciou, além da violência que teve um grande salto em comparação a outros anos. O custo de vida no município de Altamira ficou muito alto, o aluguel aumentou porcentagens antes inimagináveis chegando ao ponto que muitas famílias que moravam de aluguel tiveram que se mudar³.

3 Alzira Pimentel Chaves. Relatório do Vídeo da Eletronorte, apresentado na Disciplina Comunicação e Extensão Rural do Curso de Engenharia Agrônoma do Campus da UFPA. Altamira,

O citado pela estudante é complementado com a referência à construção de pontes, passarelas e alargamento de avenidas para favorecer a mobilidade urbana, o que, entretanto não diminui a dramaticidade de registro dos incômodos trazidos pelo empreendimento. Outro estudante, policial da guarda municipal de Altamira, escreve:

Se a empresa explicasse, de antemão à construção da barragem o que ia ocorrer com a cidade, os atingidos, os indígenas, ribeirinhos, pescadores e a população rural, não teríamos tido tantos protestos em prol dos seus direitos.⁴

De certa forma a propaganda acrítica, sem explicar os efeitos com o realismo com que costuma ocorrer, provoca um sentimento de ter sido logrado. Apesar disso manifesta esperança de “que as compensações sejam concretizadas quanto aos principais atingidos por esse empreendimento”⁵.

Em março de 2016, representantes de organizações governamentais convidados para falar sobre o assunto em sala de aula na Universidade Federal do Pará, para alunos de Engenharia Agrônômica, apresentaram posicionamentos que se opunham. Ficaram demonstradas suas trajetórias diferenciadas desde organizações que oscilaram da contestação no primeiro momento e o apoio e adesão quando mudanças conjunturais e políticas se alteraram, a outras que se mantiveram firmes na oposição mesmo depois de efetivada a obra de engenharia e o funcionamento da usina, confirmando as previsões dos efeitos mais deletérios.

Considerações finais

Ponderando sobre tudo o que se pode ver acontecendo na área em que se instala a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e ler na literatura produzida pelos especialistas, prós e contras, um dos males é exatamente a defesa incondicional de ambos os lados, sem um equacionamento que aponte soluções que possam ser justificadas ou negociadas em termos de respeito e considerações que contemplem o grau de complexidade que o assunto exige.

A primeira proposição feita quando o empreendimento se chamaria Kararaô, obrigou a modificações que teriam minimizado os impactos ambientais. Estas modificações são demonstrações cabais de que a escuta das populações da área em que se instalou o projeto é elemento essencial para o seu aprimoramento técnico e, em última instância, para a sua validação social. Em que pese essa demonstração, contradições conjunturais permitiram que a obra fosse realizada favorecendo aos grupos econômicos e empresas responsáveis pela construção da barragem, implantação dos geradores, transformações no espaço urbano, contrariando aos procedimentos legais e direitos estabelecidos na constituição, fragilizando tanto a imagem do governo em sua pretensão democrática, quanto às populações, em suas reivindicações de domínio sobre o espaço ancestral.

Outro ponto fundamental desse debate é que a propaganda projeta a exclusividade de virtudes desse empreendimento hidrelétrico ocultando outras possibilidades que têm sido

4 Andrey Araújo dos Santos. Resenha do vídeo apresentado na orla da Cidade de Altamira (Avenida João Pessoa), apresentado na Disciplina Comunicação e Extensão Rural do Curso de Engenharia Agrônômica do Campus da UFPA. Altamira, 2015.

5 Idem.

evocadas pelos opositores, mediadores ou posicionamentos que propõem o levantamento de alternativas e a ponderação sobre qual ou quais delas poderiam ser efetivadas. O caráter dogmático das decisões e realizações se impõe com a força do capital e dos setores dominantes, desprezando os prejuízos de ordem ambiental, cultural, social e mesmo econômicos de longo prazo.

O efeito político educativo é certamente o mais grave de todos, uma vez que as contradições revelaram fragilidades de lideranças políticas que se renderam, foram cooptadas ou compreenderam que não havia outro caminho a não ser o da negociação em condições de sujeição. A divisão de suas bases e a quebra de confiança em seu capital político eleitoral não tem retorno possível.

Fica claro que embora o discurso ambientalista presente em praticamente todas as organizações governamentais, não governamentais, políticas, culturais, religiosas ou de qualquer que seja a natureza, não se sustentam ou não conseguem se impor diante da força do capital articulado e montado na máquina estatal.

Referências:

BAINES, Stephen G. 2012. “As usinas hidrelétricas na Amazônia: o indigenismo empresarial e a insustentabilidade de grandes hidrelétricas em Terras Indígenas”. In: Andréa Zhouri (org.). Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia. pp. 98-121.

BLOG BELO MONTE. Belo monte e as ações socioambientais. Disponível em <http://blogbelomonte.com.br/2015/01/23/belo-monte-e-acoes-socioambientais/>. Acesso em 29 de abril de 2016.

CUSTO da usina de Belo Monte já supera os R\$ 30 bilhões. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/custo-da-usina-de-belo-monte-ja-supera-os-r-30-bilhoes>. Postado em 12 de maio de 2013. Acesso em 20 de abril de 2016.

FRANCESCO, Ana de; CARNEIRO, Cristiane (org.). Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.

FALCÃO, Alexandre. 2010. Belo Monte: uma usina de conhecimento. Rio de Janeiro: Insight. Disponível em http://insightnet.com.br/Livros/belo_monte/livro_belomonte.pdf. Acesso em 05 de junho de 2013.

GARCIA, José Luís; SUBTIL, Felipa. “Conflito Social e ambiente – a Ponte Vasco da Gama”. *Análise Social*, XXXIII: 707-746.

GARCIA, José Luís. Eletrificação e cidade: entre função e ficção. *Educamazonia*, 2: 9-20. Disponível em http://ieaa.ufam.edu.br/wp-files/revistas/educamazonia_files/2015-2/v2015-2-t1.pdf. Acesso em 17 de abril de 2016.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. 1990. Os (des)caminhos do meio-ambiente. São Paulo: Contexto.

INGOLD, Tim. 2012. “Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem”. In: STEIL,

C. A.; CARVALHO, I. C. de M. (org.). Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Terceiro Nome. pp. 15-29.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas e GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Populações locais e hidrelétricas: O caso de duas localidades atingidas pela barragem de Belo Monte, Pará, Brasil. CAMPO-TERRITÓRIO - Revista de Geografia Agrária, 20: 362-392.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ. Remoção forçada de ribeirinhos por Belo Monte provoca tragédia social em Altamira. 05 de junho de 2015. Disponível em <http://www.prpa.mpf.mp.br/remocao-forcada-de-ribeirinhos-por-belo-monte-provoca-tragedia-social-em-altamira>. Acesso em 01 de novembro de 2015.

NORTE ENERGIA. Belo Monte supera 1,2 bilhão em benefícios socioambientais. Disponível em <http://norteenergiasa.com.br/site/2014/09/15/belo-monte-supera-r-12-bilhao-em-beneficios-socioambientais/>. Acesso em 29 de abril de 2016.

NORTE ENERGIA. Belo Monte: usina de transformação social. *Revista Gol – Linhas Aéreas Inteligentes*, 166: 19.

O AVISO DOS CAIAPÓS. Revista Veja, 1069: 68-71. Disponível em <http://veja.abril.com.br/complemento/acervodigital/index-novo-acervo.html>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

RAVENA, Nirvea; TEIXEIRA, Eliana Franco. Usina de Belo Monte: quando o desenvolvimento viola direitos. *Ponto de vista*, 10: 1-16. Disponível em http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto_de_vista_01outubro2010.pdf. Acesso em 14 de março de 2016.

SANTOS, Leinad Ayer de O; ANDRADE, Lúcia M. M. 1988. As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo.

ZHOURI, Andréa. 2012. Belo Monte: crise do sistema ambiental e da democracia. In: Andréa Zhouri (org.). Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia. pp. 45-65.



Em busca de Projetos: um estudo sobre mediadores sociais

Looking for Projects: a study about social mediators

Bárbara Duarte de Souza, Universidade Federal do Maranhão, barbaraduarte_souza@hotmail.com; Sônia Barbosa Magalhães, Universidade Federal do Pará, smag@ufpa.br

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre os mediadores sociais de São José de Icatu, um agrupamento negro, rural, localizado na microrregião do Baixo Tocantins, Pará. Aqui, os mediadores sociais são entendidos enquanto indivíduos que ocupam uma posição de centralidade na interface das redes sociais que participam, como representantes de produtores rurais quilombolas. A partir desta compreensão, este artigo busca explorar a transversalidade do alcance de políticas de desenvolvimento, traduzida por busca por *melhoria* econômica e social através de *projetos*, no contexto do associativismo amazônico. A discussão de esferas de mediação permite identificar diferentes canais de captação de recursos e dois tipos de mediadores gerados a partir de trajetórias e situações socioeconômicas distintas.

Palavras-chave

mediadores sociais, comunidades rurais, desenvolvimento.

Abstract

This article shows the results of a research about the social mediators of São José de Icatu, a black rural group located in the micro-region of Baixo Tocantins, Pará. Here, social mediators are understood as individuals that occupy a position of centrality in the interface of the social network that act as representant of *quilombolas* rural producers. From this understanding, this article seeks to explore the development policies, in the search for economic and social *melhoria* (improvement) through *projetos* (projects), in the context of Amazonian associations. The discussion of mediations spheres allows identify different fundraising channels and two types of mediators generated from different paths and socioeconomic situations.

Keywords

social mediators, rural communities, development.

Introdução¹

A mediação social é constitutiva das organizações sociais camponesas (WOLF, 1970) ou das relações sociais entre sociedades diversas. No Brasil, e especialmente na Amazônia, ganha relevo como tema de estudo a partir dos anos 2000. Inicialmente, subjacente aos estudos sobre associações rurais e sua proliferação (GOMES *et al.*, 2010) e depois como formulação teórica importante para se entender as práticas dos agentes vinculadas às políticas públicas voltadas para o chamado desenvolvimento rural (NEVES, 2008; DEPONTI; ALMEIDA, 2008).

No entanto, os estudos sobre mediadores sociais podem ser remontados à antropologia social inglesa, em especial aos trabalhos de Lucy Mair (1968) sobre mudança social. Mais tarde, Norman Long (1989), da Escola de Manchester, chama a atenção para a noção de interface entre populações locais e instituições locais, analisando as lógicas sociais da prática do desenvolvimento. Na França, destacam-se os estudos de Georges Balandier sobre as relações de poder na situação colonial e, posteriormente, os estudos liderados por Sardan (SARDAN; BIERSCHEK, 1993; SARDAN, 1995), centrados nas políticas de desenvolvimento em países africanos.

Numa formulação geral, estes estudos partem do pressuposto de que se estabelece uma relação geralmente assimétrica entre as sociedades e que os mediadores atuam como portadores das ideias, dos valores e dos *projetos* de mudança social da sociedade envolvente. Ainda que se reconheça a interação que se estabelece entre as duas sociedades e a existência de vínculos a partir da relação de troca entre ambas (ROS, 2002), o estudo sobre mediadores sociais evidencia a complexidade das circunstâncias de manifestação destes indivíduos, o que chama a atenção para a existência de múltiplas estratégias e lógicas sociais e culturais dos agentes em nível local em face das ações de desenvolvimento social (BIERSCHENK; CHAUVEAU; SARDAN, 2000).

Neste texto propomos uma reflexão sobre as relações de mediação estabelecidas na Comunidade Quilombola São José de Icatu², localizada no município de Mocajuba, no Estado do Pará, analisando a busca por *projetos* empreendida por lideranças que atuam em diferentes esferas de mediação, ou seja, analisando as relações que estabelecem para o acesso às políticas públicas. Essa análise baseou-se em trabalho de campo realizado durante três períodos, totalizando aproximadamente vinte dias, dois deles realizados em equipe, no âmbito do Curso de especialização em *Extensão rural, sistemas agrários e ações de desenvolvimento* da Universidade Federal do Pará / Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Foram realizadas entrevistas, observação com registro em diário de campo, reuniões com integrantes e não integrantes da Associação, e técnicas de coleta de informação para diagnóstico participativo.

1 O presente texto é originário de trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Extensão rural, sistemas agrários e ações de desenvolvimento, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, realizado com apoio do PROEXT – MEC/SESu. Uma primeira versão foi apresentada com o título “Sobre comunidades rurais e projetos. Uma análise da constituição de estratégias e mediações na comunidade quilombola São José do Icatu, Pará”. In: Anais da IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. 04 a 07 de agosto de 2013, Fortaleza - CE. Disponível em: <http://docplayer.com.br/40376991-Grupo-de-trabalho-08-campesinato-e-projecoes-sociopoliticas-mudancas-de-expectativas-e-construcao-de-territorialidades-tuteladas.html>

2 Nesta região do baixo Tocantins, a presença negra é inquestionável. Em 1999, havia no vale do Tocantins 73 comunidades negras, a área de maior densidade demográfica identificada no Estado, cf. Marin e Castro (1999).

A localidade é composta majoritariamente por agricultores que cultivam mandioca, arroz e milho consorciados, além de outras espécies como o açaí, cacau, cupuaçu e demais frutas e legumes. A renda obtida com a lavoura geralmente não é expressiva, de modo que a grande maioria das famílias também depende de benefícios como o Bolsa Família, além de usufruírem de recursos do Seguro Defeso e Auxílio Maternidade, quando é o caso.

Desde a criação da Associação em Icatu, em 1992, destacam-se indivíduos responsáveis pela sua *movimentação* em exercícios que almejam um *avanço*. São notáveis os esforços para conquistas neste sentido, já que a própria criação da Associação está intimamente ligada à busca por políticas públicas e programas sociais. *Projeto* é uma categoria nativa, empregada usualmente pelos líderes, para designar ideias sistematizadas por meio de ações que visam, sobretudo, à *melhoria* da condição financeira das famílias e da qualidade de vida destas. Designa tanto o planejamento como a execução de atividades econômicas, sociais e culturais que se utilizam de recursos materiais e simbólicos disponibilizados pelo Estado ou por organizações não governamentais.

A busca e a conquista destes *projetos* dependem de redes de relações nas quais os mediadores de Icatu conseguem operar, e que demonstram ligações com múltiplos agentes públicos de desenvolvimento. A rede de políticas públicas é alcançada não apenas por meio do presidente da Associação, mas por outros líderes que despontam na comunidade pelo comportamento proativo e por outros indivíduos, nascidos em Icatu, e com formação profissional e inserção social e política na sociedade envolvente, que realizam uma espécie de mediação especializada.

Para entender os caminhos e os agentes que buscam os *projetos* optou-se pela utilização do conceito de mediadores sociais, em especial de um tipo de mediador, aquele que conduz ou se interpõe na implantação de *projetos* em sua comunidade. Segundo Olivier de Sardan *et al* (2000), estes mediadores são, no contexto das políticas de desenvolvimento social africanas, os operadores dos benefícios adquiridos, são os titulares do projeto social local, os que deveriam representar a população local, expressando suas “necessidades” frente às estruturas de apoio e financiamento externo. Além de outros atributos, os mediadores africanos se destacam pela capacidade de negociação com outros operadores, por um ativismo desenvolvimentista, pela integração em redes pessoais, e ainda pela apropriação da linguagem das instituições de desenvolvimento, que lhes permitem se adaptar aos novos “modos” de desenvolvimento. Em Icatu foi possível perceber uma articulação entre mediadores internos e externos que transitam por uma ampla rede de relações em nível municipal e estadual e que mobilizam políticas públicas, mas também contratos e dádivas.

São José de Icatu: Aspectos introdutórios

São José de Icatu é uma área que corresponde a 2.000 ha³, localizada no município de Mocajuba (estado do Pará), onde vivem 72 famílias, todas com algum grau de parentesco entre si⁴. Segundo a classificação utilizada pelo professor e ex-presidente da Associação, o Sr. Inácio, que lança mão dos termos do próprio IBGE, em 2013 havia 180 negros, 97 pardos e

3 Na demarcação feita pelo ITERPA, não foi incluída a área das ilhas que fica do outro lado da margem do rio Icatu, em frente à vila principal onde se encontra a maioria das famílias. Na ocasião da entrevista, aguardava-se o retorno do ITERPA para incluir a área, que atualmente corresponde oficialmente a 1360 hectares.

4 O acesso a Icatu acontece por via terrestre e fluvial. Terrestre, através de vicinal com 5 km de extensão, com a entrada no quilômetro 198 da rodovia estadual PA-151, no trecho entre a cidade de Mocajuba e a cidade de Baião; e por via fluvial através do rio Tocantins com entrada pelo rio Tauaré, para acesso ao rio de Icatu.

33 brancos, totalizando 310 pessoas na comunidade. A área é dividida em pequenas frações e geralmente cada família possui sua própria área ou usufrui de terrenos herdados ou adquiridos com o casamento. As divisões existentes permanecem como eram antes da titulação coletiva obtida em 2003, de modo que a distribuição de terras não é exatamente igual para todos.

A área que concentra mais pessoas corresponde ao espaço da vila de casas iguais e contíguas que foram entregues em 2012, fruto de um programa do governo federal[5]. Esta fica próxima da igreja de São José construída em 1976, da única escola da comunidade, construída em 1966, e de um pequeno comércio, o único do local. No lugar também existe um espaço de lazer de propriedade familiar, um barracão, uma pequena padaria e uma igreja da Assembleia de Deus construída em 1980 e que reúne cerca de dez a doze pessoas nos cultos realizados às quintas-feiras.

Segundo Inácio, em escrituras de terra obtidas principalmente com moradores da região das ilhas, a formação do agrupamento remonta ao ano de 1895. Outros registros orais coletados pelo próprio professor e reconstituições genealógicas atestam a existência do agrupamento para o mesmo século. Nestes registros, os habitantes de Icatu descendem de escravos fugidos de áreas próximas, como de Abaetetuba e Igarapé-Miri, onde existia a atividade canaveira[6]. Conta-se que os primeiros negros tiveram contato com uma população indígena que habitava no local e hoje ainda há casamentos entre descendentes de indígenas e negros.

Outro aspecto notável da comunidade é a influência da igreja católica. Antes de ser criada a Associação, o agrupamento de Icatu já formava uma comunidade eclesial de base (CEB), criada em 1969, com o nome de Comunidade Cristã da Igreja Católica. O santo padroeiro é São José, e a única igreja do lugar leva o seu nome.

Atualmente, apesar das comemorações do ano novo e do dia de Santo Rei, ou, Dia de Reis, as atividades sociais intensificam-se no mês de março ou abril, com a programação da semana santa, mas principalmente com a comemoração do dia do padroeiro, em 19 de março, momento que envolve toda a comunidade de católicos. O mês de julho apresenta a agenda repleta de festejos, e representa também uma ocasião importante para o incremento da renda das famílias, aproveita-se o momento para a venda de comidas tendo como matérias-primas os produtos da própria comunidade, como no caso do Festival dos derivados da mandioca e da macaxeira. Estes eventos representam importantes períodos de interação com pessoas de outros lugares.

No mês de setembro, observa-se um avivamento das celebrações, com outra festa dedicada a São José que também reúne visitantes de outros lugares, com vínculos com a comunidade, como os de parentesco, geralmente da sede do próprio município de Mocajuba;, de Belém, Baião e Tucuruí. Como a mandioca é colhida durante todo ano, também neste mês há a comercialização de seus derivados. No mês de dezembro outro evento envolve a comunidade: a comemoração da data de fundação da Associação, acompanhado da venda de comidas, já que recebem a visita de outras pessoas, inclusive de políticos.

As práticas relatadas, ainda que verificadas pontualmente devido ao curto período de trabalho de campo, podem representar uma diversidade de formas inventadas e reinventadas para enfrentar a realidade geográfica e climática da região. Os aprendizados historicamente adquiridos, os conhecimentos acumulados sobre manejo, como a complementaridade de atividades agrícolas e extrativistas, a forma de utilizar a terra, a lógica da agricultura e outros, constituem potenciais para a manutenção da organização socioambiental e se coadunam com os modos de conceber e utilizar as possibilidades do meio ambiente. Mas este referencial tem

5 Este fato será tratado posteriormente de maneira pormenorizada.

6 Em 1848, Cametá ocupava o 2º lugar no contingente de escravos no Estado(MARIN E CASTRO, 1999).

sido confrontado com lógicas diferentes que se verificam a partir da década de 90, com a criação da Associação.

No momento da elaboração da “Árvore dos problemas”, uma das técnicas utilizadas no diagnóstico participativo proposta pelo curso de especialização, os moradores presentes indicaram um panorama bastante esclarecedor da situação local⁷. As principais preocupações (comuns a todos os participantes da reunião) além de muitas outras citadas se referem à escassez de recursos financeiros e à dependência de atravessador para a comercialização dos produtos, o que limita o potencial produtivo da comunidade⁸. Disto decorre, segundo eles, a falta de autonomia para definir preços, bem como a perda de estímulo pelo trabalho e pela participação nos processos decisórios.

Como causas para os problemas citados, os participantes indicaram inúmeras “faltas”, como a de educação financeira para a utilização de recursos disponíveis para a agricultura familiar, de emprego e renda, de cooperativa, de consciência ambiental, bem como o assédio de empresas, a fome, doenças e o desinteresse pelo estudo por parte das novas gerações. De modo mais amplo, esta situação está relacionada às conjunturas atual e passada nas quais a comunidade está inserida. Neste sentido, não só os fatores naturais determinam as práticas, as escolhas e as condições de plantio. As variáveis humanas, como a deficiência de mão de obra e o desinteresse de uma parcela significativa das gerações mais novas pela reprodução das atividades desenvolvidas pelos pais e avós concorrem para a potencialização dos problemas relatados.

No primeiro período de campo havia a campanha eleitoral dos candidatos à prefeitura e à câmara municipal, e na ocasião da visita do então prefeito de Mocajuba à vila, no dia 03 de outubro, a agente de saúde do local contou ter pedido maquinário e transporte público para facilitar a comercialização dos produtos. As falas coletadas revelaram, naquela situação, que a principal demanda da comunidade consiste em desenvolver a produção, tendo garantidos a *melhoria* do cultivo em si e a comercialização dos produtos. Atualmente a comunidade conta com apenas um barco comunitário para transportar os produtos à cidade, onde o acesso é feito por automóveis particulares para os poucos que os possuem, ou pelo ônibus escolar que faz o percurso três vezes por dia.

A criação da Associação em Icatu e os projetos de melhoria

No caso dos países africanos estudados por Bierschenk *et al.* (2000), o surgimento dos mediadores reflete uma recomposição estrutural das relações entre Estado e “sociedade civil” no contexto da crise do Estado e das novas modalidades de ajuda internacional, que produzem configurações descentralizadas de poder, “en conférant aux associations et aux organisations supra-locales des ressources et des capacités de négociation inédites dans le champ politique local e national” (2000, p. 13). Em Icatu, o aparecimento de representação formal inicia-se com a criação da Associação, que se insere no contexto de fomento dos governos à criação de associações, como condição para acesso às políticas de desenvolvimento (GOMES *et al.*, 2010).

7 No momento estavam presentes participantes ativos da Associação, mas também outros que não exercem atividades no interior da Associação.

8 Além desses problemas, outros apontados foram o desmatamento, a eliminação do pescado pelo uso da flecha, a poluição do rio pela casca da mandioca despejada, a doença nas plantas (principalmente na laranjeira), a extinção da caça e a dificuldade de aprendizado das crianças.

No caso amazônico, o panorama macroeconômico de sua emergência corresponde ao fenômeno da mundialização, que prevê a necessidade de expansão de grandes conglomerados. A Associação surge então como uma alternativa defensiva a esta homogeneização progressiva, que tende a desregular os mercados nacionais e neste contexto:

“as práticas sociais se organizam com relativa autonomia diante das determinações macroestruturais e dos obstáculos situacionais, porque as relações sociais diretas e indiretas, próximas e distantes, são vistas como possíveis fontes de recursos – materiais, sociais, políticos, culturais ou simbólicos” (GOMES et al, 2010, p. 19).

Segundo estes autores, de modo geral e na Amazônia em particular, as associações entre grupos camponeses são marcadas pela influência estatal, pois se organizam, sobretudo para aceder a políticas públicas de crédito. Tais políticas têm definido as regras e os objetivos de muitas associações, de modo que a ação coletiva não institucional, relativa à sociabilidade primária, acaba sendo subordinada ao Estado. Neste sentido, várias são as problemáticas resultantes da artificialidade da associação, algumas verificadas na presente pesquisa, como demonstramos adiante.

A criação da Associação em 13 de dezembro de 1992 marca um momento em que Icatu começa a adquirir condições formais para se desenvolver economicamente, pelo acesso às formas de economia alternativas oferecidas pelo Estado. Não obstante as divergências de opinião, ela é vista com bons olhos pelas perspectivas alimentadas pelos moradores de Icatu, pois muitas são as demandas que podem ser contempladas pelo viés da organização formal. No entanto, ela não agrega a maioria dos moradores, estando praticamente circunscrita a um subconjunto de duas famílias locais (Figura 1).

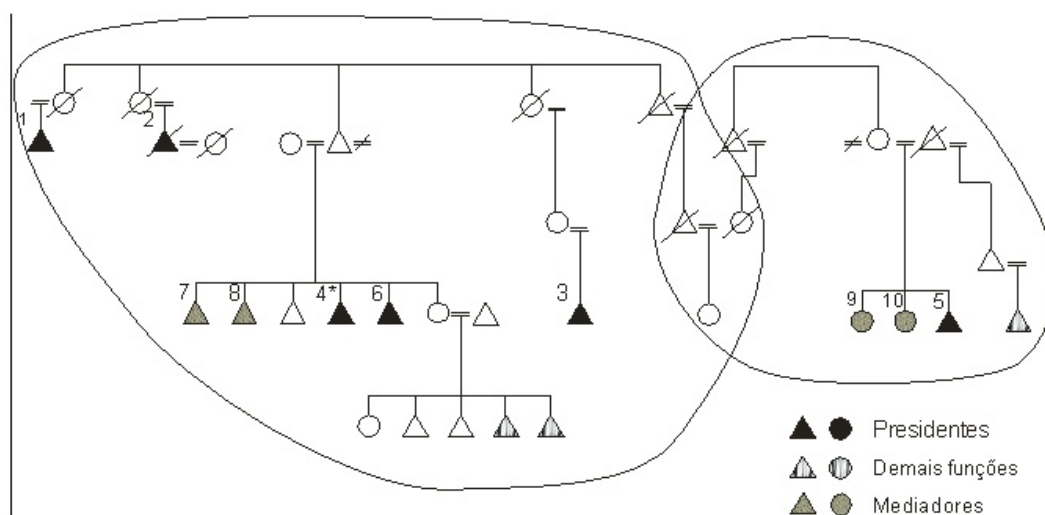


Figura 1: Diagrama de parentesco da diretoria da Associação e dos mediadores

É importante notar que a Associação é muito anterior ao reconhecimento de São José de Icatu como terra remanescente de quilombos. De tal modo que os moradores atribuem este episódio a um período da Associação, conquistado por mediadores específicos. Exemplo disso é a aquisição das casas de alvenaria, vinculada à política de reconhecimento da condição quilombola, que para alguns é percebida como uma conquista da Associação.

O processo de reconhecimento foi iniciado em 2000, e no dia 30 de novembro de 2003 o título foi expedido⁹. Na ocasião, foram feitas diversas reuniões com o objetivo de informar a população local sobre o processo de reconhecimento e o seu significado. Não há relatos de resistências e todos concordaram inclusive com a emissão de um título coletivo de terra, o ponto crítico enfrentado pela maioria das comunidades quilombolas no processo de reconhecimento desta condição. É importante notar que o recebimento do título não provocou mudanças nas regras de circulação dos imóveis, pois neste tipo de transação é a própria Associação responsável pela intermediação, com a emissão de documentos que garantem o reconhecimento interno de propriedades individuais.

Mas os relatos sobre o período que antecedeu a criação da Associação também indicam líderes e suas articulações político-partidárias que reverberavam, ainda que de forma distinta, na vida dos demais. Antes do grupo responsável por fundar a Associação, alguns moradores já haviam ensaiado iniciativas de caráter reivindicatório, como o de um líder religioso e sindical, e responsável pela realização dos cultos no período em que Icatu era ainda uma comunidade eclesial de base. Este morador passou a ter atividade política no Partido dos Trabalhadores, que era intimamente ligado à Igreja naquela região.

Outro mediador importante era natural de outra comunidade quilombola, na época comerciante e vereador do município na década de 60, eleito principalmente pelas comunidades negras da região. Segundo informações de um mediador atual, a diferença entre os mediadores que antecederam a Associação daqueles que participaram dela é que os primeiros não compartilhavam com os demais os assuntos que debatiam, não implantaram *nada* na comunidade e mantiveram apenas uma influência ideológica, construída sobretudo durante as atividades religiosas.

A criação da Associação foi impulsionada principalmente para que conseguissem aceder aos programas de crédito oferecido à época pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, o FNO-Especial¹⁰. Na ocasião, os moradores pleiteavam o cultivo de pimenta do reino, mas o programa não previa o investimento em tal cultura e os recursos foram investidos no cultivo de coco. O processo de financiamento começou em 1994, mas a aquisição das mudas aconteceu em 1995, no município de Baião, de um vendedor particular que posteriormente quis comprar o coco produzido e não o fez porque não gostou da qualidade do produto, que seria revendido para uma empresa de sabão. O projeto era direcionado às famílias que possuíssem no mínimo três hectares para o plantio, mas aquelas que não possuíam o tamanho de terra requerido acabaram se juntando a outras até formarem o tamanho desejado para o cultivo da espécie.

9 Na mesma data foi criado oficialmente o grupo folclórico “Os seguidores de Zumbi”. Na época uma equipe do Curro Velho (instituição estadual de cultura) também compareceu ao local para promover uma oficina de arte com elementos afro-brasileiros. A sua conquista foi viabilizada pelo “Programa Raízes”, do governo do Estado do Pará, decreto n° 4.054, de 11 de maio de 2000. É importante notar que o Pará foi o primeiro Estado a criar uma norma para regulamentar o Artigo 68 da Constituição Federal, o Decreto 663, de 20 de fevereiro de 1992, assinado pelo então governado Jader Barbalho, que sanciona a criação do ITERPA.

10 Essa linha de crédito diferenciada para agricultores familiares surgiu a partir de intensas mobilizações sociais encabeçadas pelo movimento sindical no Pará. (ARIMA, 2000).

Importante notar que ocorre em Icatu um processo de apropriação das representações construídas pelos técnicos agrícolas e pela lógica da modernização. Como expôs Delma Pessanha (1987), a modernização implica em domesticação, em civilização, e o que se vê em Icatu não é a negação de *projetos* civilizatórios, já que a conquista de *projetos* de desenvolvimento é vista como resultado positivo deste processo.

Sendo assim, o que acontece é a utilização de códigos dos *projetos* desenvolvimentistas por parte dos moradores, que valorizam os recursos materiais e simbólicos disponibilizados pelo Estado, como quando requerem máquinas mesmo reconhecendo as dificuldades na gestão de recursos do tipo, ou quando falam em desenvolvimento ou desejam a reprodução da comunidade e, paradoxalmente, também almejam que os filhos estudem, para que não tenham a *vida penosa* que eles tiveram.

Fato semelhante foi explorado por Magalhães (2002a; 2002b), quando estuda a Associação do Loteamento Rural Rio Moju, formada no contexto de luta camponesa contra a expropriação provocada pela construção da hidrelétrica de Tucuruí. Naquele caso, a palavra *melhoria* diz respeito ao desempenho social nos embates em torno da propriedade reivindicada e das próprias relações na rede em que estavam inseridos os grupos familiares. A *melhoria* foi o eixo utilizado para desvendar as lógicas de ação verificadas, inscritas nos deslocamentos e nas estratégias familiares e, de modo próximo, a busca por *melhoria* em Icatu, através de iniciativas apoiadas por *projetos* (que dependem das disposições do Estado em relação às comunidades rurais e negras), configura o objetivo principal da Associação.

Com a ampla rede de parcerias e assessorias, o processo desenvolvimentista tem sido tentado de diversas maneiras, com foco principalmente no trabalho rural. Neste sentido, as alternativas que tentaram ser implantadas em Icatu, bem como outras que ainda estão sendo elaboradas, se configuram como alternativas à economia local, às formas vigentes de organização da produção, do consumo e da distribuição dos bens. As experiências com as alternativas econômicas serviriam para cobrir campos e escalas que a economia local não alcança, ainda que tenham tido várias experiências que não deram certo.

Neste sentido, tomando o conceito de “mediadores sociais” trabalhado por Neves (2008), compreende-se que as relações que a Associação evoca exprimem universos de campos segmentados e “atravessados por múltiplas desigualdades, por diversos domínios de saber e de apropriação de regras e recursos, modos de procedimentos provocadores de diferenciação e de injustiças sociais”. Como expõe a autora (NEVES, 1987), o processo de mediação ancora-se na consideração de saberes êmicos em suas trocas com instituições difusoras de uma produção técnica, especializada ou científica.

Com os aportes de Bourdieu (1996) percebemos a possibilidade de compreender a dinâmica das tendências estruturantes na forma de ações distintas, pelo arbítrio na validação ou não de uma produção simbólica, que o autor remete às condições sociais, econômicas e políticas do campo. No primeiro capítulo da obra denominada “Razões práticas”, o autor oferece uma breve mas significativa introdução de sua obra “A Distinção”, onde enuncia os princípios de uma leitura relacional, estrutural e também geracional da produção de distinções entre os agentes nos espaços social e simbólico. Para que o diferente seja distinto é preciso que ganhe um significado, ou seja, que seja percebido, que haja uma classificação “socialmente *pertinente*, percebida por alguém capaz de *estabelecer a diferença*” (*id.*, p.23).

Sendo assim, o tipo de mediação que impõe o próprio saber técnico desqualifica as expressões de seu público alvo, e provoca a contradição bastante conhecida dos estudos de desenvolvimento rural, pois não são as práticas locais que estão sendo desenvolvidas, mas uma técnica exógena é que está sendo aplicada. Neste processo, verificam-se prerrogativas que vão desde o discurso de integração tecnificada, até o campo oposto, que supõe que os quilombolas carregam uma cultura sustentável em sua bagagem cultural.

Os mediadores sociais de Icatu

Além da mediação sociotécnica, entre o saber fazer dos agricultores e os padrões das instituições que produzem o saber técnico, sabe-se que a ligação social na comunidade reflete as características de uma sociabilidade primária, e que ocorre um tipo de mediação personalizada que constitui a dominação ou a estrutura de poder manifestadas na experiência associativa. Sendo assim, alguns nomes despontam na comunidade como lideranças encarregadas, formal ou espontaneamente, na promoção do *avanço* socioeconômico do lugar.

Os presidentes da Associação são, assim, os mediadores formais entre a comunidade e as redes que os vinculam às políticas públicas, mas outros indivíduos assumem posição de mediação na comunidade na busca pelos benefícios que julgam pertinentes, mesmo quando não encontram eco, como no caso das iniciativas de recomposição cultural, que serão discutidas mais adiante. Outro tipo igualmente importante de mediador são as pessoas nascidas na comunidade e que possuem conhecimentos especializados ou que desfrutam de posição política favorável para o encaminhamento das propostas. São pessoas que não vivem mais o cotidiano da localidade e que são diferenciadas pelo fato de corresponderem a centros de decisão também diferenciados. Não excluimos a possibilidade de existirem outras pessoas com atributos semelhantes a este tipo de mediador, mas aqueles incluídos na presente pesquisa têm representação inequívoca na comunidade, com a qual mantêm relações de parentesco e contato permanente.

Atualmente, este grupo (de mediadores formais e não formais e que estão dentro ou fora da comunidade) é composto por sete indivíduos, que integram basicamente duas grandes famílias, como demonstra o diagrama representado na Figura 1.

Conforme pode ser observado, a família com o maior número de integrantes que já exerceram ou exercem alguma função na Associação também é aquela à qual pertenceram os fundadores da referida organização, o que indica se tratar de um grupo familiar com uma tradição em representação política, e que também é uma das famílias mais antigas da região. O número quatro indicado no diagrama de parentesco representa o professor da comunidade, secretário da Associação nos três mandatos anteriores ao seu (1992 – 2002) e eleito presidente em 2002, quando ficou por quase o dobro do tempo previsto, até 2009. Segundo alguns entrevistados, não houve quem quisesse substituí-lo, reconhecido como bom presidente, que no período fez a reforma do estatuto, adequando-o a partir do novo código civil de 2002, e conseguiu outras ações importantes, como será discutido posteriormente.

Os representantes desta família possuem suporte familiar em Mocajuba e Belém, especializado ou não, além de gozarem de relativo conforto financeiro, o que lhes permite maiores possibilidades de agência. Apesar destes mediadores se declararem “assessores” da comunidade em geral, a solidariedade é mais fortemente mantida pelos laços de parentesco. O atual presidente (Figura 1, n. 6), por exemplo, que aparenta possuir a menor renda em relação aos irmãos, tem familiares em Mocajuba e Belém que lhe oferecem um bom suporte para os trabalhos muitas vezes extenuantes que o cargo exige fora da comunidade, diferentemente do ex-presidente da outra família.

Sendo assim, conclui-se que em Icatu pode-se perceber que há pelo menos dois tipos distintos de mediadores: um constituído daqueles que habitam e atuam fora da comunidade; outro constituído basicamente pelas pessoas que habitam na comunidade e vêm compondo a diretoria da Associação ao longo do tempo.

Mediadores: esboço de trajetórias

Os mediadores que atuam fora da comunidade dispõem de algum conhecimento especializado, exercem funções públicas e têm curso superior:

• **Odilon** (Figura 1, n. 7): Tem aproximadamente 58 anos de idade, é advogado e atual presidente da Comissão de Defesa da Igualdade Racial da OAB-PA. Trata-se de um integrante da família com tradição em representação social na comunidade, irmão do atual presidente (Figura 1, n. 6). O Sr. Odilon obteve o título de bacharel em direito em Belém onde contou com o apoio do próprio Teodomiro (Figura 1, n.1), primeiro presidente da Associação. Foi fundador do CEDENPA¹¹ em 1980, esteve como superintendente Regional do Trabalho em Belém de 2004 a 2007. O período coincide com a criação da SEPPIR (Secretaria Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), em 2003, instituição da qual foi o primeiro coordenador no Pará, por quatro meses;

• **Jonas** (Figura 1, n. 8): Tem em torno de 40 anos. Mudou-se para Mocajuba em 1987 onde deu prosseguimento aos estudos e iniciou um curso de pedagogia em Cametá que não chegou a concluir. Atualmente possui um cargo na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer do município de Mocajuba. Foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais de Mocajuba de 1996 a 2006. Em 2000 foi coordenador regional da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI); e em 2012, Secretário de Agricultura e do Meio Ambiente do município.

Além destes, outras duas pessoas que fazem parte desta família moram em outros municípios e também possuem atributos diferenciados. Um deles é o irmão mais novo que mora em Belém, para onde foi ainda jovem sob os cuidados dos irmãos mais velhos que lá já moravam. Atualmente é professor do ensino médio e servidor do Ministério Público do Trabalho. Não se obteve nenhuma referência acerca de sua participação nas atividades em Icatu, o que não exclui a possibilidade de manter outros meios de atuação. Outra pessoa é o atual prefeito do município de Baião, um primo distante deste grupo de irmãos, considerado como um deles, talvez pelas circunstâncias das lutas em prol das comunidades negras, ou mesmo pela proximidade das relações consanguíneas.

Os mediadores que vivem e atuam no interior da comunidade são o presidente, os ex-presidentes e o professor. À exceção de um, todos são membros da mesma família e têm em suas trajetórias um período de residência fora de Icatu.

• **1992-1996 Teodomiro** (Figura 1, n.1): Viveu a juventude e boa parte da vida adulta na capital do estado. Foi um dos primeiros nascidos em Icatu a tentar a vida na capital, onde trabalhou na fábrica de guaraná Globo e posteriormente no DETRAN. Em meados da década de 70 já usufruía de boa condição econômica, tendo adquirido dois veículos e estabelecimentos comerciais. No início da década de 80, Teodomiro retorna a Icatu onde pretendia trabalhar em uma serraria. Após o seu mandato como presidente, teve que voltar a Belém para tratamentos médicos. Tem aproximadamente 80 anos, e devido às atuais condições de saúde, não foi possível entrevistá-lo.

¹¹ Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará. Entidade sem fins lucrativos fundada em 10 de agosto de 1980 no Pará, que visa a estimular a mobilização da população negra na luta pela aquisição de cidadania plena.

• **1996-1998 Olegário** (Figura 1, n.2): Primo do primeiro presidente, faleceu no final do mandato, com aproximadamente 65 anos. Mudou-se para Mocajuba onde aprendeu o ofício de alfaiate, estudou pouco, retornou a Icatu onde manteve a mesma atividade. Pleiteava muitos benefícios para a comunidade junto à prefeitura do município, tendo conseguido a implantação do posto de saúde (era casado com a enfermeira da localidade), reparos e construção de pontes. Participou ativamente da criação da Associação juntamente com a sua esposa, mas precisou se afastar no último ano do seu mandato por motivos de saúde, quando foi substituído pela então vice-presidente, agente de saúde da comunidade, a Sra. Isabel (Figura 1, n. 10).

• **1998-2002 Sebastião** (Figura 1, n.3): Primo de Teodomiro e Olegário, tem aproximadamente 42 anos. Estudou em Mocajuba onde conseguiu concluir o curso médio, e em Icatu era bastante envolvido nas decisões da Associação, tendo exercido outras funções na diretoria antes de ser eleito presidente da Associação. Atualmente trabalha na Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), reside em Mocajuba e já não tem a mesma participação nas atividades da Associação.

• **2002-2009 Inácio** (Figura 1, n.4): É o professor da comunidade, tem 45 anos e é primo dos presidentes anteriores e irmão dos mediadores que estão fora de Icatu e do atual presidente. Mantém um banco de dados com informações de todos os habitantes de Icatu - são registros de afiliação por casamento, prole, data de nascimento, cor, escolaridade e etc., que começou a organizar em 2005. Está escrevendo um livro sobre a comunidade, em que apresenta dados sobre as origens e seu histórico de constituição, ainda está à procura de meios para publicá-lo. Defende um incentivo às iniciativas culturais, que estimulem a manutenção dos elementos que afirma serem constituintes da identidade quilombola. O mandato de Inácio foi o mais longo por motivos que serão expostos mais adiante.

• **2009-2011 Manuel** (Figura 1, n.5): O único que não possuía relações de consanguinidade com os demais ex-presidentes. Tem cerca de 50 anos, é casado e mora com quatro filhos. Ele e os irmãos tiveram a oportunidade de estudar em Mocajuba, onde a família tinha uma casa comprada para tal finalidade, mas não prosseguiram os estudos e retornaram a Icatu onde constituíram suas famílias. Adquire a maior parte da renda com as atividades agrícolas, que é complementada com outros benefícios sociais.

• **2011-atual Francisco** (Figura 1, n.6): Irmão do Inácio. Chegou a ir a Belém para dar continuidade aos estudos na década de 80, mas interrompeu antes de concluir o ensino fundamental, voltou a Icatu e constituiu família. Defende o investimento na economia agrícola e a diversificação da produção, ele mesmo se dedica à atividade agrícola, na qual participam os dois filhos pequenos, a esposa, uma sobrinha e o irmão. Nas últimas eleições se candidatou à prefeitura do município pelo Partido Popular Socialista (PPS), mas não obteve êxito.

• **Josefa** (Figura 1, n. 9): Irmã de Manuel e Isabel. Tem em torno de 52 anos, é solteira e ainda mora com os filhos mais novos, com os quais mantém uma roça em sua propriedade, de onde tira boa parte de sua renda. Reconhecida pelo seu entusiasmo, participa ativamente das reuniões promovidas por instituições vinculadas à produção familiar rural e dos encontros das comunidades negras da região. É eloquente e acompanha as iniciativas da Associação *correndo atrás* de oportunidades para a sua *comunidade*.

Além destes mediadores locais, destaca-se também a agente de saúde da comunidade, a Sra. Isabel, que à época da gestão de Olegário era a vice-presidente. Trata-se de uma importante intermediária entre os moradores e o município. Exerce esta função há aproximadamente vinte anos. É responsável por encaminhar as pessoas às consultas e exames médicos, e também por atualizar o cadastro das famílias em programas de transferência direta de renda. Tem função ativa nas atividades da Igreja, é a Coordenadora da Pastoral da Criança, do Círculo Bíblico e do recolhimento do dízimo. Também é responsável pela realização dos cultos, nos quais, segundo alguns informantes, não poupa referências sobre a *comunidade* e os indivíduos em particular.

Os mediadores de certo modo *independentes* da presidência e que estão *dentro* da comunidade, destacam-se por estudarem meios de execução dos ideais de *melhoria* econômica e pela fala articulada, ainda que suas propostas não ecoem entre os demais. Tais líderes se comportam como mediadores no sentido da dotação diferencial de saberes, e porque participam efetivamente dos espaços deliberativos fora da comunidade.

Os mediadores que estão *fora* possuem capacidades diferentes, como as de compatibilizar os *projetos* da Associação aos formatos requeridos pelas instituições financiadoras, além de informarem quanto à elaboração de relatórios, serviços contábeis, editais abertos e outros.

Abaixo, apresentamos um quadro resumido dos principais *projetos* e a rede de articulações da qual resultam:

Quadro 1 – Projetos, instituições e mediadores

PROJETO	INSTITUIÇÃO	PERÍODO	MEDIADOR fora da comunidade
BARCO DA COMUNIDADE	PREFEITURA	1992-1996	
COCO	FNO/SINDICATO	1992-1996	JONAS
PIMENTA DO REINO	FNO/SINDICATO	1996-1998	JONAS
OLARIA	CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM/ PREFEITURA DE MOCAJUBA	1997-1998	ODILON
OLARIA	CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM/ PREFEITURA DE MOCAJUBA	1999-2002	ODILON
TÍTULAÇÃO COLETIVA	PROGRAMA RAÍZES/ GOVERNO DO ESTADO	2002-2008	ODILON
GRUPO FOLCLÓRICO	CURRO VELHO	2002-2008	JONAS
CURSO DE PLANTAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE MANDIOCA	SINDICATO	2002	JONAS
MARACUJÁ	AMAFRUTA/BB/SINDICATO	2004	JONAS
CURSOS MTE	MTE	2004-2007	ODILON
MORADIA ¹²	COHAB	2007-2012	ODILON
MORADIA	COHAB	2009-2012	ODILON
SEIXO ¹³	M JURACI RODRIGUES ME/ PREFEITURA	2009-2014	
CURSOS ELETRONORTE/UFRA	ELETRONORTE/UFRA/SINDICATO	2009-2011	JONAS
DENDÊ	BIOVALE	2012	
PISCICULTURA	PREFEITURA	2012- atual	
2ª ETAPA DA MORADIA	FÓRUM DE MORADIA/ CAIXA ECONÔMICA	2012- atual	JONAS
MUSEU	IPHAN	2012- atual	ODILON
ESCOLA INTEGRAL	SEDUC	2012- atual	ODILON
QUADRA DE ESPORTES	SEDUC	2012- atual	ODILON/JONAS
COOPERATIVA DE MULHERES	SINDICATO	2012- atual	

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

12 Em 2007 foi dada entrada no pedido para a construção do conjunto habitacional para a comunidade, benefício recebido graças ao mediador em Belém, que em 2003 exerceu uma coordenação de quatro meses na SEPPIR, a instituição que na época criou o programa “Brasil Quilombola”. Dentre outras assistências, este previa a construção de casas de alvenaria para estas comunidades - as primeiras casas conseguidas para uma comunidade quilombola no Pará, segundo a publicação circulada na página do governo do estado naquela ocasião. Em Icatu o ator em evidência acabou sendo a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) que intermediou o processo.

Na maioria dos casos, a responsabilidade pela articulação das ações dentro da comunidade era da Associação, e conforme se pode notar não existe direcionamento a um objetivo específico, o que indica que a necessidade primordial é a de alcançar *melhoria* mesmo que isso signifique aumentar a produção de farinha pelo aprendizado de novas técnicas ou implantar o monocultivo de dendê. O início da *movimentação* de Icatu foi marcado por pequenas aquisições que, aliás, caracterizavam os pleitos que precedem a organização formal. Com a oportunidade de acesso ao crédito, a possibilidade de garantia de renda começou a se materializar, até que o projeto pensado pela Associação, o da olaria, conseguiu ser executado, ainda que não tenha atingido o objetivo previsto¹⁴.

O primeiro presidente providenciou um barco para a comunidade, que deveria atender às necessidades de transporte da madeira beneficiada na serraria que também planejou desenvolver, mas, que não durou muito tempo. Segundo alguns entrevistados, a madeira extraída era da propriedade da família de Climério e a serraria era aberta a todos que quisessem usá-la, mas devido a pouca oferta de matéria-prima teve que ser fechada. Além do barco e da serraria, iniciou os procedimentos de acesso ao financiamento agrícola, assessorado principalmente pelo primo Manoel Raimundo. O presidente seguinte deu prosseguimento aos procedimentos de financiamento agrícola, agora com o plantio da pimenta, que era o pleito das comunidades do município de um modo geral.

Nenhuma das culturas continua vigorando, assim como o cultivo do maracujá que seria vendido para a empresa AMAFRUTA¹⁵. No caso da pimenta, a iniciativa não teve êxito devido a uma doença que inviabilizou a produção em muitas propriedades; somente poucos produtores ainda a cultivam. O curso de produção de farinha, que é o principal beneficiamento feito na comunidade, também teve ampla aceitação, tendo sido bastante difundido pelos moradores que continuam reproduzindo as técnicas aprendidas.

13 No início de 2009 foi fechado um acordo de exploração de seixo, por 6 anos, por uma quantia de R\$ 3.000. Esta é uma fase áspera da história de Icatu, pouco comentada. A comunidade precisava de dinheiro para comprar um motor novo para o barco. Os empresários e irmãos Juraci e Waldeci Rodrigues se interessaram em alugar a área. Pelo contrato a comunidade deveria receber 30% do que era extraído, mas, de fato, só obtiveram – e com muita dificuldade - uma quantidade bem inferior. Boa parte do seixo era vendida pelos empresários para a própria prefeitura e a outra foi doada pela comunidade para a construção das casas da vila. Não foram poucas as vezes que os empresários impediram a entrada dos moradores. O acordo era para que se extraíssem apenas as pedras maiores para garantir a renovação natural do estoque, mas nem isso foi respeitado e a exploração era e ainda é indiscriminada. De início, a Sra. Josefa, irmã do presidente da Associação, começou a denunciar os abusos cometidos pelos empresários, mas como nem sempre tinha o apoio da comunidade, recuava mediante as ameaças destes. A Malungo/Pará requereu à Promotoria Estadual de Mocajuba a rescisão do contrato, com base no ilegal arrendamento de terras quilombolas.

14 A Associação havia conseguido aprovar o projeto em uma ementa encabeçada pelo deputado Luiz Afonso Sefer. A ementa não definia o destino dos recursos que somavam R\$ 24.000, e a presidência optou pela construção da olaria, mas o dinheiro acabou antes que conseguissem construir os fornos. O projeto mantinha uma parceria com a prefeitura e, segundo Manuel, a presidência da Associação tinha acesso ao dinheiro, mas mesmo assim não tinham o controle total das transações ou não sabiam como proceder, pois o aluguel de caminhões e compra de material custavam os valores inflacionados de empresas parceiras da prefeitura. Manuel informa que a situação foi tão grave que envolveu o Ministério Público, já que o então prefeito, Amadeu Coelho Braga, apresentara irregularidades na prestação de contas. Em 2007, este prefeito foi condenado pelo Ministério Público Federal ao pagamento de R\$ 40.000 por ter deixado de prestar contas de um convênio entre o município e o Ministério dos Transportes.

15 Empresa beneficiadora de frutos, administrada pela Central Única dos Trabalhadores e FETAGRI/PA, com subsídios e financiamento do Governo do Estado e do Banco da Amazônia, respectivamente. Decretou falência.

No entanto, os cursos de produção de biscoitos, manipulação de ervas medicinais e produção de mudas não possuem muitos continuadores. O curso de horta comunitária financiado pela ELETRONORTE também não teve continuidade e outros *projetos* com esta empresa ainda são esperados¹⁶. As lideranças femininas defendem com vigor a utilização das informações obtidas nestes cursos. Maria José é a única que mantém a produção de mudas, e a sua irmã a única a manipular ervas medicinais para a produção de fitoterápicos. Esta última declara que muitas mulheres não valorizam a atividade por não terem informação a respeito do aproveitamento dos recursos florestais para esta atividade. E planeja introduzir novamente o curso na comunidade e formar multiplicadores deste conhecimento. No momento da pesquisa, buscava uma parceria com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mocajuba para comprar a produção. A sua irmã, por sua vez, visava à inclusão da comunidade em algum projeto, particularmente voltado ao público feminino de Icatu, para cursos de panificação e de cabeleireiro.

Assim, a estratégia dos mediadores que não são presidentes da Associação é antes de sensibilização e convencimento, em atitudes otimistas e enérgicas que evocam um sentimento comunitário no sentido de alimentar atitudes participativas nos *projetos* que dirigem. Nem as iniciativas na área cultural, encabeçadas pelo professor e nem as direcionadas às mulheres defendidas pela líder têm aceitação suficiente, mas ambos continuam movimentando os recursos disponíveis para a execução de tais programas por acreditarem na importância social e econômica das mesmas.

À diferença destes, o atual presidente tem reunido diversos interessados nos *projetos* que conduz. Apesar de defender uma agricultura diversificada, ele não se opõe à produção de agrocombustíveis. No ano passado a comunidade recebeu a proposta de uma equipe enviada pela Biovale para a implantação do plantio de dendezeiro e ficou fortemente inclinada a aceitá-la¹⁷. Como não foi possível, agora estuda uma iniciativa que está se consolidando em Baião, município vizinho, encabeçada por um missionário holandês: o cultivo de inajá para a produção do biodiesel, já que se coadunaria com os princípios da produção quilombola. Além disso, empreende esforços para a construção de pontos de piscicultura nas propriedades que tiverem condições para tal (em torno de dez), e nesse projeto conta com o apoio da prefeitura. Também está com planos para o cultivo de mudas de cacau e açaí, pois acredita que o mercado local é propício para a venda. Para isto conta com o apoio dos icatuenses, amplamente interessados no projeto.

Mas assim como os demais líderes na comunidade, o presidente conta com diversos canais que viabilizam a execução dos *projetos* e que também os determinam, decidindo sobre as ações dos demais mediadores dentro da comunidade. Como pôde ser observado, na maioria dos casos¹⁸, a responsabilidade pela articulação das ações dentro da comunidade era da Associação, e conforme se pode notar não existe uma opção única, são opções, isto é, são *projetos* que guardam estreita correlação com as interações sociais e com as características das ligações entre as pessoas, assim como com a posição do mediador, dos mediadores, em redes de relações sociais (GOMES *et al.*, 2010).

16 O município de Mocajuba, no qual se situa São José de Icatu, está incluído no Plano de Desenvolvimento a Jusante da Hidrelétrica de Tucuruí, um conjunto de ações negociadas entre as prefeituras e a ELETRONORTE, no contexto do conflito e das transformações socioambientais decorrentes da construção da barragem.

17 A Associação promoveu três reuniões com os moradores e elaborou uma lista aceitando a implantação do projeto. Por se tratar de área quilombola, o projeto foi embargado pelo INCRA.

18 Com exceção das iniciativas que estão sendo organizadas pelo professor e pela mediadora Josefa. Esta organiza a criação de uma cooperativa de mulheres; e o professor pretende criar um museu (com vestígios arqueológicos encontrados na comunidade e outros objetos que contam a sua história) e uma quadra de esportes.

A seguir, apresentamos as esferas de mediação nas quais estão presentes os sujeitos acima descritos na Figura 2.

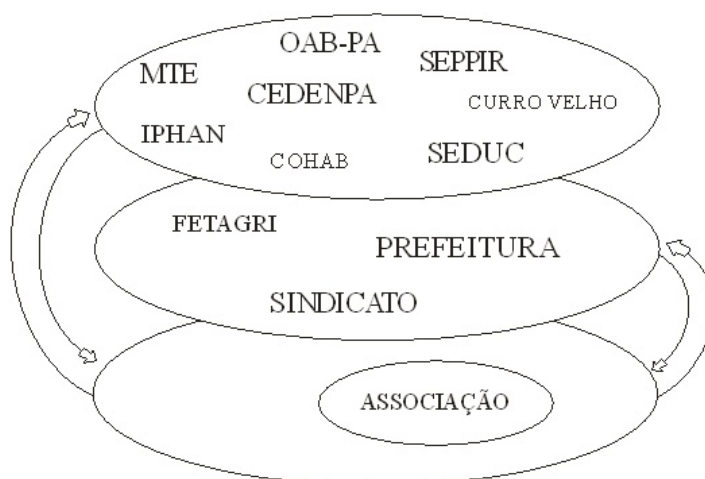


Figura 2: Representação das esferas de mediação política e seus atores

No sistema de mediações políticas de Icatu foram identificadas três esferas de mediação nas quais os recursos são obtidos. A primeira esfera é interna e se dá no âmbito da Associação. A segunda esfera é a municipal, em que está presente o mediador responsável por várias situações verificadas ao longo da história da Associação: os financiamentos agrícolas e outros investimentos, como os cursos de capacitação, que marcam uma atuação fortemente envolvida com o movimento sindical e com a prefeitura. Este mediador se declara uma espécie de “assessor” da comunidade, pois além das funções que pode exercer institucionalmente e que envolvem todas as comunidades abrangidas pela sua função, também auxilia os conterrâneos de outras maneiras. Seu projeto atual é desenvolver o turismo ecológico no município, pois defende que as políticas não agrícolas são alternativas satisfatórias para a geração de renda, chegando inclusive a declarar que a comunidade não tem a mesma visão de quem “vê de fora” e que por isso não valoriza outras potencialidades como esta.

A terceira esfera é estadual, quiçá nacional, cujo agente mais importante é o Sr. Jorge Farias. Este demonstra principalmente uma preocupação política e cultural, traduzida principalmente pela conquista emblemática do reconhecimento étnico e pelos atuais *projetos* em parceria com Domingos Flávio, por meio de instâncias estaduais como o “Programa Raízes”, a coordenação regional da SEPPIR e do IPHAN, a SEDUC e o Curro Velho, além do próprio CEDENPA, do qual foi um dos fundadores. Por meio do seu trabalho, a comunidade se insere em uma dinâmica que envolve instâncias legitimadas na proposição de políticas voltadas para as comunidades quilombolas, como a UNEGRO¹⁹ e a Malungu.²⁰

19 A UNEGRO é uma organização do movimento negro fundada em 14 de julho de 1988, na cidade de Salvador/Ba e tem por objetivo o combate ao racismo e à discriminação e opressão social e luta em defesa da vida, cidadania e igualdade de oportunidades para a maioria da população brasileira. A UNEGRO está organizada em 24 Estados da Federação, com sede em São Paulo.

20 Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará. Foi criada em Santarém em novembro de 1999, e em 2002 realizou a sua primeira assembleia geral no Município de Baião. Em março de 2004, foi oficialmente criada com a aprovação de seu estatuto. Seus objetivos são: promover a articulação entre as associações e as comunidades quilombolas no Pará e apresentar e defender as suas reivindicações diante das autoridades municipais, estaduais e federais.

Reconhecido pela trajetória exemplar, de quem enfrentou muitos obstáculos para desfrutar atualmente de semelhante posição, o Sr. Jorge Farias sempre é chamado para discursar nos eventos da comunidade, principalmente sobre a “dívida do Estado com as comunidades negras do país”, pois “eles gostam de ouvir sobre isso”, se expressa. Ainda segundo o advogado, a agricultura deve ser modernizada e diversificada a partir de orientações técnicas, e o poder público deve se fazer presente. Caberia ao poder público também investir em uma política mais forte para orientar os jovens a seguir a atividade agropastoril, porque segundo ele, possuem matéria prima para tal. Deste modo, se explicam as iniciativas de levar os cursos sobre primeiro emprego, empreendedorismo e acesso ao crédito, oferecidos por uma equipe do Ministério do Trabalho e Emprego no período em que foi delegado.

Conforme se pode notar, os *projetos* pensados pelos atuais mediadores repercutiriam fortemente no modo de vida de Icatu. Segundo Neves, “eles (os mediadores) pressupõem que toda mudança social se viabiliza por um trabalho educativo. É por isto que tendem a atribuir para si um papel salvador ou emancipador, pela transmissão de outras visões de mundo e pela incorporação de saberes diversos daqueles de que o grupo mediado se encontra dotado. Deste modo, tentam impor a sua visão de mundo e a das instituições que representam” (ROS apud NEVES 2008, p. 107). Agindo desta forma os mediadores estimulam o distanciamento do modo de vida dos demais, e seus discursos contém elementos que já se encontram nas falas daqueles, ainda que não de maneira única ou homogênea, uma vez que na maior parte dos casos, a *comunidade* não se trata de um grupo corporado, mas de um grupo com uma pluralidade de visões e interesses.

Ultimamente, a gestão atual delinea duas iniciativas mais autônomas e que envolvem interesses de muitos moradores, é o caso dos *projetos* de piscicultura e plantação de açaí e cacau. O presidente atual fez um levantamento das áreas com potencial para uma produção mais intensiva destas espécies vegetais e das áreas com possibilidade de receber um projeto de piscicultura, e tenta apoio da prefeitura para a execução dos mesmos, um exemplo claro de manutenção dos mesmos vínculos tradicionais que garantiram o barco da comunidade e outros serviços. Essa parece ser a lógica de articulação social e do relacionamento com “o poder” historicamente constituído, em que o contra-dom é o apoio político, o voto.

Considerações finais

Algumas considerações se delineiam a guisa de conclusão. Os dois tipos de mediação aqui identificados - dentro e fora da comunidade - se distinguem pelas estratégias de ação e recursos que podem movimentar nas respectivas esferas de atuação, e que são condicionadas pelas trajetórias diferenciadas, pela situação socioeconômica e pelo lugar que os agentes ocupam nas redes de relações sociais.

A responsabilidade pela articulação das ações dentro da comunidade e na articulação com o poder local é da Associação. Desta perspectiva, o seu presidente é o mediador por excelência e a mediação parece basear-se numa lógica historicamente constituída, na qual a reciprocidade é mantida pelo apoio político.

A mediação em níveis supralocais, que se vincula ao leque de possibilidades de acesso às políticas públicas cabe aos mediadores que vivem fora da comunidade e assumem na prática a sua representação. A rede se constitui de um número significativo de atores dos quais é possível canalizar recursos sociais, simbólicos, políticos e materiais.

A capacidade de agir nas esferas políticas local, municipal e estadual é alcançada pela presença de mediadores nos três níveis, uma configuração que permite a complementação de habilidades e a capacidade de agência da comunidade.

Por fim, a análise realizada em São José do Icatu pode iluminar a interpretação e as avaliações sobre os chamados programas de desenvolvimento rural, cujas avaliações em geral priorizam as ações e resultados concretos, pouca atenção sendo detida às relações sociais que suportam tanto a entrada do projeto na comunidade como a sua execução. Por outro lado, corrobora com os estudos que vem chamando atenção para as relações estruturantes das sociedades rurais fundadas nas relações de parentesco. Em Icatu há determinações social e étnica que estão na origem da constituição dos mediadores e de suas agências, cujo entendimento é fundamental para a compreensão da relação desta sociedade com as políticas públicas, em âmbito supralocal.

Referências bibliográficas

ARIMA, Eugênio. Caracterização dos produtores familiares rurais beneficiários do FNO-Especial. In Tura, L. R e Costa, A F. **Campesinato e Estado na Amazônia – impactos do FNO no Pará**. Brasília: Fase Programa Pará, 2000.

BAKO-ARIFARI, Nassirou. Dans les interstices de l'État: des courtiers en col blanc. Cadres ressortissants et développement local à Kandi (Nord-Bénin). In: BIERSCHENK, T.; CHAUVEAU, J.; SARDAN, J. (Org.). **Courtiers en développement**. Les villages africains en quête de projets. Paris: Éditions Karthala; Mayence, APAD, 2000.

BIERSCHENK, Thomas; CHAUVEAU, Jean-Pierre; OLIVIER de SARDAN, Jean-Pierre. Introduction: Les courtiers entre développement et État. In: BIERSCHENK, T.; CHAUVEAU, J.; OLIVIER de SARDAN, J. (Org.). **Courtiers en développement**. Les villages africains en quête de projets. Paris: Éditions Karthala ET APAD, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.

DEPONTI, C.; ALMEIDA, J. Sobre o processo de mediação social nos *projetos* de desenvolvimento: uma reflexão teórica. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

GOMES, A. C.; MANESCHY, M. C.; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; FERREIRA, J. M. C. **Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização**: conceitos e abordagens. In: GOMES, A. C.; MANESCHY, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; FERREIRA, J. M. C. (Org.). **Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização**. 1ed. Belém: NUMA/UFPA, 2010.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Associações Camponesas: reflexões sobre organização social e participação política. In: Hebette, J; Magalhães, S.B.; Maneschy, C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira. Faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002 a.

_____. Tempo e trajetórias: reflexões sobre representações camponesas. In: Hebette, J.; Magalhães, S.B.; Maneschy, C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira. Faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002 b.

MARIN, R. A.; CASTRO, E. R. Mobilização política de comunidades negras rurais. Domínios de um conhecimento praxiológico. **Novos Cadernos NAEA** vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

NEVES, Delma Pessanha. As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno. **Ciências Sociais Hoje**, Sao Paulo, p. 143-177, 1987.

_____. Mediações sociais e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008.

ROS, Carlos Cowan. Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuy, Argentina. In: NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SARDAN, J. O. **Anthropologie et développement** - essai en socio-anthropologie du changement social. Paris: Karthala, 1995.

SARDAN, J.O. de; BIERSCHENK, T. « Les courtiers locaux du développement », **Bulletin de l'APAD** [En ligne], 5 | 1993. Disponível em: <http://apad.revues.org/3233>. Acesso em: 10 set 2015.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

Quebradeiras de coco babaçu: (re)construindo identidades e protagonizando suas histórias na Microrregião do Médio Mearim, Estado do Maranhão

Anny da Silva Linhares

Na Amazônia, o advento de “novos” movimentos sociais objetivados em identidades coletivas têm demonstrado transformações na organização política dos chamados povos e comunidades tradicionais. Após a experiência de luta pela não derrubada das palmeiras de babaçu e pelo direito a terra no final dos anos de 1980, mulheres agroextrativistas mobilizadas, passam a se posicionar na esfera política constituindo suas próprias organizações representativas, reivindicando direitos baseados no reconhecimento dos modos intrínsecos de “criar”, de “fazer” e de “viver” deste grupo e acionando processualmente a identidade coletiva *quebradeira de coco babaçu*. Portanto, esta dissertação tem como objetivo analisar o processo de (re)construção da identidade coletiva *quebradeira de coco babaçu*, verificando sua associação com a constituição do patrimônio cultural, com ênfase em seu atual estágio. A pesquisa foi desenvolvida no Povoado de Ludovico, localizado na zona rural do Município de Lago do Junco, Estado do Maranhão, onde verificou-se que a identidade social e política das *quebradeiras de coco* está fundada na *luta pela preservação dos babaçuais* e nos *saberes e fazeres* herdados, que constituem seu patrimônio cultural construído na *experiência vivida* no passado e atualizado no tempo presente, contexto em que a *experiência* das crianças e jovens, *filhos e filhas de quebradeiras de coco*, também estão trazendo novos questionamentos sobre a ressignificação da identidade coletiva e dos patrimônios sob os quais a mesma se edifica.

Palavras- chave

quebradeiras de coco babaçu, identidade coletiva, patrimônio cultural.

Número de páginas: 289

Banca examinadora

Profa. Dra. Noemi Sakiara Miyasaka Porro (Orientadora- UFPA);

Profa. Dra. Sheilla Borges Dourado (PNCSA);

Profa. Dra. Rosa Elisabeth Acevedo Marin (UFPA)

Data e local de defesa da Dissertação:

29/03/2016 às 14h:00min, no Auditório NCADR.

"Sindicato é pra quem entende": (Des)igualdade de gênero no sindicalismo dos empregados rurais de Moju

Suellen Suzy de Souza Costa

A maior inserção da mulher rural nos sindicatos e nos demais movimentos e organizações se dá principalmente a partir início da década de 1980. Mesmo assim, a posição de liderança no movimento sindical ainda é restrita para as mulheres. Neste trabalho analisei a atuação de lideranças femininas assalariadas à dendeicultura na diretoria do Sindicato dos Empregados Rurais de Moju – SERMTAB. A pesquisa foi realizada com abordagem predominantemente qualitativa, por meio de um estudo de caso no município de Moju, Pará. Foram realizadas entrevistas não-diretivas e semiestruturadas com os membros da diretoria do sindicato composta por 09 diretores, dos quais, 3 são mulheres. As principais conclusões demonstram que o SERMTAB é a maior entidade de representação dos empregados rurais de Moju. A diretoria advém da agricultura familiar, é diversa com jovens, mulheres e homens mais velhos, porém mantém os espaços de decisão restritos às figuras masculinas. Com a sua atuação comprometida e relação de poder hierarquizada, colocam as mulheres em uma condição subalterna e de domínio masculino. Contudo, o rompimento das relações de poder ocorre de maneira sutil, ao aceitarem participar e fazerem o enfretamento familiar, entrarem em embates com outros trabalhadores e encararem os preconceitos por serem sindicalistas. Ainda assim, sua ausência formal na direção dificulta o surgimento de sua identidade enquanto trabalhadora rural assalariada e sindicalista.

Palavras- chave

liderança, sindicalismo rural, relação de poder, mulheres, relação de gênero.

Número de páginas: 108

Banca examinadora

Profa. Dra. Dalva Maria Mota (Orientadora- EMBRAPA);

Profa. Dra. Leonilde Servolo de Medeiros (UFRRJ);

Profa. Dra. Maria Luzia Álvares (UFPA).

Data e local de defesa da Dissertação:

31/03/2016 às 09h:00min, no Auditório NCADR

A várzea está para peixe: Viabilidade, socioeconômica da piscicultura praticada na bacia do Aricurá, Cametá, Pará

Walmiro Amador da Silva Junior

A partir da década de 1980, em resposta à redução do estoque pesqueiro os agricultores do baixo Tocantins passaram a criar peixe em cativeiro, através de viveiro escavado em várzea os quais os agricultores chamam de tanque. Por se tratar de uma atividade introduzida recentemente ao sistema de produção, objetivou-se através deste trabalho investigar se a introdução provocou mudanças nos aspectos socioeconômico dos estabelecimentos rurais. A pesquisa foi realizada no distrito Sede do município de Cametá, mais precisamente na bacia do rio Aricurá que tem os igarapés Ajó e Merajuba como seus tributários. A área de estudo se destaca pela diversidade quanto ao ecossistema, com presença de várzea, e de terra firme. O estudo envolveu 18 estabelecimentos e foi realizado em 3 etapas. Na primeira foi elaborada uma tipologia do sistema de produção. Na segunda, já com a formação de dois tipos, um formado por estabelecimentos que apresentam área de várzea e de terra firme, e outro por estabelecimentos que apresentam somente área de várzea, foram selecionados 4 estabelecimento para representar cada tipo. Em todos os estabelecimentos selecionados foram levantados o itinerário técnico da piscicultura, efetuada uma análise de paisagem, entrevistas sobre o histórico e elaborado um croqui. Na terceira e ultima etapa, para analisar em profundidade as possíveis mudanças na relação social do trabalho, foi realizado um estudo de caso de uma unidade de produção. Em estabelecimento familiar, em virtude do pequeno porte, cerca 54 ha, a produção ocorre de maneira consorciada. Apesar da grande diversidade, as atividades são organizadas para diminuir a competição por espaço produtivo entre elas. Por isso, apesar da introdução da piscicultura tornar o sistema ainda mais complexo, não provocou o rearranjo espacial das áreas de produção, seja em estabelecimento com disponibilidade só de várzea, como naqueles com várzea mais terra firme. Por outro lado houve redução na intensidade e no recrutamento de força de trabalho aplicada à extração aquática (pesca e captura do camarão), essa que antes era praticada quase todas as noites, passou a ser realizada cerca 3 dias por semana. Outra coisa importante é que quando a criação passou a ser planejada para atender o mercado local, o peixe oriundo da piscicultura transformou-se em ingresso ao mercado e gerador de renda com efeito significativo na circulação do capital, assumindo o papel, que antes era somente dos produtos aquáticos. A piscicultura praticada em várzea por agricultores familiares tem garantido a reprodução socioeconômica do grupo familiar, sem que haja competição pela mão de obra e pelo espaço e pode ser desenvolvida sem impacto ambiental.

Palavras- chave

relação social do trabalho, estabelecimento familiar, piscicultura familiar, criação de peixe em várzea

Número de páginas: 95

Banca examinadora

Prof. Dr. Paulo Fernando da Silva Martins (Orientador- UFPA);

Prof. Dr. Luís Otávio do Canto Lopes (UFPA);

Prof. Dr. Rosildo Santos Paiva (UFPA).

Data e local de defesa da Dissertação:

31/05/2016 às 14h:00min, no Auditório NCADR.

Segurança alimentar em projetos de assentamento de reforma agrária com ênfase ambiental: estudo de caso no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá, Transamazônica, Estado do Pará

Cezário Ferreira dos Santos Júnior

A presente pesquisa busca compreender as questões alimentares e socioambientais através da análise das práticas agrícolas e das experiências florestais dos agricultores, visto que a produção de alimentos (para consumo e renda) para os grupos sociais tradicionais na Amazônia é um importante elemento na garantia da segurança alimentar, pois utilizam os recursos florestais e agrícolas na manutenção da unidade familiar. Este estudo de caso toma como empiria o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Virola Jatobá, situado na região da Transamazônica, município de Anapu/PA. Esta modalidade de assentamento traz o debate emblemático sobre a articulação entre questões ambientais, agrícolas e florestais, com a possibilidade da exploração madeireira legal através do manejo florestal comunitário. Utilizou-se o método quanti-qualitativo, realizando-se o levantamento de dados através de observações direta e participante, entrevistas e aplicação de questionário socioeconômico. Por meio dos quais compreendeu-se as transformações sócio produtivas ocorridas ao longo da trajetória de vida dos assentados. Os resultados da pesquisa apontam para mudanças das práticas sobre a segurança alimentar dos assentados em função das questões ambientais sobre os sistemas tradicionais de produção.

Palavras- chave

Socioambiental. Unidade familiar. Transamazônica. Segurança alimentar.

Número de páginas: 152

Banca examinadora

Profa. Dra. Noemi Sakiara Miyasaka Porro (Orientadora- UFPA);

Prof. Dr. Roberto Porro (EMBRAPA);

Prof. Dr. Paulo Fernando da Silva Martins (UFPA).

Data e local de defesa da Dissertação:

31/03/2016 às 10h:00min, no Auditório NCADR.

Manejo de população de açazeiro (*Euterpe olecare* Mart.) em parcelas de produção de frutos em área de várzea

Amália Gabriela Rocha Aguiar

O manejo da touceira do açai é feito com o objetivo de aumentar a produção de frutos e se dá pela eliminação dos estipes pouco produtivos ou estipe excedentes, bem como outras espécies do seu entorno, com a finalidade de reduzir a concorrência ecológica por água, luz e nutrientes. O objetivo da pesquisa foi de contribuir com o manejo sustentável do açazeiro a partir da relação entre as diferentes formas de manejo e a produção de frutos. O estudo foi realizado em três parcelas de manejo adotadas em uma área de um produtor selecionado dentre os 6 produtores visitados na comunidade de Manoel Raimundo, distrito de Janua Coeli no município de Cametá, se tratando, portanto, de um estabelecimento em meio real camponês. A partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa, bem como de procedimentos metodológicos como: observação e análise da paisagem, entrevistas, formulários e amostragem semi-aleatória foi possível identificar e selecionar as parcelas de manejo através dos diferentes modos de manejo em relação às práticas de controle da densidade das plantas decorrente do desbaste de estipe nas touceiras, da eliminação ou raleamento da vegetação acompanhante. Considerando o histórico de manejo das parcelas elas foram tomadas como tratamento e denominadas de: Parcela 1 (Manejo do agricultor) Parcela 2 (Manejo de orientação técnica), e Parcela 3 (Extrativismo). No interior de cada uma delas foram demarcados com piquetes três subparcelas com dimensões de 6 m x 12 m cada que corresponderam as repetições do experimento. Foram efetuadas amostragens para caracterizar morfológicamente a população vegetal através dos indicadores: quantidade de touceiras por área, quantidade de estipe por touceira, quantidade de cachos por estipe, quantidade de ráquias por cacho, quantidade de frutos por ráquias e peso dos frutos. Os dados levantados nos locais se referem às plantas acompanhantes, as plantas de açai, a intensidade de luz no ambiente, ao pH e a umidade do solo. Os resultados mostraram alta variabilidade dos indicadores estudados nas parcelas e nas repetições. Além disso, identificaram-se três formas de corte de touceiras sendo elas classificadas como leve, forte e sem corte. A pesquisa aponta para o manejo como o principal fator do rendimento dos frutos.

Palavras- chave

manejo de açazeiros, ecossistema de várzea, agricultura familiar, parcelas de produção.

Número de páginas: 95

Banca examinadora

Prof. Dr. Paulo Fernando da Silva Martins (orientador-UFPA);

Prof. Dr. João Tomé de Farias Neto (EMBRAPA);

Prof. Dr. Francinei Bentes Tavares (UFPA).

Data e local de defesa da Dissertação:

31/05/2016 às 14h:00min, no Auditório NCADR.

Labor e prazer: a prática e o sentido dos mutirões na comunidade Monte Sião, São Domingos do Capim - PA

Josiele Pantoja de Andrade

Objetivamos nesse trabalho compreender as práticas e o sentido do mutirão e como os mesmos contribuem para o estabelecimento das relações de reciprocidade camponesa, a partir de uma análise do trabalho, em especial em mutirões, como parte integrante da vida camponesa, entendido como um espaço de reprodução da vida cotidiana. Esse estudo foi realizado na comunidade Monte Sião, Nordeste Paraense. Para a realização da pesquisa, optamos pela abordagem metodológica qualitativa, entretanto, métodos quantitativos também foram utilizados como uma forma de auxiliar a interpretação da realidade social. Como estratégia metodológica, utilizamos o estudo de caso, realizado com 45 famílias, nos valendo da observação participante, entrevistas e questionários, os quais permitiram compreender a história de formação da comunidade, a instalação da igreja Assembleia de Deus, a organização da APEPA, os festejos, a divisão social do trabalho na unidade de produção familiar, os espaços de sociabilidade e, sobretudo, compreender a organização dos distintos mutirões e as relações de reciprocidade que se estabelecem entre camponeses e camponeses e divindades, além apreendermos a noção de mutirão que os camponeses detêm. O estudo aponta a reciprocidade na essência camponesa. O mutirão até o século XX era realizado para auxílio em trabalhos agrícolas, em casos de doença, especialmente nos trabalhos das roças de mandioca. Havia duas formas de realizar o trabalho dos roçados: o mutirão e o trabalho de companhia. O primeiro, uma forma de ajuda mútua não formalizada, porém entendida como um contrato moral; o segundo entendido como uma forma institucionalizada, composto por um grupo fixo de camponeses, com registro hierárquico dos cargos ocupados e das atividades a serem executadas. Com as transformações socioeconômicas, a entrada da comercialização do açaí e a diminuição dos recursos naturais, as roças deixaram de ser a principal atividade econômica dos camponeses e, como consequência, o trabalho de companhia deixava de existir no trabalho dos roçados, sendo ressignificado e ganhando força em outras atividades, como na instituição religiosa, onde os camponeses se reúnem em mutirões movidos por um sentimento de fé e amizade para realizar determinados trabalhos, como construções, festejos, artesanatos e campanhas para captar recursos financeiros para doar a Deus, uma relação de reciprocidade entre os homens e Deus. A Associação, durante um período, também acionou os mutirões para o manejo dos açaizais e confecção de artesanatos. E, por último, o mutirão organizado pelos camponeses para ter acesso à energia elétrica. Esses mutirões ultrapassam a ideia utilitarista, são entendidos como um espaço pedagógico de aprendizagem coletiva. E, mais ainda, como uma forma de ação política, além de representar a união dos camponeses e a luta por acesso a serviços públicos historicamente negados. Eles não existem separados do restante da vida. Durante o trabalho as pessoas conversam da vida, fofocam, dão risos, fazem brincadeiras e até podem ocorrer desentendimentos. Assim, concluímos que os mutirões, em Monte Sião, continuam vivos na essência camponesa, sendo ressignificados e acionados de acordo com as necessidades econômicas, sociais, políticas, religiosas e culturais da comunidade.

Palavras- chave

reciprocidade; ressignificação dos mutirões; igreja; reprodução do conhecimento.
Número de páginas: 138

Banca examinadora

Prof. Dr. Osvaldo Ryohei Kato (Orientador- UFPA);
Profa. Dra. Ruth Helena Cristo Almeida (Co-orientadora- UFRA);
Prof. Dr. Andrey Faro de Lima (UFPA);
Profa. Dra. Sônia Maria S. B. Magalhães Santos(UFPA).
Data e local de defesa da Dissertação:
31/08/2016 às 10h:00min, no Auditório NCADR.

Regularização Ambiental Rural: (des)encontros entre o instituído e o executado no Projeto de Assentamento Águia - Paragominas/Ulianópolis (PA)

Maria da Conceição Silva Rosa

Com a publicação da Lei nº 12.727/2012 que instituiu o novo código florestal, o processo de regularização ambiental se tornou obrigatório para todos os imóveis rurais, e definiu o cadastro ambiental rural (CAR) como um de seus principais instrumentos e a adesão a este instrumento como primeira etapa do referido processo. Considerando a obrigatoriedade deste instrumento, sua inexpressividade nas áreas de assentamento, bem como os passivos ambientais nelas identificados, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar como a regularização ambiental está se processando nos assentamentos de reforma agrária, em particular na Comunidade Rio Bonito localizada no Projeto de Assentamento Águia, em Paragominas/Ulianópolis-PA, partindo da compreensão e vivência que os próprios assentados possuem sobre tal processo. A pesquisa se desenvolveu em três etapas: a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo. O estudo de caso foi realizado na Comunidade Rio Bonito, uma das quatro agrovilas do projeto de assentamento Águia, com 35 famílias, do total de 68 existentes no projeto de assentamento. Utilizando-se de observação participante, entrevistas livres e semi-estruturadas buscou-se identificar as noções que assentados possuíam sobre a regularização ambiental rural e seus instrumentos, e as transformações que ocorreram na dinâmica produtiva do assentamento e na vida dos assentados com sua implantação. A observação desta realidade, em particular, nos permitiu afirmar que a implementação deste processo não refletiu em alterações significativas na dinâmica produtiva, ambiental e social do assentamento. As mudanças observadas na realidade deste PA como a redução do desmatamento, a eliminação do uso do fogo nas atividades produtivas e a adoção de posturas mais conscientes em relação à conservação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e dos fragmentos de floresta ainda existentes, não foram decorrentes do processo de regularização ambiental e da implantação do CAR, e de acordo com os assentados os benefícios deste instrumento resumiu-se à facilitação de liberação de financiamentos bancários destinados aos projetos da agricultura familiar.

Palavras- chave

Regularização ambiental rural. Assentamentos rurais. Agricultura familiar. Cadastro ambiental rural.

Número de páginas: 141

Banca examinadora

Prof. Dr. Osvaldo Ryohei Kato (Orientador- UFPA);

Prof. Dr. José Heder Benatti (UFPA);

Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra (UFPA).

Data e local de defesa da Dissertação:

09/15/2016 às 15h:00min, no Auditório NCADR.

Do dendê eu tenho medo até dos espinhos: Resistência cotidiana à agroindústria do dendê pelos camponeses de Maçaranduba- Tomé Açu, no nordeste paraense

Noemi Diniz Sacramento

Construí esta dissertação com o objetivo de analisar as formas cotidianas de resistência à integração à agroindústria do dendê, a partir dos camponeses da colônia Maçaranduba, localizada no município de Tomé-Açu, região nordeste do estado do Pará. As formas cotidianas de resistência não são assuntos costumeiros dentro das pesquisas sobre resistência por estarem subscritas no cotidiano das sociedades camponesas que nem sempre permitem aos pesquisadores tomá-las como objeto de análise. Maçaranduba está geograficamente inserida na zona de expansão do monocultivo de dendê, em que a integração é um mecanismo utilizado pelas agroindústrias para a expansão das áreas cultivadas com dendezeiro, subsidiada pela criação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo (PSOP). Destarte assumi que os sujeitos não são estáticos, mas que desenvolvem justificativas, opiniões e atribuem sentido às suas escolhas baseados nos projetos que a família possui e no “medo” que a integração possa reduzir a autonomia a que estão habituados possuir. Utilizei como base teórica as reflexões de James Scott, autor que considera o cotidiano o lugar onde a resistência camponesa se torna plausível e concreta. A metodologia partiu de um estudo de caso, que permitiu compreender como os sujeitos de Maçaranduba empreenderam a resistência à integração, para conceber os dados foram aplicados trinta questionários cuja organização das perguntas se centrou sobre o conhecimento das famílias sobre o programa e de seus posicionamentos acerca da integração, além de entrevistas a informantes-chaves para conhecimento da história local e a agentes públicos envolvidos no debate. Com a pesquisa constatei que as famílias elaboram suas justificativas para a resistência a partir de suas experiências cotidianas, sempre pensando em projetos produtivos que garantam a permanência da família no estabelecimento agrícola, rejeitando projetos que assumam riscos para a manutenção das gerações futuras. Observei ainda que as famílias adquirem conhecimento sobre a integração a partir de uma rede invisível de informação que tecem entre os sujeitos que fazem parte dos seus cotidianos, entre eles estão as famílias residentes em localidades próximas e que aderiram ao projeto. Apesar da resistência à integração, os camponeses de Maçaranduba sentem os reflexos da expansão dos cultivos de dendezeiro, através da aplicação de agrotóxicos nos cultivos próximos e na modificação da paisagem a que estavam habituados.

Palavras-chave

resistência cotidiana; camponeses; dendezeiro.

Número de páginas: 100

Banca examinadora

Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra (UFPA);

Profª. Dra. Leonilde Servolo de Medeiros (UFRRJ);

Prof. Dr. William Santos de Assis (UFPA).

Data e local de defesa da Dissertação:

25/15/2016 às 14h:30min, no Auditório NCADR

Desenvolvimento e governança dos territórios rurais. Uma análise das dinâmicas de interação em dois dispositivos institucionais na Amazônia brasileira

Etienne Polge

Tese de Doutorado submetida à AgroParisTech como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Economia

Essa tese propõe um quadro analítico renovado da governança dos territórios rurais implementada dentro dos dispositivos institucionais dedicados. Num mundo globalizado, onde a focalização nos processos de crescimento leva mutações rápidas e por vezes pouco dominadas, o desenvolvimento territorial tem um papel fundamental. Mobilizar os atores e valorizar os recursos locais favorece a diferenciação dos territórios e contribua à sustentabilidade das ações. As políticas públicas podem apoiar essa abordagem, propondo dispositivos institucionais de governança como os “Colegiados de desenvolvimento territorial” implementados pelo programa “Território da cidadania”. Mas a fraca densidade demográfica de determinados territórios rurais, a existência de projetos sociais fortemente diferenciados e as competências limitadas dos atores em relação à governança se constituem em outros tantos obstáculos. O trabalho aqui apresentado visa alimentar a reflexão a partir de investigações em dois territórios de ação pública contrastados do estado do Pará, localizados na Amazônia brasileira. O Baixo Amazonas e o Nordeste Paraense. As pesquisas sobre as dinâmicas territoriais e as dinâmicas de interação foram conduzidas com os atores implicados nos colegiados e com aqueles no outro nível, nos “Arranjos Produtivos Locais”. O zoneamento por entrevista de pessoas chaves destacou a influência determinante das dinâmicas empresariais dos quadros normativos, da urbanização e das infraestruturas sobre a evolução dos territórios. Observou-se que as iniciativas dos atores locais e das instituições públicas são ainda pouco coordenadas para favorecer o desenvolvimento rural. As análises de redes sociais e das proximidades, realizadas a partir de entrevistas etnográficas e sociométricas mostram que os dispositivos institucionais de governança territorial facilitam as colaborações entre os atores distantes geograficamente ou inicialmente pouco dispostos a dialogar, limitando o recuo sobre lógicas de semelhança ou lógicas locais. Revela-se que um acompanhamento deve ser levado aos membros dos dispositivos, particularmente aos atores inscritos nas redes, em vários níveis, para que adotem uma postura de mediador da governança territorial e adquiram o saber-fazer necessário.

Palavras- chave

desenvolvimento regional, desenvolvimento territorial, economia da proximidade, análise de redes sociais, território, governança territorial, governança multi-nível, Arranjos produtivos locais, recursos locais, Amazônia, Brasil.

Número de páginas: 209

Banca examinadora

André TORRE, Diretor de Tese, Doutor, SADAPT / INRA / Université Paris-Saclay, França

Marc PIRAUX, Co-orientador, Doutor, TETIS / CIRAD / UFPA, Brasil (Co-Orientador)

Sergio Pereira LEITE, Professor, Doutor, CPDA / UFRRJ, Brasil (Relator)

Jean-Marc CALLOIS, Directeur do departamento de pesquisa « Territoire », Doutor,

IRSTEA, França (Relator)

Valérie ANGEON, Mestre de Conferência, Doutora, CEREGMIA / Université des Antilles et de la Guyane, França (Examinadora)

Michel GROSSETTI, Diretor de pesquisas, Doutor, LISST / CNRS / Université Toulouse-Jean Jaurès (Examinador)

Thierry KIRAT, Diretor de pesquisas, Doutor, IRISSO / CNRS / Université Paris – Dauphine (Examinador)

Data da Defesa: 18 de Setembro de 2015